



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

ANDRÉA MACHADO CAMURÇA

MULHERES E AGROECOLOGIA: POSSIBILIDADES PARA SUSTENTABILIDADE
LOCAL DA COMUNIDADE BOM JESUS, ASSENTAMENTO MACEIÓ, ITAPIPOCA-CE

FORTALEZA
2013

ANDRÉA MACHADO CAMURÇA

MULHERES E AGROECOLOGIA: POSSIBILIDADES PARA SUSTENTABILIDADE
LOCAL DA COMUNIDADE BOM JESUS, ASSENTAMENTO MACEIÓ, ITAPIOCA-CE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de concentração: Análise das Questões Agrárias. Organização da Produção, Poder e Movimentos Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo

FORTALEZA
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C17m Camurça, Andréa Machado.
Mulheres e Agroecologia : possibilidades para sustentabilidade local da Comunidade Bom Jesus,
Assentamento Maceió, Itapipoca-Ce / Andréa Machado Camurça. – 2013.
136 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2013.
Orientação: Prof. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo.

1. Mulheres e Agroecologia. 2. Quintais. 3. Feminismo. 4. Agricultura familiar camponesa. 5.
Assentamento Rural. I. Título.

CDD 333.7

ANDRÉA MACHADO CAMURÇA

MULHERES E AGROECOLOGIA: POSSIBILIDADES PARA SUSTENTABILIDADE
LOCAL DA COMUNIDADE BOM JESUS, ASSENTAMENTO MACEIÓ, ITAPIPOCA-CE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de concentração: Análise das Questões Agrárias. Organização da Produção, Poder e Movimentos Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo

Aprovada em: 30 / 09 /2013

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará



Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto
Universidade Federal do Ceará



Profa. Dra. Helena Selma Azevedo
Universidade Federal do Ceará

Às mulheres do Assentamento Maceió, Itapipoca-CE que partilham cotidianamente saberes, sabores, arte e ofício na construção da agroecologia

À minha mãe Aureniza que por muitos anos viveu da agricultura familiar camponesa e a quem tanto amo e admiro.

AGRADECIMENTOS

Às forças divinas pela existência e a espiritualidade necessária à integração de si ao universo.

À profa. Dra. Gema Esmeraldo, minha orientadora que contribuiu não somente com reflexões teórico-metodológicas, mas pela força nos momentos em que quis desistir da etapa da escrita e no enfrentamento às injustiças e adoecimentos gerados pela lógica produtivista vivenciada na academia. Gratidão pela generosidade, paciência, cuidado e amor nessa trajetória. Ainda, gratidão por me perceber a partir de minha trajetória histórica e me ajudar a enfrentar limites e motivar-me a criatividade.

Ao Programa Residência Agrária - PRA que me possibilitou espaço de troca de saberes, de construção de conhecimento dialógico, crítico e participativo; de problematizar o modo de fazer agrícola tradicionalmente incorporado na agricultura familiar e camponesa e em poder refletir sobre a agricultura em outras bases, como em princípios da agroecologia e no exercício da convivência com a realidade das famílias camponesas e assentadas. Além disso, o PRA tem sido espaço de afetividades e amizades!

Ao Núcleo Tramas – Trabalho, Ambiente e Saúde que tem sido importante para reflexões no âmbito da justiça ambiental, assim como para pensar a construção de conhecimento de forma mais horizontal e coletiva.

À minha família que me acompanha em todos os momentos, seja nas angustias, incertezas, seja nos momentos de alegrias e vitórias. Estamos juntas/os, criando e recriando formas de ser e existir!

Às minhas amigas que não vou citar nomes para não correr risco de esquecer ninguém, pois sabem de minha lentidão pessoal! Amo muito vocês! Cada uma foi importante nesta trajetória e contribuíram muito para conclusão desta etapa que foi sonho realizado, mas também, de muitas incertezas e desafios.

Ao Observatório da Educação - CAPES/SECAD/INEP pela a oportunidade em poder contribuir com a construção de conhecimentos no âmbito da educação superior do campo e da agroecologia e ao apoio institucional através de concessão de bolsa via Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Ainda, agradecimento ao Programa de Pós-Graduação Regional em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA que nos desafia a práxis acadêmica baseada na interdisciplinaridade, transdisciplinariedade, visão sistêmica e holística.

“Sem feminismo não há Agroecologia”

RESUMO

Novas perspectivas em relação ao mundo rural e à agricultura tem ganhado destaque diante das crises (energética, alimentar, ambiental, econômica e entre outras) provocadas pela expansão da lógica do capital. Assim, estilos de agriculturas fundamentados em princípios da agroecologia ganham visibilidade por buscar a preservação da biodiversidade, a valorização de relações mais horizontais entre “humanos-natureza” e entre estes, a garantia da soberania e segurança alimentar e a sustentabilidade local. Portanto, este estudo objetiva compreender a ação das mulheres no contexto da gestão das atividades realizadas nos quintais da Comunidade Bom Jesus, Assentamento Maceió, Itapipoca-CE. Utilizou-se com método uma abordagem crítica feminista em articulação com elementos do campesinato. Dos métodos, optou-se por estudo de caso associado a técnicas de observação participante e entrevistas. Os instrumentos utilizados foram diário de campo, roteiro semi-estruturado, câmera fotográfica e gravador. Os resultados indicam que as mulheres na prática de agricultura camponesa desenvolvida nos quintais tem sido as principais responsáveis pela preservação da biodiversidade, manejo e técnicas variadas, de cultivos associados à criação de pequenos animais, ao extrativismo e à transformação de alimentos para consumo da família e para sua reprodução. Os quintais praticados desde o surgimento da agricultura constituem-se de um modo e de um saber-fazer das mulheres na agricultura que estão a indicar elementos (ecológico, social, econômico e cultural) importantes à agroecológica, como a preservação da biodiversidade, manejos múltiplos, produção de alimentos sem uso de agrotóxicos e sem fertilizantes químicos. O diálogo real das mulheres com os princípios da Agroecologia, experimentados no quintal, são potencializadores de novos significados para a sociedade.

Palavras-chave: Mulher. Agroecologia. Feminismo. Assentamento Rural.

ABSTRACT

New perspectives in relation to the rural and agriculture has gained prominence in the face of crises (energy, food, environmental, economic and others) caused by the expansion of the logic of capital. So agricultures styles based on principles of agroecology gain visibility to seek the preservation of biodiversity, enhancement of more horizontal relations between "human-nature" and between them, ensuring the sovereignty and food security and local sustainability. Therefore, this study aims to understand the action of women in the management of activities in the backyards of the Community Bom Jesus, Maceio rural settlement, Itapipoca-CE. We used method with a critical feminist approach in conjunction with the peasantry elements. Methods, we chose to case study associated with participant observation techniques and interviews. The instruments were field diary, semi-structured script, camera and recorder. The results indicate that women in the practice of peasant agriculture developed in the yards has been mainly responsible for the preservation of biodiversity, management and varied techniques, crops associated with small livestock, the extraction and processing of food for family consumption and for playback. Backyards practiced since the dawn of agriculture constitute one way and know-how of women in agriculture that are indicating elements (ecological, social, economic and cultural) important to agroecology, such as biodiversity conservation, multiple handlings food production without pesticides and without fertilizers. The actual dialogue of women with the principles of agroecology, experienced in the yard, are improvers of new meanings to society.

Palavras-chave: Women. Agroecology. Feminism. Rural settlement

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1: Cadeia das principais informantes na indicação das experiências de quintais | 39 |
| Figura 2 – Localização das experiências de quintais pesquisados | 43 |
| Figura 3 - Mapa hidrográfico do Assentamento Maceió | 66 |
| Figura 4 – Entre caminhos e córregos... .. | 68 |
| Figura 5 – Memória visual casa-terreiro-quintal | 69 |
| Figura 6 – Agroecossistema em agricultura antiga, segundo Odum | 89 |
| Figura 7 – Agroecossistema de agricultura “moderna” | 90 |
| Figura 8 - Agroecossistema quintal | 91 |
| Figura 9 – Memória visual de peças (rede, assessorio de vestuário) desenvolvidas com linha produzida localmente | 85 |
| Figura 10 - Fluxograma de fertilidade da produção e de produtos do quintal de Bia..... | 100 |
| Figura 11 - Fluxograma de fertilidade da produção e de produtos do quintal de Vera | 101 |
| Figura 12 - Fluxograma de fertilidade da produção e de produtos do quintal de Joana | 102 |
| Figura 13 - Fluxograma de fertilidade da produção e de produtos do quintal Salete..... | 103 |
| Figura 14 - Fluxograma de fertilidade da produção e de produtos do quintal de Lídia | 104 |
| Figura 15 - Fluxograma de fertilidade da produção e de produtos do quintal de Conceição | 105 |
| Figura 16 - Fluxograma de fertilidade da produção e de produtos do quintal de Carmem | 106 |
| Figura 17 – Memória visual de hortas em canteiro e sobre o solo | 108 |
| Figura 18 – Memória visual das principais formas de acesso à água para prática de aguar da horta | 109 |
| Figura 19 – Memória visual do cultivo consorciado praticado nos quintais | 110 |
| Figura 20 – Memória visual de cultivo de plantas ornamentais | 112 |
| Figura 21 – Memória visual do sistema de criação | 115 |
| Figura 22 – Memória visual da preservação da vegetação em torno do Córrego Bom Jesus | 116 |
| Figura 23 – Memória visual da produção do Grupo Mulheres Produzindo Arte | 117 |

| | |
|---|-----|
| Figura 24 – Memória visual de área de cultivo com prática de queimadas | 121 |
| Figura 25 – Memória visual da seleção de semente e preservação de plantas nativas | 123 |
| Figura 26 – Memória visual de práticas e tecnologias utilizadas para cobrir e proteger o solo | 124 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Etapas da pesquisa de campo..... | 34 |
| Quadro 2 – Idade, escolaridade e estado civil das mulheres pesquisadas | 40 |
| Quadro 3 – Espécies alimentícias cultivadas nos quintais domésticos estudados da comunidade Bom Jesus, parte utilizada, uso e destino da produção | 111 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| ACACE | Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará |
| BNDE | Banco de Desenvolvimento Econômico |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CCA | Centro de Ciências Agrárias |
| CEBs | Comunidades Eclesiais de Base |
| CIC | Centro Industrial do Ceará |
| CEPAL | Comissão Econômica para América Latina |
| CETRA | Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| DNOCS | Departamento Nacional de Obras contra Seca |
| EMATERCE | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| IDACE | Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| MST | Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra |
| MMTR-NE | Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste |
| ONG | Organizações Não Governamentais |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PRA | Programa Residência Agrária |
| PRODEMA | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente |
| PROTERRA | Programa de Redistribuição de Terras |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| SUDENE | Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste |
| ONG | Organizações Não Governamentais |
| UFC | Universidade Federal do Ceará |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 ABERTURAS PARA VIVER E PENSAR NA CONTRA ORDEM | 14 |
| 2 PLANTANDO CAMINHOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS | 21 |
| 2.1 Semeando métodos e técnicas para boas colheitas | 27 |
| 2.2 Pegando no chão da terra: a experimentação para a recriação | 34 |
| 2.3 De informantes à descoberta de sujeitos da própria vida | 37 |
| 3 LUTAR E RESISTIR PARA GARANTIR MODOS DE VIVER DE VIVER DA/NA TERRA CAMPONESA | 42 |
| 3.1 Da luta pela posse da terra à conquista da terra de trabalho “livre” | 43 |
| 3.2 Assentadas/os e as novas lutas pela permanência na terra: preservação da praia e do mar .. | 55 |
| 3.3 Entre caminhos e córregos sinto o cheiro da Comunidade Bom Jesus | 62 |
| 4 ENTRE A NATUREZA E O TRABALHO DE MULHERES NASCE O QUINTAL COMO LUGAR DE RAIZES..... | 71 |
| 4.1 Mulheres plantando organização política e colhendo consciência | 76 |
| 4.2 Quintal virando agroecossistema como terra germinando vida | 84 |
| 4.3 Memórias que falam de saberes em transmissão geracional..... | 90 |
| 4.4 Sistemas e subsistemas produzindo fertilidades | 96 |
| 4.5 Nas práticas agroecológicas surgem guardiãs de sementes da vida | 117 |
| 5. MULHERES ABREM CAMINHOS, DESMONTAM FINAIS E FECUNDAM NOVOS DESTINOS..... | 125 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS | 127 |
| ANEXO A – Área topografada do Assentamento Maceió | 136 |

1 ABERTURAS PARA VIVER E PENSAR NA CONTRA ORDEM

O tema desta dissertação não foi uma escolha ao acaso. Este resulta de inquietações e motivações que surgiram durante minha trajetória acadêmica. Os estudos sobre as relações de gênero e a agricultura familiar e camponesa estiveram presentes, desde a graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará - UFC, ao integrar o Núcleo de Estudos sobre Gênero, Idade e Família – NEGIF/UFC. Neste espaço, envolvi-me em estudos feministas, das relações de gênero entre mulheres e homens em áreas de Assentamentos Rurais em regiões do sertão, serra e litoral do Ceará, além de estudo sob a condição das mulheres, que é minha também, na sociedade camponesa.

Mas, foi o envolvimento nos projetos “Juventude e Agroecologia: abrindo novas veredas para o desenvolvimento rural sustentável”¹ e o “Programa Residência Agrária: educação profissional no diálogo de saberes coletivos para um projeto camponês e universitário”² coordenados pelo Programa Residência Agrária - PRA, que me instigaram a pensar o diálogo entre a agroecologia e a crítica feminista. O PRA, criado no contexto das políticas públicas de Educação do Campo, tem possibilitado às/aos estudantes da graduação e pós-graduação uma formação diferenciada para atuação na assistência técnica e extensão rural em áreas de assentamentos de Reforma Agrária e áreas da agricultura familiar e camponesa. Tem suas bases fundantes na crítica ao ensino difusionista e voltado para o desenvolvimento produtivista e economicista; a priorização à produção do conhecimento dialógico, crítico e participativo; a ressignificação do manejo agrícola tradicionalmente incorporado na agricultura familiar e camponesa para o manejo agroecológico e o exercício da convivência na realidade das famílias camponesas e assentadas.

A experiência formativa sob a perspectiva da indissociabilidade do ensino - pesquisa - extensão e utilizando como metodologia a Pedagogia da Alternância que organiza um processo pedagógico e dialético entre os tempos educativos que acontecem entre o “tempo universidade” e “tempo comunidade”, possibilita o diálogo de saberes (popular e acadêmico),

¹ Participam deste projeto o grupo composto por estudantes dos cursos das ciências agrárias da UFC, agentes rurais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATERCE e Instituto Agropolos, jovens assentados, graduados e professores. Através do uso das metodologias “Pedagogia da Alternância” (Tempo Universidade e Tempo Comunidade) e “Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários - ADSA”¹, criam-se espaços reflexivos que permitem ao grupo a convivência nos assentamentos rurais e a realização de pesquisa aplicada sobre essa realidade, tendo como tema formador a agroecologia e convivência com o semi-árido.

² Esse projeto possibilita aos/as estudantes de graduação e pós-graduação problematizar e refletir sobre a educação profissional na perspectiva da educação do campo.

o exercício da escuta e ausculta do saber local e a partir dele transforma o saber acadêmico e com ele interage produzindo um saber outro, alicerçado na experiência, no diálogo e na construção coletiva e horizontalizada do conhecimento, na luta e na emancipação da sociedade camponesa. Constitui-se de possibilidades de construção de uma educação participativa que forma para a autonomia e liberdade. (ESMERALDO et al, 2009)

Além disso, esta vinculação com o mundo rural³ relaciona-se com minha origem, onde passei maior parte da infância. A vinda à cidade se deu para continuar os estudos, uma vez que o processo de escolarização de populações rurais no Ceará é ainda de difícil acesso e com baixa qualidade, configurando a desigual atenção do poder estatal aos povos do campo e aos direitos básicos como a educação. Lembro-me de dois momentos vividos e sentidos: (1) de um tempo em que minha percepção de mundo baseava-se, predominantemente, em ideias do pensamento hegemônico, universal, da compreensão do campo como atrasado, inferior e da cidade como espaço moderno, superior. Migrar para a cidade significava acesso a conhecimento, urbanizar-se, civilizar-se, melhorar de vida, crescer, romper com o mundo atrasado, limitado, o rural. Estar na cidade me fez por alguns anos, reforçar essa visão dicotômica e hierárquica cidade/campo, urbano/rural, tendo a cidade como referência, modelo para o campo buscar atingir, urbanizar-se. (2) Em outro tempo, os caminhos trilhados oportunizaram-me problematizar e refletir sobre minha percepção de mundo. As vivências em áreas de assentamentos rurais, o contato com os movimentos sociais, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste - MMTR-NE, os momentos de estudos e o caminhar na pesquisa permitiram-me buscar, através do exercício contínuo, re/construir, ressignificar conceitos, ideias até então baseadas na visão de uma sociedade hegemônica que desqualifica e oculta os sujeitos, os outros sujeitos (mulheres, negros/as, indígenas etc.), os outros saberes, as singularidades das coisas quando estas não se submetem ou não se adequam ao modelo social e economicamente estabelecido (ESMERALDO, 2007).

Com os caminhos trilhados e a compreensão de que “a historicidade do mundo e das relações do ser social se realiza como um processo de construção, continuidade, descontinuidade e ruptura” (ARAÚJO, 2003, p. 262) foi possível refletir sobre as dicotomias, hierarquias, desigualdades entre campo e cidade, assim como sua interdependência, “de articulação entre suas particularidades e de descontinuidades que não necessariamente

³ Com o processo de urbanização e da industrialização da agricultura o rural passa a ser submetido ao urbano, constituindo-se como espaço atrasado e arcaico como explicam tudo busco ressignificar a concepção de rural como lugar não hierarquizado e subjugado ao urbano, mas complementar.

significam desequilíbrios e fonte de dominação, mas, relações complementares, pelas quais as funções recíprocas se alimentam e são intercambiadas” (WANDERLEY, 2010, p. 37).

Percorrer, portanto, uma caminhada acadêmica com recorte sobre temas que se correlacionam com o mundo rural me fez retornar ao campo, mas ressignificando meu olhar. É a partir dessas motivações que me senti instigada a promover um diálogo entre a agroecologia e a crítica feminista, tendo como campo de análise as mulheres no desenvolvimento de agricultura no espaço dos quintais.

A crise ambiental e a crise do capital

A crise global, também, chamada de crise da modernidade, vivenciada na atualidade é uma crise do projeto de civilização ocidental que impôs e expandiu um modelo de desenvolvimento global, fundamentada no progresso técnico orientado pela ciência “moderna” e a serviço do capital; da exploração da natureza⁴ em benefício de setores hegemônicos do mundo econômico e político; que reforçam a superioridade dos humanos sobre o ecossistema, tendo a natureza como objeto e como um recurso infinito; que estimula a produção para o consumo em escala insustentável, visando o lucro e a expansão do capital por todo o planeta (MIES E SHIVA, 1993; HERNÁNDEZ, 2011). Nessas bases se tem uma ordem global, a definir de forma dominante os interesses e modos de vida locais, singulares e substituindo as diversidades de economias, de culturas e da natureza (MIES e SHIVA, 1993).

Esse modo de viver trouxe profundas crises atingindo diversas dimensões: ecológica, social, econômica, cultural, política e ética. As/Os mais afetadas/os com os impactos (aquecimento global, mudanças climáticas, destruição de biomas, intensos processos de desertificação, pobreza e miséria etc.) das crises são as pessoas mais pobres, principalmente aquelas que vivem das atividades que convivem e transformam de forma sustentável os bens da natureza, como os povos étnicos e de comunidades tradicionais que trabalham na pesca, agricultura e pecuária (HERNÁNDEZ, 2011).

Importa dizer que os impactos negativos de degradação ambiental não são distribuídos de forma igual a todos os sujeitos, constituindo assim em injustiça ambiental, que corresponde a um mecanismo pelo qual sociedades desiguais, a partir de uma lógica econômica e política hegemônica, destinam a maior carga dos danos ambientais do “desenvolvimento” às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos

⁴ Para Gonçalves (2006) e Koss (2004) a “natureza” é criada modificada pelo ser humano. Para suprir suas necessidades imediatas, o ser humano por meio do trabalho, transforma a natureza e a si mesmo.

étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e em situação de vulnerabilidades (PORTO; PACHECO, 2009). Além disso, esses sujeitos coletivos não participam da decisão sobre o acesso e uso dado aos bens naturais; os projetos de desenvolvimento hegemônico desconsideram a diversidade de usos e apropriações dos bens naturais e dos modos de vidas locais que se constituem, muitas vezes, alternativas econômicas, sociais e ambientais de potencial endógeno⁵ de desenvolvimento.

É diante do acúmulo de problemas ambientais, sociais e de produção que “surge uma demanda das comunidades para que o Estado reconheça seus direitos de uso, usufruto e manejo dos ecossistemas” com uma nova consciência e novo espírito de organização coletiva para pensar alternativas de sustentabilidade ao projeto neoliberal e ao modelo hegemônico, homogeneizador, alheio à diversidade cultural e ao potencial produtivo dos ecossistemas e das formas diversas de organização produtiva (LEFF, 2002, p. 50). Nesta perspectiva, a agricultura familiar e camponesa revela dimensões, expressões e práticas que possibilitam a construção de formas de agriculturas, como de base agroecológica.

Pensada a partir do local, da experiência, dos saberes das comunidades tradicionais e camponesas, a agroecologia tem como potencial o endógeno, as expressões culturais, ecológicas, econômicas e sociais que constituem elementos fundamentais e ponto de partida da sustentabilidade local. Contrapondo-se aos modelos de capitalização do campo, a agroecologia configura-se como novo paradigma produtivo de saberes para uma agricultura que cause menos impactos negativos ao ambiente e as pessoas, adotando o agroecossistema⁶ como unidade de análise. O agroecossistema é percebido em seus diversos aspectos: ecológica, econômica, social e cultural e na inter-relação entre estes, inserido em um processo histórico, dialético e complexo.

Compreendendo que as relações sociais se realizam como um processo de construção, des/continuidade e ruptura, considera-se, ainda, que a construção de um novo olhar sobre uma agricultura com bases na Agroecologia e de um modo de viver no campo se dê com base no protagonismo de homens e mulheres, como afirma Siliprandi (2009). Nobre, Souza e Almeida (2008) apontam que as instituições que desenvolvem experiências agroecológicas reconhecem as desigualdades de gênero na agricultura familiar, ao indicar que as atividades orientadas às mulheres ainda estão no campo da produção de alimentos para

⁵ Potencial endógeno é considerado neste trabalho a partir da perspectiva de Borba (2002) *apud* Moreira e Carmo (2004) que considera ser um conjunto de recursos localmente disponíveis que podem ser potencializados, gerando estratégias diversas que promovam o desenvolvimento local em bases sustentáveis.

⁶ Agroecossistema é definido como um tipo específico de ecossistema, modificado pela ação humana através das atividades agrícolas (SILIPRANDI, 2009).

consumo da família e no cultivo de plantas medicinais voltadas para o cuidado com doentes. Não desfrutam do reconhecimento social e econômico. Acrescentam que essas atividades ganham visibilidade por sua importância à segurança alimentar e à preservação da saúde da família. Nesse sentido, é necessário o debate e a problematização das relações sociais entre os gêneros masculino e feminino, das mulheres na agricultura, buscando romper com as dicotomias e hierarquias impostas pela sociedade patriarcal e capitalista.

Desvelar e dar visibilidade ao trabalho produtivo das mulheres é indispensável, uma vez que a ideologia patriarcal continua, no campo, profundamente enraizada na construção da sociabilidade entre os gêneros masculino e feminino. Esse modelo aliado aos projetos de capitalização do campo tem mantido o trabalho das mulheres oculto e sem o reconhecimento socioeconômico, além de contribuir para sua exclusão dos processos de formação, de acesso à terra, à água, ao crédito, à documentação, à assistência técnica, ao domínio das tecnologias e ainda, ao acesso e controle de bens gerados pela produção (DEERE, 2002; BUTTO, 2006; PAULILO e SCHMIDT, 2003). Importa refletir, ainda, sobre as circunstâncias as quais as mulheres estão inseridas, as correlações que acontecem incluindo aqui, a questão de classe, as continuidades e rupturas de seu *status quo* no mundo rural.

Os estudos que enfocam as relações de gênero no meio rural mostram que a desvalorização e a invisibilidade do trabalho feminino, bem como o papel das mulheres na agricultura familiar são temas recorrentes em diversas análises. Brumer (1996), Paulilo e Schmidt (2003); Esmeraldo (2008), Amaral (2005), Butto (2006), Camurça (2006) mostram que o trabalho das mulheres rurais ainda é tido como uma “ajuda”, ou seja, complementar ao trabalho dos homens. As atividades desenvolvidas pelas mulheres nos sistemas de: cultivo (horta, quintais produtivos, roçado), criação (cuidado com pequenos animais), extrativismo (lenha) e transformação (produção de doces, queijo etc.) são consideradas uma extensão ao seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa, responsável pela reprodução da família. Além disso, o trabalho feminino quase sempre não é remunerado e a renda auferida por algumas delas é inferior à renda masculina. Essa “invisibilidade”⁷ assenta-se ao não reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos ativos. Seu reconhecimento no âmbito sociocultural e econômico vai se estabelecer a partir das ideias e normas de como determinada sociedade constrói suas

⁷ Carrasco (2003) problematiza tal questão a partir das reflexões sobre economia feminista. Indica que a produção capitalista, além de manter invisível sua ligação com as atividades de cuidado, da reprodução, utiliza o trabalho das mulheres como um meio para seus fins, ou seja, para a obtenção de lucro. Há um propósito nessa invisibilidade que é a omissão do trabalho doméstico e feminino como componente contábil nos custos da reprodução do trabalho assalariado.

representações de gênero, ou seja, do que é ser homem e ser mulher, das relações entre estes e entre pessoas do mesmo sexo (homem – homem; mulher-mulher).

Para mudanças nesse panorama, torna-se um desafio, garantir a perspectiva de gênero nos modos de agricultura sustentáveis, tais como a Agroecologia, considerando as ações de homens e mulheres como necessárias e complementares para o desenvolvimento rural (AMARAL, 2005). Todavia, Siliprandi (2009) explica que ainda há certo distanciamento da perspectiva de gênero das experiências agroecológicas, bem como a escassez de produção científica que faça vinculação entre as temáticas da agroecologia e as relações de gênero. Neste sentido, verifica-se a relevância de se dar um tratamento problematizador e reflexivo às experiências agroecológicas com a crítica feminista.

Sob tal contexto, nasce este estudo que se insere no debate sobre a relação entre as mulheres e a agricultura, a luz da crítica feminista com ênfase na prática das mulheres na agricultura desenvolvida nos quintais, tema que tem ocupado espaços importantes no campo analítico e prático da agroecologia. Procurei responder a algumas questões, tais como: Como tem se desenvolvido a agroecologia pelas mulheres nas experiências de agricultura desenvolvida nos quintais? Como tem se dado o envolvimento das mulheres com a agroecologia, tendo como *locus* de análise os espaços dos quintais? Em que medida as mulheres contribuem para o debate e prática da agroecologia e como esta colabora para mudança do *status quo* da mulher camponesa?

Este trabalho não visa o estudo da unidade familiar camponesa em sua concepção mais ampla, mas promover o diálogo entre a agroecologia e o feminismo, a partir da experiência das mulheres no trabalho desenvolvido nos quintais da Comunidade Bom Jesus, Assentamento Maceió, Itapipoca-CE. Especificamente busquei: (1) caracterizar o espaço do quintal à luz da agroecologia, considerando questões ecológicas tais como a composição de subsistemas e a interligação entre estes, os fluxos de fertilidade e de produtos, os produtos gerados e destino e as práticas de manejo agroecológico; (2) investigar a participação da mulher no espaço do quintal com ênfase na utilização de manejo agroecológico, na manutenção da biodiversidade, na produção dos alimentos e no destino da produção; e (3) verificar como a ação política das mulheres originárias do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste - MMTR-NE estão a contribuir para auto-organização das mulheres e o diálogo com a agroecologia.

Este trabalho configura-se um estudo de caso em que busquei, através de abordagem qualitativa identificar as contradições e apreender os fatos e seus significados,

refletir sobre às práticas de agricultura desenvolvidas por sete (07) mulheres nos quintais da comunidade Bom Jesus. Esta constitui-se uma das 12 comunidades⁸ do Assentamento Maceió, localizado a 60 km de Itapipoca e a 185 km de Fortaleza-CE. Os métodos qualitativos, segundo Paulilo (1999), são utilizados por parte de pesquisadoras feministas devido, sobretudo, à importância atribuída aos elementos de caráter subjetivo existentes na elaboração do conhecimento e insuficientemente identificados em estudos de composição quantitativa.

Acrescenta-se que o estudo se constituiu dentro de uma perspectiva da Educação do Campo que tem em seus fundamentos a concepção de educação que trazem a compreensão da lógica camponesa e o entendimento da necessidade da construção de um projeto alternativo à expansão da lógica do capital” (MOLINA, 2009).

Ainda em Molina (2009; 2010), a concepção de educação do campo nasce a partir da reivindicação dos movimentos sociais por um projeto contra-hegemônico para campo fundamentada “na superação da alienação do trabalho intrínseca à ordem do capital”, “na recuperação do sentido ontológico do trabalho na formação do ser social” (Lukács)⁹ e na ideia de autoemancipação do trabalho em relação à subordinação do capital” (MÈSZÁROS)¹⁰. Desta forma, busquei no cotidiano das mulheres da comunidade Bom Jesus elementos da ontologia do ser social, do valor de uso, da regulação do sistema metabólico social baseada nas necessidades básicas da reprodução do ser social (mediações de 1ª ordem) para se pensar a alternativa de sustentabilidade local.

A escolha da comunidade Bom Jesus constituiu-se em um processo que integrou diálogo com as entidades, movimentos sociais, assentados/as e estudantes que compunham o Estágio de Vivência do Programa Residência Agrária - PRA¹¹ no Assentamento Maceió.

⁸ O Assentamento Maceió é composto por 12 localidades: Bode, Maceió, Humaitá, Jacaré, Apiques, Mateus, Bom Jesus, Córrego da Estrada, Córrego Novo, Barra do Córrego, Sítio Coqueiro e Lagoa Grande (PDS, 2000).

⁹ Ver as ontologias do ser social de Lukács em Lessa, 2007.

¹⁰ Para Mészáros nas sociedades anteriores (coletiva, escravista e feudal) ao capital a organização e divisão do trabalho se dava pelas mediações de primeira ordem, ou seja, pelo valor de uso e as necessidades exerciam função reguladora básica do sistema metabólico social. Com o advento do sistema capitalista forja-se um novo sistema de metabolismo societário estruturado pelo capital em que as mediações de 1ª ordem são submetidas às mediações de 2ª ordem através da feiticização e alienação. Desta forma, tem-se a subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca e ao interesse da auto-realização expansiva do capital (ANTUNES, 2000).

¹¹ Estágio de Vivência corresponde a uma das atividades desenvolvidas pelo PRA que objetiva a formação de estudantes dos Cursos das Ciências Agrárias em base de conhecimento pautada na agricultura familiar e camponesa; na Educação do Campo; na prática de agricultura agroecológica; no enfrentamento as desigualdades de gênero etc.

2 PLANTANDO CAMINHOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

*SABER? Que sei eu?
Pensar é descrever.
- Leve e azul é o céu -
Tudo é tão difícil
De compreender!...
A ciência, uma fada
Num conto de louco...
- A luz é lavada -
Como o que nós vemos
É nítido e pouco!
Que sei eu que abrande
Meu anseio fundo?
Ó céu real e grande,
Não saber o modo
De pensar o mundo!
Fernando Pessoa (11/1914)*

Apesar das incertezas e sofrimentos durante a escrita da dissertação, do enfrentamento à lógica produtivista das publicações em periódicos *qualis*, dos curtos prazos e que desconsidera os processos históricos de cada um/a fui perseverante e não abandonei esta caminhada na construção de conhecimento.

Desafiei-me a promover o diálogo entre dois temas abrangentes que constituem o campo teórico da agroecologia e da crítica feminista. Além da complexidade que envolve cada assunto e o diálogo entre eles, outro desafio enfrentado foi o curto tempo que se constitui o mestrado. Mas, foi vivenciado a realidade dos povos do campo que percebi na ciência um instrumento de poder na luta pelos modos de vida locais, de conhecimento contra-hegemônico, o que me instigou a transformar os desafios em possibilidades.

Portanto, para compreensão da relação das mulheres e a agroecologia busquei elementos da teoria feminista que, através de um campo multidisciplinar de conhecimentos, tem proposto um modo alternativo ou modos alternativos de produção de um contra discurso à racionalidade burguesa, ocidental, de visão androcêntrica, que tendo como “identidade referencial o homem branco-europeu-adulto-heterossexual, deixa de fora as mulheres, as outras raças e etnias, as outras idades e as outras expressões de sexualidade” (BUARQUE, 2006, p. 10). Nesse sentido a crítica feminista surge de forma a “desestabilizar, questionar e implodir não somente as ciências sociais, mas as ciências como um todo” (SARDENBERG, 2004, p. 24), voltando-se para dar visibilidade a sujeitos sociais, com destaque para a mulher,

historicamente, invisibilizada pela ciência moderna. Vale dizer que além das feministas surgiram outras correntes do pensamento contemporâneo na busca de desestabilizar e romper com teorias e práticas do paradigma dominante da ciência moderna. Entretanto, não se pode esquecer que a teoria feminista não rompe radicalmente com o modelo dominante. Sendo um produto da modernidade e instrumento da sociedade moderna, as teorias feministas questionam seus pressupostos básicos e fazem rupturas com modos de fazer ciência, mas mantêm cuidados e continuidades para garantir o rigor da tradição científica (RAGO, 1998).

Para Buarque (2006) e Sardenberg (2004) a teoria feminista influencia as rupturas epistemológicas importantes no campo das Ciências Sociais, problematizando e refletindo sobre o conceito e as origens da opressão feminina. Busca desnaturalizar e desconstruir dicotomias e oposições binárias como homem/mulher, natureza/cultura, homem-cultura/natureza-mulher, produção/reprodução, público/privado; realizar releituras do sistema patriarcal; construir críticas às teorias marxistas que não incluem a dimensão sexuada e criar novas categorias como divisão sexual do trabalho e relações de gênero.

Destaca-se que a trajetória do feminismo é marcada por dinâmicas de diferentes orientações, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, com ênfase para três correntes teóricas: feminismo liberal, feminismo socialista e o feminismo radical.

O feminismo liberal enfatizou, principalmente a partir da década de 1970, as questões de desigualdades e lutava (e luta) por igualdade de direitos, constituindo-se numa perspectiva modernista. Dá-se ênfase aos estudos sobre a mulher no mercado de trabalho, mulher e política, mulher e educação. Essa corrente tem contribuído para a luta por políticas afirmativas (SARDENBERG, 2004). Já o feminismo socialista tem como base na teoria marxista e dá ênfase à análise da exploração sexual, principalmente a exploração da mulher no sistema capitalista como o trabalho doméstico considerado não trabalho por não produzir mercadoria para o mercado capitalista. Contribui para compreensão de que o capital se beneficia da exploração da mulher, mas pouco avançou na procura em identificar as causas de opressão da mulher na lógica da produção (SARDENBERG, 2004). E, o feminismo radical, segundo a mesma autora, volta-se para o debate sobre a teoria do patriarcado, com ênfase para a questão da opressão das mulheres pelos homens, no modo de reprodução, na família, na questão da sexualidade, da violência sexual e dos direitos sobre o corpo (SARDENBERG, 2004). Importante dizer que essas correntes feministas contribuem para o surgimento de três

modalidades do feminismo: feminismo da igualdade, feminismo da diferença e feminismo de governo¹².

Sardenberg (2004) explica que até a metade da década de 1980, as preocupações e análises voltaram-se para a condição feminina e para questões estruturais da sociedade. Posteriormente, com a crítica pós-estruturalista, as preocupações se dirigiram para as questões dos significados e das representações, minimizando a importância dos elementos estruturais societários. Ressalta-se que apesar de conquistas no âmbito da justiça de gênero, a construção de conhecimento se deu de forma separada, havendo dificuldade de articulação entre uma abordagem e outra.

Diante disso, Sardenberg (2004) chama atenção que não se deve analisar somente os significados, mas considerar também a necessidade da quebra das estruturas que se alicerçam no patriarcado. Na busca por justiça de gênero é necessário a integração das teorias e análises feministas que considere o contexto social, cultural, político e econômico em que homens e mulheres estão inseridos e são socializados.

Neste sentido, a escolha da abordagem para orientar meu olhar sob a “realidade” vivenciada pelas mulheres na agricultura familiar e camponesa, com ênfase ao espaço do quintal, teve como base a categoria de gênero, proposta por Scott (1995, p. 21), que compõe “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero como forma primeira de significar as relações de poder”. Gênero possibilita compreender as desigualdades socioeconômicas e política entre homens e mulheres e entre estes.

O gênero não designa o sexo dos indivíduos, mas o conjunto de atributos construídos pela cultura para indicar os papéis que devem desempenhar mulheres e homens em cada sociedade. O gênero não se restringe às relações imediatas entre homens e mulheres, mas ordena todas as relações sociais - da família ao Estado - incluindo as relações entre mulheres e entre homens (BUARQUE, 2006, p. 16).

Como proposto por Scott (1998) o conceito de gênero é relacional e útil para compreensão da sociedade e do entendimento de que “as desigualdades sociais, econômicas e políticas existentes entre homens e mulheres não resultam simplesmente de suas diferenças

¹² O feminismo radical voltou-se para o debate sobre a teoria do patriarcado, com ênfase para a questão da opressão das mulheres pelos homens, no modo de reprodução, na família, na questão da sexualidade, da violência sexual e dos direitos sobre o corpo (SARDENBERG, 2004). Importante compreender como essas correntes feministas contribuem para o surgimento de três modalidades do feminismo: feminismo da igualdade, feminismo da diferença e feminismo de governo. Sobre esse assunto, buscar SALES, AMARAL e ESMERALDO (2000); VANIN e GONÇALVES (2006); BUARQUE (2006).

biológicas, mas de construções nas relações entre as pessoas e das relações das pessoas com a natureza, no desenvolvimento de cada sociedade” (SANTOS; BUARQUE, 2006, p. 25). “A diferença sexual na sociedade ganha um significado e passa a constituir uma importante referência para a articulação das relações de poder” (SAFFIOTI, 2009, p. 34).

Portanto, busquei no conceito de gênero elementos constituintes para a compreensão da relação entre as mulheres e a agricultura. Todavia, entendendo que as relações sociais não se limitam às questões de gênero (SARDENBERG, 2004; SAFFIOTI, 2009), procurei articular gênero a outros elementos constitutivos das relações sociais, como da dimensão das mulheres no contexto da estrutural, de classe e aqui com ênfase para o campesinato, para compreender a configuração de situações de gênero específicas, no caso estudado.

Na articulação entre a relação das mulheres e a agricultura familiar camponesa e agroecologia, considero pensar a agroecologia a partir de seus elementos endógenos, da forma de organização camponesa a que estão inseridas as famílias da comunidade Bom Jesus. Nessa direção acolho as perspectivas de Hecht (1999) e Guzmán (2005). Para Hecht (1999) as práticas agroecológicas existem desde o surgimento da agricultura. A prática da agroecologia já se constituía nos tempos passados, através dos conhecimentos dos grupos étnicos locais e das sociedades não-ocidentais.

Com as transformações ocorridas na sociedade como o colapso demográfico, a escravidão, o colonialismo, os processos inseridos pelo capital e o surgimento da ciência positivista, os conhecimentos agronômicos, as tecnologias utilizadas pelos grupos étnicos locais e sociedades agrárias foram sendo eliminados ou abandonados ou invisibilizados e considerados como saber desorganizado, sem validade (HECHT, 1999), como um não saber. Acrescenta, que os conhecimentos de uma agricultura constituída de símbolos, rituais agrícolas, de uma visão holística que servia para regular as práticas de uso da terra e para codificar o conhecimento dos grupos e comunidades agrárias não foram reconhecidos e apropriados pela “ciência moderna”. Isso contribuiu para o empobrecimento das tecnologias (formas e diversificação de culturas, técnicas de controle biológico e manejo de solo, sistemas de irrigação etc) da agricultura local que dependia da transmissão dos saberes agronômicos de uma geração a outra (HECHT, 1999).

Outra base para pensar agroecologia neste estudo é considerar elementos do campesinato, como traz a perspectiva de Guzmán (2005) ao compreender a agroecologia como o genérico do campesinato. Esta categoria histórica e social é constituinte de uma

perspectiva própria, de uma economia que se expressa numa forma de organização produtiva que se reproduz no interior de modos de produção diversos (WANDERLEY, 2009), ainda que inserida no processo global de reprodução do capital. Importa dizer que não pretendo neste estudo trazer uma discussão teórica sobre a existência ou não do campesinato, problemática esta que parece já ter sido resolvida e analisada por teóricos do campo da sociologia rural no Brasil.

Se a partir da segunda metade do século XX teóricos debatiam a existência ou não do campesinato no Brasil, na atualidade, parece-me não haver mais dúvida sobre sua existência e resistência com revelam os estudos de Carvalho (2005), Sabourin (2011), Wanderley (1999; 2009; 2010) e diversas pesquisas publicadas em 12 volumes na coleção “História social do campesinato brasileiro”¹³.

Também, estudos na sobre a América Latina como o de Mazoyer e Roudart (2011) e de Vergés (2011) reafirmam sua constante “recriação mediada por suas resistências” (FERNANDES APUD VERGÉS, 2011, p. 9). Os estudos têm dado atenção à compreensão de como o campesinato reage ao novo cenário; a capacidade de adaptar-se, renovar-se e se recriar pelas estratégias de resistência aos bloqueios impostos e na subordinação ao capitalismo. Tratam, ainda de problematizar e compreender como se dão os processos de descampesinização e campesinização numa perspectiva da lógica camponesa.

Portanto, coaduno com a existência de uma sociedade camponesa ao dialogar nesse estudo com elementos da noção de campesinato que tem como base uma diversidade de situações que se expressam como o acesso estável à terra; as relações de produção camponesas que tem em sua base as relações de parentescos e o trabalho familiar; a um grupo familiar que ao mesmo tempo unidade de produção e de consumo, articulando-se a uma rede de relações sociais a nível local (comunidade) e territorial para sua reprodução ampliada; a ocupação multimencional, que determina o equilíbrio entre atividade agrícola, extrativista e não agrícola (artesanato, turismo comunitário etc); a um modo de produção que prioriza suprir as necessidades básicas de reprodução da unidade familiar (autoconsumo) e a comercialização para o excedente (MOLINA, 2009; 2010) e o uso de tecnologias e de formas de manejo dos bens naturais¹⁴ que estão vinculados aos agroecossistemas locais e específicos.

¹³ Coleção publicada pelo NEAD e editora UNESP.

¹⁴ Reforço o entendimento a partir das ideias de Woortmann e Woortmann (1997), Gonçalves (2006), Koss (2004) de que a natureza não é natural é uma construção social. Ao ser substantivada enquanto recurso, ganha significados específicos, dependendo da abordagem. “recursos naturais”, por exemplo, para economia do capital constituem-se meios para produção de bens e serviços para obtenção de lucro. Porém, “recursos naturais”, a partir da racionalidade camponesa são apropriados através do processo do trabalho (em que se imbricam terra,

Essas dimensões da lógica camponesa se expressam no cotidiano e no trabalho familiar, na relação com a natureza, na auto-organização dos meios de produção e da força de trabalho familiar, na agricultura que causa menos impactos socioambientais. Dessa forma, a agroecologia é um campo profícuo para se pensar a partir da agricultura camponesa, de um conhecimento produzido de forma endógena e para o reconhecimento de uma resistência camponesa.

A agroecologia enquanto matriz disciplinar tem seu uso recente, ganhando popularidade principalmente a partir da década de 1970. Ressalta-se como já dito e defendido neste estudo que as práticas da agroecologia são antigas, assim como a origem da agricultura, que remontam ao período neolítico (HECHT, 1999). A agroecologia, também, insere-se num campo de análise multidimensional (econômica, social, ambiental, cultural, política e ética) de conhecimento, que segundo Caporal e Costabeber (2004), tem se configurado numa matriz disciplinar que integra saberes, conhecimento e experiência de diferentes sujeitos, potencializando, elementos para pensar a agricultura e o desenvolvimento rural. Além disso, institui-se num campo de produção de um contra discurso à racionalidade ocidental e à agricultura convencional e hegemônica na sociedade moderna.

A agroecologia busca associar questões ambientais e agronômicas às dimensões econômicas e socioculturais para pensar o desenvolvimento rural e novos paradigmas de agriculturas. Segundo De Biase (2010a, p. 28) a questão central nos primeiros estudos sobre a agroecologia buscou a redução dos efeitos nocivos da agricultura moderna nos processos ecológicos. Posteriormente, o debate se ampliou com a incorporação das dimensões econômicas, sociais e culturais. Destacam-se nessa trajetória, teóricos como Gliessman, Altieri e Guzmán.

A abordagem central nos estudos de Gliessman privilegiou o olhar sob os processos ecológicos à agroecologia, aprofundando o diálogo entre os conhecimentos agronômicos e ecológicos, tendo como núcleo central de análise os agroecossistemas e as relações humanas (GLIESSMAN, 2000). Busca “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (GLIESSMAN, 2000, p. 54). As reflexões sobre os processos ecológicos vão se dar num campo metodológico baseado na visão ecossistêmica, buscando uma interação entre as dimensões ecológicas, técnicas, social e econômica. Ressalta-se, conforme De Biase (2010a, p. 37), que “a metodologia

família e trabalho) e transformados em insumos para produção de alimentos a serem priorizados o consumo familiar e a própria reprodução da forma de organização camponesa.

adotada por Gliesman parece subordinar as dimensões sociais e econômicas à lógica ecológica”.

No caso de Altieri, destaca-se o olhar agrônomo à agroecologia, tendo, também, como unidade de análise o ecossistema com destaque para as dimensões técnicas e econômicas (ALTIERI, 2004; 2012). Altieri busca, através das técnicas agrônomicas, elementos para potencializar os sistemas agrícolas pobres, através de uso de procedimentos metodológicos adaptados à realidade das comunidades camponesas (DE BIASE, 2010a). Ainda para Altieri, tem sido fundamental para a reconstrução de um novo modelo de extensão rural no Brasil, assim como da América Latina, até recentemente instituída de forma dominante com base na “modernização” do campo.

Já Guzmán tem como núcleo base a dimensão sociocultural para o diálogo com as dimensões ecológicas e econômicas (2001, 2002 e 2005). Segundo De Biase (2010a), Guzmán busca uma reflexão sobre a agroecologia com base na perspectiva endógena, local, considerando as dimensões (ecológicas, sociais, econômicas e culturais) de forma mais horizontais colocando no centro da discussão a dimensão sócio-cultural específica das diferentes comunidades rurais tradicionais. Tendo como “eixo central o marxismo antropológico, evidencia a necessidade de compreensão da lógica social interna para posterior observação e reflexão sobre seu lugar na história e nas relações externas” (DE BIASE, 2010a, p. 59).

Tais pressupostos estão em diálogo e instigam reflexões problematizadoras a potencializarem a identificação de elementos que compõem a lógica de reprodução das mulheres camponesas em sua trajetória histórica vivenciada nas lutas pela terra, nos movimentos de resistência e nas experiências adaptativas aos novos contextos socioeconômicos impostos pelo capital e pelo Estado. Portanto, neste trabalho os diálogos com as práticas de agricultura desenvolvidas nos quintais pelas mulheres são realizados no contexto de um estudo em escala local situada na comunidade Bom Jesus que integra o Assentamento Maceió, mas considerando o movimento dialético e as relações local-global.

2.1 Semeando métodos e técnicas para boas colheitas

Para compreender a relação das mulheres e a agroecologia, tendo como campo de análise as experiências de quintais da comunidade Bom Jesus, Assentamento Maceió-Itapipoca-CE utilizo uma abordagem qualitativa que busca responder a questões particulares

da realidade social através do conhecimento e interpretação das relações, valores, significados, hábitos, atitudes dentro e a partir da realidade vivenciada (MINAYO, 2009). Dos tipos de métodos¹⁵ de pesquisas qualitativas, optei por um estudo de caso, pois permite reunir o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas. O estudo de caso, segundo Gil (1999) e Goldenberg (2005), refere-se a um estudo profundo e exaustivo de um fenômeno, de forma a permitir o conhecimento amplo e detalhado do “objeto” da pesquisa.

O estudo de caso possibilita buscar a apreensão da totalidade de uma situação, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade (GOLDENBERG, 2005). Mas de que totalidade está se falando? De uma totalidade em que as partes (não homogêneas) “constitui-se no todo de maneira a manter sua interdependência, que o indivíduo, a sociedade e espécie são termos que finalizam um no outro” (DI CIOMMO, 2003, p. 425).

Conforme Goldenberg (2005) a totalidade de um “objeto de pesquisa”¹⁶ resulta de sua construção, logo não existem limites inerentes ou intrínsecos ao “objeto”. Assim, deve-se ter a noção que não é possível ver, descrever, analisar tudo do “objeto”. Na construção do “objeto”, deve-se levar em consideração que o objeto está inserido em um contexto sócio-histórico, numa orientação teórica e constitui-se de preferências pessoais do/a pesquisador/a. Não há neutralidade na ciência, como pontua Demo (1995). A simples escolha de um “objeto de estudo” já significa um julgamento de valor na medida em que ele é privilegiado como mais significativo entre tantos outros sujeitos à pesquisa’. Assim, tanto nas pesquisas quantitativas quanto nas qualitativas, a subjetividade do/a pesquisador/a está presente (GOLDENBERG, 2005 p. 45).

É preciso que a/o pesquisador/a busque elementos para conter a subjetividade. Goldenberg (2005, p. 45) em diálogo com Bourdieu, explica que o esforço controlado para conhecer a “realidade social”, denominado de objetivação, “trata-se de uma tentativa, um esforço, já que não é possível realizá-lo plenamente, mas é essencial conservar-se esta meta, para não fazer do objeto construído um objeto inventado”, adulterado. Além disso, deve-se

¹⁵ Os métodos correspondem aos procedimentos, às etapas mais concretas da investigação em relação aos fenômenos voltados para a produção de dados e explicações como os métodos histórico, comparativo, estatístico, etnográfico e estudo de caso. Salienta que uma pesquisa pode utilizar mais de um método de procedimento. (LAKATOS; MARCONI, 2001).

¹⁶ Também, a situação colaborou para refletir sobre “sujeito” e “objeto” da pesquisa. Referente a esse ponto Bosi (1994) contribui para pensar a relação entre “sujeito” e “objeto” da pesquisa. Considera-se que se deve romper com a ideia do sujeito reduzido a coisa, compatível com o método experimental. Em estudo sobre a memória a partir de lembranças de velhos, Bosi enfatiza que enquanto pesquisadora se constituiu sujeito ao indagar e a procurar saber e como objeto, ao ouvir, registrar, sendo como “um instrumento de receber e transmitir a memória, um meio em que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças” (BOSI, 1994, p. 38).

evitar o objetivismo empirista que acredita impor-se o objeto ao sujeito (DEMO, 1995). Portanto, quanto mais a/o pesquisador/a tem consciência de seus valores mais é capaz de evitar o viés, prejulgamentos e através do uso de uma combinação de técnicas e procedimentos metodológicos buscar abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do “objeto de estudo” (GOLDENBERG, 2005). Assim, o método de estudo de caso associado a diferentes técnicas, como observação participante e entrevistas com pouca estruturação foram elementos utilizados para obtenção de informações detalhadas sobre o “objeto” de pesquisa.

Goldenberg (2005) destaca que a/o pesquisador/a deve estar preparado para lidar com problemas teóricos e com descobertas inesperadas que não foram previstas no início da pesquisa e que podem reorientar o estudo. Sobre essa questão, cito como exemplo, um momento vivenciado na primeira etapa da pesquisa exploratória que teve como objetivo expor a ideia da pesquisa e definir a comunidade, o campo do estudo. Na referida ocasião, uma das lideranças da comunidade Apiques¹⁷ questionou-me sobre a pesquisa ter como “objeto” de análise os “quintais produtivos”¹⁸, pois no seu entendimento “quintais produtivos” seria um termo novo, mas que se referia a uma prática já desenvolvidas por seus pais e avós. Desta forma, o questionamento me instigou a ampliar o olhar sobre o tema da agroecologia, buscando conexões com elementos das formas de organização camponesa.

A articulação entre mulheres e agroecologia e a busca por uma visão holística, da totalidade exigiu um esforço interdisciplinar que fosse capaz de promover a junção entre dimensões das ciências agrárias e sociais, com ênfase para o diálogo entre os saberes das áreas da sociologia rural, agroecologia e crítica feminista. Esse esforço interdisciplinar compõe uma dimensão importante para pensar o diálogo entre os saberes populares e saberes da academia. Para Leff (2011, p. 311) a interdisciplinaridade “implica um processo de inter-relação de processos, conhecimentos e práticas que transborda e transcende o campo da pesquisa e do ensino no que se refere às disciplinas científicas e a suas possíveis articulações”. Neste sentido, o diálogo entre as áreas do conhecimento ajuda no processo teórico-metodológico de compreensão da “realidade”, que durante muito tempo foi reduzida ao olhar especialista, a um olhar que, hoje, não dá mais conta da complexidade da realidade que é global, transnacional e “cujos os problemas são cada vez mais transversais” (MORIN, 2012, p. 14).

¹⁷ Uma entre as 12 comunidades do Assentamento Maceió.

¹⁸ A adjetivação ao termo quintal tem sido freqüente com a implementação de projetos produtivos em base em princípios na agroecologia e financiados pelo poder estatal.

Além disso, deve-se buscar promover um diálogo de saberes de forma mais horizontalizada, considerando que cada saber tem sua importância. Santos (2007) nos instiga a ressignificar as ideias do modo de fazer ciência sob olhar universal, único, monótono, que desconsidera a existência de outros saberes ou tem o outro saber como inferior, menor. Acrescenta que

[...] o importante não é ver como o conhecimento representa o real, mas conhecer o que determinado conhecimento produz na realidade; a intervenção no real. Estamos tentando uma concepção pragmática do saber. Por quê? Porque é importante saber qual é o tipo de intervenção que o saber produz. Não há dúvida de que para levar o homem ou a mulher à Lua não há conhecimento melhor do que o científico; o problema é que hoje também sabemos que, para preservar a biodiversidade, de nada serve a ciência moderna. Ao contrário, ela a destrói. Porque o que vem conservando e mantendo a biodiversidade são os conhecimentos indígenas e camponeses (SANTOS, 2007, p. 33)

Assim, instiguei-me a promover o diálogo entre o saber científico e o saber popular, mas ciente dos limites da pesquisa e de meus limites enquanto pesquisadora e militante. Foi no cotidiano, na convivência com as famílias camponesas durante a pesquisa de campo e nas narrativas de vida que as camponesas e os camponeses traziam na memória do passado e nas perspectivas para o futuro que busquei dialogar com saberes científicos das áreas da sociologia rural, antropologia, economia, ecologia e feminismo.

Os métodos qualitativos são utilizados por parte das pesquisadoras feministas devido, sobretudo, à importância atribuída à subjetividade na elaboração do conhecimento que proporciona uma maior confiança entre pesquisador/a e pesquisadas/os, diminuindo a hierarquia do relacionamento, além de proporcionar uma maior quantidade de dados, quando utilizadas entrevistas em profundidade com ou com pouca estruturação prévia (PAULILO, 1999). Essas técnicas vão possibilitar ao/a pesquisador/a uma diversidade de informações em diferentes tempos e situações, contribuindo para o controle do viés do pesquisador/a na compreensão da “realidade”. Portanto, a observação participante, entrevistas semi-estruturadas e conversas informais se constituíram uma estratégia no conjunto das técnicas de pesquisa (MINAYO, 2009) para investigar as mulheres na agricultura à luz da agroecologia e da crítica feminista.

A observação participante, para Minayo (2009) corresponde a um processo em que o/a pesquisador/a se coloca como observador de uma situação social, objetivando realizar uma investigação científica. Segundo Gil (1999), através desta técnica o/a pesquisador/a se

insere na vida social de um grupo ou participa de determinada situação. O/A observador/a passa a fazer parte da situação social em que realiza a investigação, modificando e sendo modificado pelo contexto (MINAYO, 2009).

Esta técnica, conforme Gil (1999) permite o acesso aos dados sobre situações habituais em que os membros da comunidade se encontram envolvidos; possibilita uma aproximação mais íntima com a “realidade” vivenciada; o acesso a uma quantidade maior de informações que ajuda a/o pesquisador/a a controlar a subjetividade. Cardoso (1999) complementa que a observação participante possibilita um momento de acúmulo de informações e permite a reformulação de hipóteses, novas descobertas que geram outras entrevistas, outras pesquisas, ou seja, a/o pesquisador/a com o uso da técnica da observação participante é mediador/a entre a análise e a produção de informação e não apenas transmissor/a.

Minayo (2009) acrescenta que a convivência com o grupo, oportuniza compreender elementos que vão surgindo aos poucos e que com o uso de um questionário fechado não seria possível conhecer. Durante a pesquisa de campo, houve situações em que se apontavam vantagens na combinação de técnicas metodológicas. Como exemplo, cito as informações sobre os produtos alimentícios gerados nos quintais. Observei que alguns itens somente foram indicados com a convivência, ao acompanhar as mulheres no trabalho dos quintais. Também, por meio da observação participante acompanhei etapas do processo do trabalho no quintal, importantes para uma melhor compreensão da forma de manejar e sobre as práticas utilizadas.

Vale ressaltar que a técnica de observação participante tem algumas desvantagens como as dificuldades na etapa de inserção no grupo social; a posição que a/o pesquisador/a assume dentro do grupo social pode restringir a amplitude de sua experiência (GIL, 1999). Dos problemas enfrentados na referida pesquisa, menciono a distância de tempo entre uma vivência e outra, sendo necessário restabelecer novos laços de confiança e solidariedade entre pesquisador/a e pesquisadas/os. O tipo de contato deve valorizar tanto a observação quanto à participação, tendo através desta um contato em que afeto e razão se complementem e que a observação forneça a medida das coisas (CARDOSO, 1999).

Articulada à observação participante, foram aplicadas entrevistas junto a mulheres e homens¹⁹ da comunidade Bom Jesus, assim como de outras comunidades (Apiques, Sítio Coqueiro e Córrego da Estrada) do Assentamento Maceió. A entrevista é uma estratégia

¹⁹ Foram realizadas entrevistas com 3 homens que são representativos para o meu conhecimento sobre o processo de luta pela posse da terra.

utilizada na pesquisa que tem como objetivo obter informações diretamente construídas no diálogo com os sujeitos da pesquisa, a partir de suas reflexões sobre a realidade vivenciada e que se relacionam ao tema de estudo (MINAYO, 2009). Essa técnica possui diversas formas de abordagens, porém, para este estudo, foram utilizadas entrevistas informais, semi-estruturadas e entrevistas abertas.

A entrevista informal, segundo Gil (1999), é usada em estudos exploratórios, que objetiva abordar realidades ainda pouco conhecidas pelo/a pesquisador/a ou então a oferecer visão aproximada do problema pesquisado. No caso da pesquisa, utilizei entrevistas informais com informantes-chaves (lideranças das comunidades) na primeira etapa do estudo (exploratória) para identificação das possíveis comunidades a serem pesquisadas, informações gerais do Assentamento, atividades desenvolvidas etc.

Com instrumento semi-estruturado, composto de perguntas fechadas e abertas, previamente estabelecidas obteve-se informações para caracterização do espaço do quintal, atividades desenvolvidas, tipos de sistemas (cultivo, criação, extrativismo e transformação), manejo e práticas do agroecossistema quintal. Segundo Minayo (2009) este instrumento permite ao informante discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.

As entrevistas abertas permitiram-me captar a relação que homens e mulheres têm com a terra, a luta pela posse da terra e em defesa de seus modos de vida. As/Os “informantes” foram lideranças e pessoas mais antigas do Assentamento que participaram da luta pela permanência na terra. Também, de forma complementar de coleta dos dados sobre o envolvimento das mulheres com a agroecologia, foram realizadas entrevistas abertas em que as informantes foram convidadas a falar sobre sua trajetória de vida e seu envolvimento com a agricultura. Conforme Minayo (2009) a entrevista aberta ou em profundidade é uma técnica em que o/a informante é convidado/a a falar de forma livre sobre um tema e as perguntas vão sendo feitas de forma a aprofundar às reflexões.

Importa dizer que além de dados primários, foram consideradas informações secundárias de estudos já realizados no Assentamento de forma a preencher as lacunas deste estudo.

Referente aos instrumentos metodológicos utilizou-se: diário de campo, formulário e câmera fotográfica. O principal instrumento de trabalho da observação é o diário de campo que permite registrar não somente as falas, acontecimentos, mas o dia-a-dia das famílias, o comportamento, as reações emocionais dos/as informantes; as impressões,

memória (anotações e registros posteriores), emoções e dificuldades da/o pesquisador/a, além de promover o diálogo entre a/o pesquisador/a e a realidade. Como afirma Minayo (2009). Oliveira (2006) chama atenção que o registro da vivência no diário de campo configura-se uma tática no ato da elaboração textual, pois o/a pesquisador/a pode evocar durante toda a interpretação dos dados da pesquisa, rememorar o passado, tornando-o a memória presente no ato de escrever.

O uso do diário, segundo Lopes (2002) é pessoal e pode ser usada uma linguagem coloquial, própria e individual. Seu uso requer esforço, pois não se trata apenas de uma descrição de dados, mas trata-se de registrar o convívio com os sujeitos pesquisados, reconstruir a trajetória histórica dos indivíduos, a luta pela terra, a constituição de território e diversos outros aspectos. Requer uma vigilância intensa para não tratar os sujeitos a partir dos pré-julgamentos centrados numa sociedade urbana que está presente no pensamento científico em geral (LOPES, 2002). Afirma ainda que o aproveitamento metodológico no uso do diário de campo, depende do olhar atento da/o pesquisador/a em perceber os detalhes da realidade vivenciada e auxiliar sua memória para que posteriormente as informações sejam analisadas em profundidade.

Quanto à forma, a construção do diário de campo é algo pessoal. Pode se usar símbolos, desenhos, códigos, poesias, narrativas, lembretes entre outras formas. O modo como utilizei o diário se deu através de narrativas e lembretes (LOPES, 2002) e o registro se deu em momentos diferentes, dependendo do cotidiano inserido, de forma a não constranger os/as informantes, caso ficasse fazendo anotações detalhadas no momento da entrevista ou nas conversas informais. Os registros foram realizados ao final de cada dia ou no início do dia posterior a vivência e posterior ao período da vivência, em que recorria ao exercício da memória. Percebi que o uso do diário de campo exigiu-me uma postura disciplinar e um esforço de memória para o registro, não apenas de descrições, mas de dúvidas, reflexões, hipóteses e novas questões que foram surgindo durante a pesquisa de campo.

Referente ao uso de fotografia considero as imagens um instrumento que auxilia a/o pesquisador/a a rememorar acontecimentos; a perceber os diversos aspectos contidos na fotografia e sua contextualização e viabilizar sua contextualização histórico-social e cultural, como expõe Müller (2006), além de proporcionar ao/a pesquisador/a desenvolver outras habilidades no mundo da arte de fotografar. O uso de imagens pode indicar outras interpretações, leituras, questões não percebidas por mim, enquanto pesquisadora. A imagem transmite uma interpretação pessoal, subjetiva e múltipla (MÜLLER, 2006).

2.2 Pegando no chão da terra: a experimentação para a recriação

O interesse em estudar o tema das mulheres camponesas e a agroecologia constituiu-se uma oportunidade em dar continuidade a uma trajetória acadêmica trilhada desde a graduação, como já mencionada anteriormente. O envolvimento e a proximidade enquanto pesquisadora com o campo de estudo constitui-se um desafio em manter o controle da subjetividade. Mas, a combinação de técnicas e procedimentos metodológicos foi essencial para manter o controle da subjetividade e não comprometer o estudo. O estranhamento foi uma primeira dimensão exercitada durante o mestrado. É fato que demorei em entender que o controle da subjetividade seria mais importante para as mulheres camponesas, pois o meu distanciamento, possibilitaria, além da descrição (não menos importante), uma análise da “realidade” investigada para sua compreensão. Ciente dos limites da pesquisa e de meus limites, desafiei-me ir ao encontro com desconhecidos e a construção do “objeto da pesquisa” como nos instiga Cardoso (1999), considerando que a teoria do conhecimento oferece caminhos para compreender a realidade e não a encontrar verdades, mas ir ao encontro do desconhecido, da novidade que pode estar na descoberta de alguma coisa que não foi compartilhada entre o/a pesquisador/a e os/as pesquisados/as.

A pesquisa de campo foi desenvolvida em seis tempos no Assentamento Maceió, perfazendo um total de 25 dias, de 09 fevereiro de 2011 a 11 de maio de 2013 (QUADRO 1). Para realização desta etapa foram utilizadas como técnicas a observação participante, entrevistas semi-estruturadas e conversas informais, além de uso de instrumentos como máquina fotográfica, gravador e diário de campo, como já citado anteriormente.

Ressalta-se que após a “visita de reconhecimento” construí um cronograma de atividades e um roteiro provisório constando questões sobre o que perguntar e observar nas etapas seguintes. Todavia, o roteiro foi sendo modificado a partir do diálogo com as mulheres.

Quadro 1 – Etapas da pesquisa de campo

| Etapa | Período | Síntese das Atividades da Pesquisa de Campo |
|-------|------------------------------|--|
| 1 | 09 a 12 de fevereiro de 2011 | Pesquisa exploratória no Assentamento Maceió, de visita de reconhecimento. Através de reunião com presidente da Associação Comunitária do Imóvel Maceió - ASCIMA e em circunstâncias informais dialoguei com militantes de movimentos sociais, como do MMTR – NE e outras lideranças do Assentamento Maceió. Nesta etapa foi apresentada a proposta da pesquisa e obtidas indicações de possíveis comunidades em que |

| | | |
|---|---|---|
| | | poderia ser realizado o estudo a integrar mulheres e Agroecologia. |
| 2 | 14 a 20 de julho de 2011 | Pesquisa exploratória realizada na comunidade Bom Jesus. Foi apresentada à comunidade a proposta da pesquisa e foi solicitada a autorização para sua realização. Com a aceitação pela comunidade, realizei as primeiras entrevistas históricas, além de conhecer a infraestrutura e elementos da forma de organização da comunidade Bom Jesus. Participei ainda, de atividades no Assentamento Maceió, como a “I Regata Ambiental de Pacote no Maceió”, de reuniões da ASCIMA, entre outras. Considero que a busca pela compreensão do “real”, do “objeto” de pesquisa requer uma visão holística, pensar o local numa teia de relações sociais. |
| 3 | De 21 a 27 de março de 2012 | Realização de entrevistas com roteiro semi-estruturado junto às mulheres assentadas, além de entrevistas históricas e a convivência com as famílias camponesas. |
| 4 | De 19 a 23 de janeiro de 2013 | Realização de entrevistas com roteiro semi-estruturado junto às mulheres e homens assentados/as. |
| 5 | De 27 de fevereiro a 03 de março de 2013. | Realização de entrevistas; participação na Oficina “Mulheres e Agroecologia” promovida pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR – NE em articulação com a Organização Não Governamental Centro de Estudos e de Assessoria ao Trabalhador - CETRA. Através da observação participante, foi possível buscar elementos para compreensão de como a agroecologia está se constituindo através do diálogo entre as mulheres e os/as mediadores/as externos. |
| 6 | 09 a 11 de maio de 2013. | Participação na Oficina “Gênero e Geração: produzindo Agroecologia” promovida pelo PRA/UFC. A partir dos resultados parciais da pesquisa que realizei, da caracterização e identificação de práticas sob a perspectiva da Agroecologia, o grupo de pesquisadores/as do PRA ponderou ser importante realizar uma oficina com jovens inseridos em um Projeto coordenado pelo PRA, tendo as/os camponesas/es como mediadores/as de práticas de manejo agroecológico. Este seria, também, de validação dos resultados junto à comunidade, considerada etapa desta pesquisa. Porém, a não conclusão da análise dos dados, adiou a realização desta etapa neste encontro. |

Fonte: Dados da pesquisa.

O trabalho de campo foi realizado em intervalo de tempo que considero ao mesmo tempo positivo e negativo. Positivo, pois me possibilitou durante os dois anos vivenciar em tempos diferentes o cotidiano das famílias camponesas. Negativo, por não ter conseguido realizar as idas a campo numa ordem cronológica de espaços de tempos conforme idealizado para conclusão da pesquisa de campo em 2012. Outro objetivo metodológico pretendido, mas não atingido foi não ter conseguido acompanhar os momentos em que homens e mulheres participaram da Feira Agroecológica do Território de Itapipoca, apesar dos contextos não vivenciados terem sido transmitidos através dos relatos das/os camponesas/es²⁰.

Da elaboração preliminar à versão atual dos objetivos do estudo, alterações ocorreram na medida em que os resultados da pesquisa revelaram questões ainda não pensadas ou evidenciadas, indicando assim novas investigações. Isso é possível através da convivência com as famílias, uso de técnicas como “observação participante” e conversas informais com as famílias.

Para realizar a análise, também, foram consideradas as observações de vivências em outros espaços rurais com o intuito de interlocução e diálogo com o trabalho de campo. Em contextos externos à comunidade houve a participação em eventos acadêmicos nacionais e regionais que trouxeram o debate da Agroecologia e/ou das relações de gênero; encontros promovidos por ONGs e redes sob a perspectiva da Agroecologia e sob a crítica feminista que contribuíram para reflexões deste estudo.

Nas entrevistas realizadas com roteiro semi-estruturado considerei informações como idade, estado civil, nível de escolaridade, fontes de rendas e atividades desenvolvidas; questões para caracterização dos quintais no que se refere ao tamanho, identificação de sistemas e subsistemas, práticas e manejo dos agroecossistemas, uso de sementes, produção e destino de alimentos; atividades desenvolvidas pelas mulheres na comunidade; organização produtiva e sociopolítica das mulheres entre outros. A duração das entrevistas variou de aproximadamente 40 minutos a 1h50 minutos. Ressalta-se, que algumas entrevistas foram retomadas em momentos seguintes, após a escuta das gravações das entrevistas, de forma a esclarecer dúvidas ou buscar novos elementos para o estudo.

²⁰ O uso da categoria camponesas/es foi uma escolha da pesquisadora por compreender a existência da lógica camponesa, mesmo que subordinada a lógica do capital. Ressalto que apesar de algumas/uns sujeitos da pesquisa identificarem enquanto camponesas/es a pesquisa não teve o propósito de problematizar as identidades assumidas pelos sujeitos.

2.3 De informantes à descoberta de sujeitos da própria vida

O fato de fazer parte de um grupo de pesquisadoras/es do PRA que já vinham desenvolvendo pesquisa no Assentamento Maceió, o diálogo com as organizações e movimentos sociais que desenvolvem ações no território e com lideranças locais viabilizou um processo de aproximação e de relações de confiança de construção mais horizontalizada da pesquisa participante. Godói (1999) em seu estudo sobre a ocupação e reprodução camponesa de uma área do sertão do Piauí, em que utilizou como opção metodológica a observação participante, relata que somente foi possível realizar um estudo com método de investigação antropológica²¹ após contatos prolongados e por meio de relações de confiança e a generosidade entre pesquisador/a e das/os pesquisadas/os.

Como já informado anteriormente, o campo desta pesquisa foi a Comunidade Bom Jesus que possui um total de 52 famílias, sendo 28 famílias assentadas e 24 famílias não assentadas (“agregadas”)²². Na Comunidade busquei investigar 7 (sete) experiências de quintais desenvolvidas por mulheres dos 7 (sete) grupos familiares.

A escolha destas experiências de quintais se deu por meio do uso de técnica, denominada de *snowball* ou “bola de neve”, conforme Albuquerque (2009), Baldin e Munhoz (2011). O uso desta técnica permitiu que as/os mulheres participantes da pesquisa na etapa inicial indicassem outras mulheres e assim por diante. Segundo Albuquerque (2009), as/os informantes iniciais da pesquisa podem ser agentes externos que tem uma relação próxima com a população da comunidade ou pela identificação da/o própria/o pesquisador/a. Sendo uma técnica que utiliza cadeias de referência sobre uma situação social específica, a identificação é facilitada entre a população local que possui maior grau de proximidade (parentesco, vizinhança), do que pela/o pesquisador/a. Por outro lado, Albuquerque (2009) considera que a indicação por esse método pode ser de pessoas mais visíveis na comunidade. Buscando superar essa limitação, através da convivência, nas conversas informais e caminhada pela comunidade identificou-se outras experiências de quintais.

²¹ Como já descrito essa dissertação constitui-se um estudo de caso, de natureza qualitativa e constituinte de abordagem dialética, porém, busco na antropologia (observação participante), assim como na hermenêutica (compreender os sentidos, significados) elementos para compor a metodologia e análise do estudo.

²² Essa é uma problemática vivenciada em áreas de Assentamentos rurais. Cada Projeto de Assentamento (PA) é criado com área delimitada para comportar determinado número de famílias. Entretanto, após a constituição de novos grupos familiares (filhas/os casam-se e constituem famílias, por exemplo), estes passam a viver nos “lotes” dos pais ou de parentes. Apesar de fazerem parte da comunidade não podem dispor dos benefícios da Reforma Agrária, como acesso a crédito e à moradia.

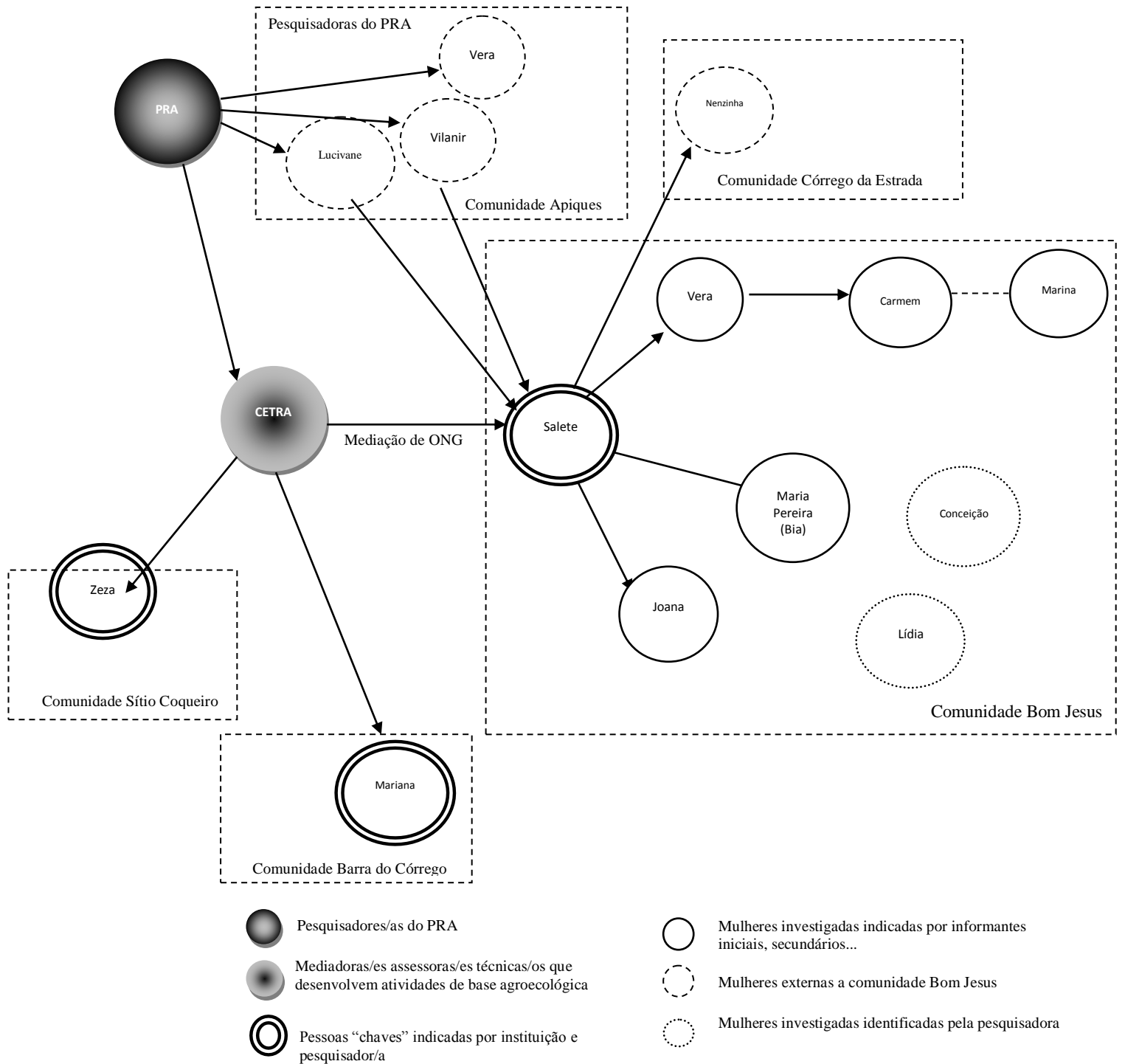
A identificação do campo da pesquisa se deu, primeiramente, por meio do diálogo com a ONG CETRA e outras pesquisadoras do PRA que, além de apontar outras experiências locais, contribuíram para minha inserção no Assentamento Maceió.

O contato com lideranças e militantes do MMTR-NE na comunidade Apiques foram importantes para a definição do campo do estudo e de reflexões sobre o “objeto da pesquisa”. Ressalto que “objeto da pesquisa”, conforme Bosi (1994) pode a princípio causar a impressão do sujeito como uma coisa, reduzindo ao objeto de método experimental, mas que nesta pesquisa houve diálogo entre sujeitos, em que tanto a pesquisadora, quanto as/as mulheres agricultores/as familiares e camponesas/es assumiram o papel de pesquisador/a e pesquisada/o. Fui ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto averiguava, perguntava e objeto quando ouvia, registrava ou era questionada servindo como meio para transmitir a memória de alguém (BOSI, 1004), no caso as mulheres desta pesquisa.

Na Figura 1 está registrada a cadeia de entidades e de mulheres²³ que se mobilizaram para participarem do processo de pesquisa. Inseriram-se através de conversas informais, de reuniões programadas que foram enriquecendo e modificando os rumos da pesquisa numa perspectiva intencional da pesquisadora de promover um estudo de caráter participativo a considerar e visibilizar os conhecimentos das mulheres. Tal postura pedagógica foi fundamental para a expressão de sentimento de cumplicidade, confiança e de compartilhamento de informações que provocaram a revisão de conceitos pré-concebidos pela pesquisadora. Cita como exemplo a resistência de algumas mulheres em nomear os quintais de “quintal produtivo”, como considerado por outras mulheres. A crítica feita a denominação de “quintais” se fez por considerarem que a terminologia “quintais” já expressa significados afetivos e constitui-se uma prática já desenvolvida nas gerações passadas. Essa e outras desconstruções somente foram possíveis diante de uma escuta respeitosa.

²³ Cabe informar que foram realizadas outras entrevistas com mulheres que no processo se incluíram para dialogar sobre a história do Assentamento Maceió e a organização do MMTR-NE.

Figura 1: Cadeia dos principais sujeitos na indicação das experiências de quintais



Fonte: Organograma elaborado pela autora.

As mulheres que tiveram suas experiências pesquisadas possuíam no momento da pesquisa idade entre 37 e 60 anos e nível de escolaridade que variavam de alfabetizada ao nível superior completo. Referente ao estado civil cinco eram casadas, uma solteira e uma separada (QUADRO 2).

Quadro 2 – Idade, escolaridade e estado civil das mulheres pesquisadas.

| Quintais | Mulheres | Idade | Escolaridade | Estado civil |
|----------|---------------------|-------|-------------------------------|--------------|
| 1 | Saete Felix | 43 | Superior incompleto | Casada |
| 2 | Vera Felix | 53 | Ensino médio completo | Solteira |
| 3 | Maria Pereira (Bia) | 55 | Ensino fundamental incompleto | Casada |
| 4 | Joana | 46 | Cursando EJA | Casada |
| 5 | Carmem Félix | 46 | Superior completo | Separada |
| 6 | Lídia | 37 | Ensino médio incompleto | Casada |
| 7 | Conceição Félix | 60 | Alfabetizada | Casada |

Fonte: Dados da pesquisa

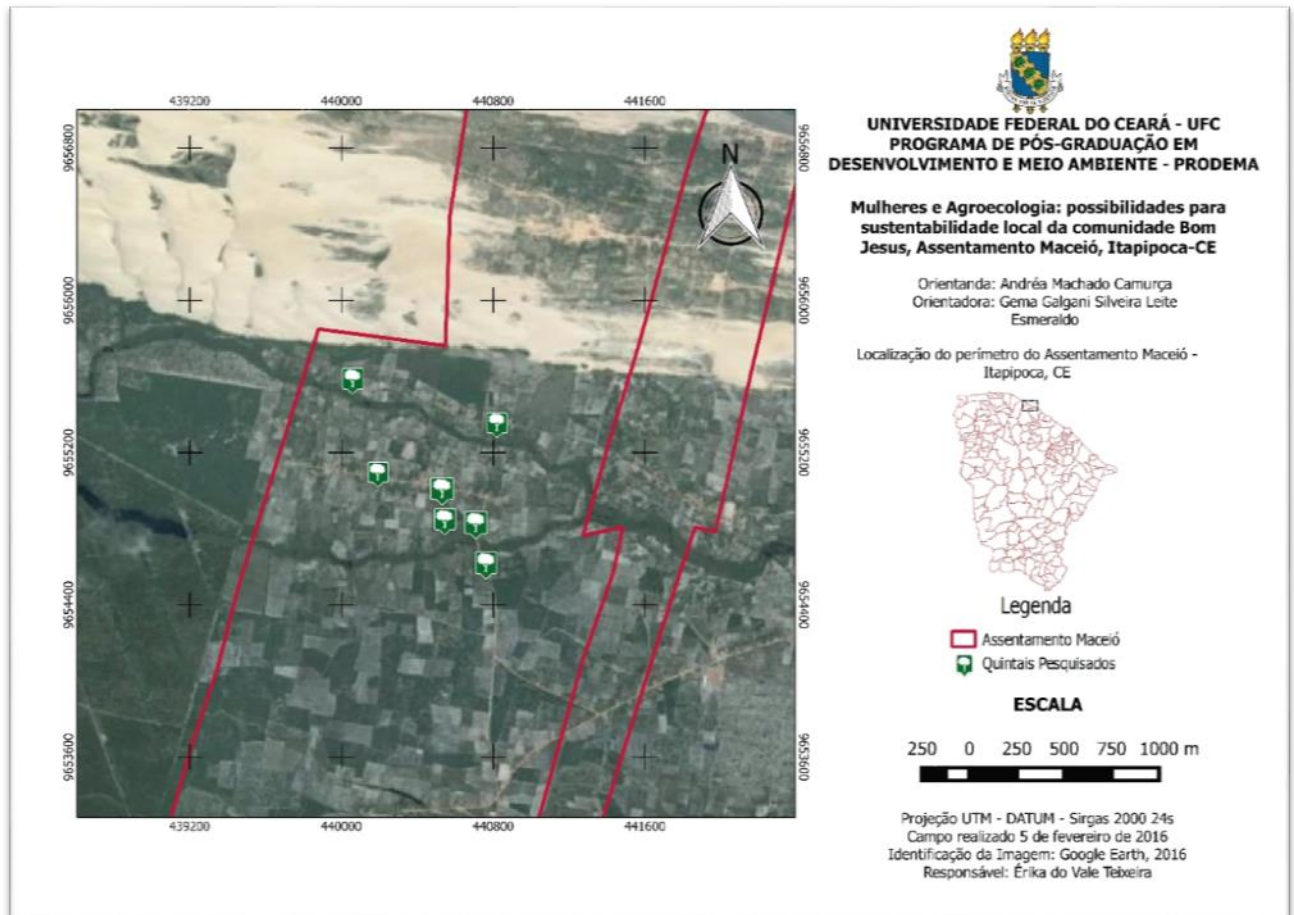
As mulheres da pesquisa possuem relações em comum, como o envolvimento em grupo produtivo de mulheres e grupo de horta coletiva. Quatro (04) mulheres estão envolvidas no grupo “Mulheres produzindo Arte”²⁴ e integram o grupo de mulheres da comunidade que conforme suas habilidades, interesses e motivações se reúnem para desenvolverem as atividades produtivas (transformação de alimentos – doces, compotas, molho etc; renda de bilro ou outro artesanato).

O envolvimento no grupo da horta coletiva se deu por meio da mediação, em 2006, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis - IDER. Em uma área de 30m² produziam-se hortaliças, frutíferas, plantas condimentares e medicinal em sistema de irrigação com bombeamento de água utilizando energia solar. No início do projeto, foram envolvidas doze (12) mulheres, que diante de enfrentamento a dificuldades como escassez de mão-de-obra, dificuldades para escoar a produção, doenças que atingiram as plantações resultou em um grupo de quatro (04) famílias. Ao final das etapas desta pesquisa de campo, com o agravamento das dificuldades já mencionadas e a escassez de água, as mulheres transferiram a produção da horta coletiva para os quintais.

Também, destaca-se o envolvimento de todas, seja em atividades (com mais ou menos frequência) promovidas pelo CETRA e/ou nas atividades do MMTR-NE.

²⁴ Grupo constituinte de sete mulheres.

Figura 2 – Localização das experiências de quintais pesquisados na comunidade Bom Jesus, Assentamento Maceió, Itapipoca-CE



Fonte: Mapa elaborado por Érika do Vale a partir de dados da pesquisa.

3 LUTAR E RESISTIR PARA GARANTIR MODOS DE VIVER DE VIVER DA/NA TERRA CAMPONESA

*Talvez um dia, não mais existam aramados
E nem cancelas, nos limites da fronteira
Talvez um dia milhões de vozes se erguerão
Numa só voz, desde o mar as cordilheiras
A mão do índio, explorado, aniquilado
Do Camponês, mãos calejadas, e sem terra
Do peão rude que humilde anda chagueando
É dos jovens, que sem saber morrem nas guerras*

*América Latina, Latina América
Amada América, de sangue e suor*

*Talvez um dia o gemido das masmorras
E o suor dos operários e mineiros
Vão se unir à voz dos fracos e oprimidos
E as cicatrizes de tantos guerrilheiros
Talvez um dia o silêncio dos covardes
Nos desperte da inconsciência deste sono
E o grito do sepé na voz do povo
Vai nos lembrar, que esta terra ainda tem dono*

*E as sesmarias, de campos e riquezas
Que se concentram nas mãos de pouca gente
Serão lavradas pelo arado da justiça
De norte a sul, no Latino Continente*
(América Latina. Francisco Alves e Humberto Zanatta)

É com a história América Latina cantada que busco neste capítulo compartilhar a trajetória de luta e resistência dos povos que hoje constitui o Assentamento Maceió contra as ameaças ao território, pela permanência na terra e em defesa de um modo de viver local. Da luta pela libertação do trabalho servil e o trabalho assalariado e em defesa da autonomia do trabalho, assim como em defesa da terra, praia e mar como com riqueza universal.

Ressalto que não é mérito deste estudo fazer uma reflexão sobre a categoria “agricultura familiar”²⁵, mas buscar em teóricas/os como Wanderley (1996; 2004; 2010), Carvalho (2005; 2007) e Carneiro (1996; 2008) elementos para situar em qual dinâmica de agricultura as mulheres, sujeitos desta pesquisa, estão inseridas. A noção de “agricultura familiar” é analisada pela economia dominante na sua dimensão economicista, produtiva, como produtora de mercadorias para venda e consumo externo à família camponesa. Tal

²⁵ Para reflexões mais profundas sobre a concepção e a compreensão do contexto em que surge o uso da terminologia agricultura familiar, sugere-se leituras como Martins (1986), Wanderley (1999) e Carvalho (2009).

entendimento traz uma visão reduzida, simplista (CARNEIRO, 2008). Chayanov (1981) é enfático ao afirmar que há outra forma de entendimento da agricultura familiar que deve ser compreendida a partir de outros parâmetros e indicadores. A partir da formulação de uma teoria dos sistemas econômicos não capitalistas, Chayanov (1981) considera que a reprodução da unidade familiar não é movida pelo lucro, mas na busca de suprir as necessidades básicas e o trabalho da família, diferenciando-se assim do sistema de produção capitalista. Defende que a unidade camponesa é tanto unidade de produção como de consumo. Neste sentido, a economia familiar camponesa tem como parâmetros o suporte equilíbrio entre consumidoras/es e produtoras/es, entre a satisfação das necessidades da família e a penosidade do trabalho.

O acesso à terra, aos bens da natureza são, portanto, fundamentais para a reprodução da agricultura familiar e camponesa como afirma Chayanov e confirmam Wanderley (1996; 2004, 2010), Carneiro (1996; 2008) e Carvalho (2005; 2007). As famílias do Assentamento Maceió, até a década de 1980, viviam em condições de extrema exploração do trabalho familiar, ao serem mantidas em relações de trabalho como meeiros e moradores. Faziam parte de populações residuais e sujeitas a pagamentos em trabalho e produção ainda presentes na contemporaneidade brasileira. Eram resultado do modelo de organização do uso e exploração das terras brasileiras, denominado de *plantation*, (STÉDILE, 2005) imposto desde a invasão dos portugueses e mantido pelos republicanos. O direito à propriedade da terra no Brasil se organizou a partir de 1500 de forma estruturalmente associada às exigências do capitalismo comercial em ascensão na Europa. É assim desenvolvendo a consciência pelo direito à terra de trabalho para a reprodução social de suas famílias que moradores da área em conflito lutam para que a terra se faça terra de morada e terra de trabalho.

3.1 Da luta pela posse da terra à conquista da terra de trabalho “livre”

A luta das/os camponesas/es pela permanência no território que hoje constitui o Assentamento Maceió é de longas datas, como mostram os estudos de Rodrigues (2000) e a fala de Nazaré Flor²⁶ (NADDAF, 2003). “Esta história do Maceió começou, há muitos anos, quando eu era menina. Meus avós contavam que já havia conflito nestas terras. Eles contavam

²⁶ Nazaré Flor foi importante liderança do Assentamento Maceió e referência do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE. Através da poesia, militância lutou pelos direitos coletivos (luta pela/na terra; direitos sociais etc) e os direitos das mulheres. Faleceu em 11 de outubro de 2007 em consequência de um câncer.

que esta terra era dos meus tataravôs.”²⁷ Para esta discussão faço, no entanto, um recorte temporal a partir da segunda metade do século XX quando os conflitos se intensificam na luta pela posse da terra em que se vivenciava a implantação da “modernização da agricultura”, industrialização e urbanização, uma conjuntura política e econômica caracterizada pela recessão, desemprego e fome, e a efervescência dos movimentos sociais.

O Assentamento Maceió, constitui-se um território marcado por lutas, resistências e de defesa de seus modos de vida. No contexto da “modernização” da agricultura advindo do modelo das políticas das agências internacionais (MARÁGLIA, 2007), os conflitos se intensificaram, dentro de um cenário iniciado no pós-guerra com a emergência da ideia de “desenvolvimento” (MARÁGLIA, 2007). Mas que seria esse “desenvolvimento”? Para que? Em nome de quem? Conforme Marágliã (2007) o “desenvolvimento” é um agente histórico, é um termo polissêmico e pluridimensional que pode acrescentar problemáticas de ordem ambiental, social, cultural e política. Marágliã (2007, p.17) em diálogo com Rist (1997, p.215) acrescenta que o “desenvolvimento” é

[...] uma criação social, mas [...] que assumiu a aparência de um fenômeno ‘natural’, com leis próprias que governam sociedades. Homens e mulheres não mais são os únicos agentes que fazem História... agora eles devem considerar estas estranhas novas criaturas que não existem na natureza, tampouco, possuem uma personalidade própria, não são objetos nem sujeitos, mas, se situam entre os dois, combinam as propriedades de ambos, possuem vida própria e agência... ‘desenvolvimento’, assim, passa a pertencer ao nosso universo e participa da sua transformação.

“Desenvolvimento” foi colocado como verdade única e passou a associar outras configurações como modernização, avanço tecnológico e crescimento econômico. “As ações do “desenvolvimento” passaram a definir o que poderia ser pensado e praticado em relação à chamada periferia”, ou países “subdesenvolvidos”. (MARÁGLIA, 2008, p. 93). O cenário brasileiro vivenciou um conjunto de mudanças no campo e na cidade a partir da segunda metade do século XX influenciado pela ideia de desenvolvimento associado ao industrialismo, avanço tecnológico e crescimento econômico. O discurso se deu na crença de que a modernização através da industrialização e urbanização faria com que as sociedades tradicionais, superassem o status de atrasadas, promovessem a superação das desigualdades entre os países.

²⁷ Nas histórias contadas pelos mais velhos/as, os/as camponeses/as trazem consigo a lembrança de um passado que nos ajudam a compreender com se deu o processo de luta pela terra, contra a exclusão e opressão, contra a ofensiva do capital.

Assim, a “modernização” da agricultura, também chamada de revolução verde, inserida no Brasil no pós-guerra baseou-se na correlação hegemônica entre desenvolvimento, industrialização e urbanização (CAPORAL e COSTABEBER, 2004a). O panorama brasileiro principalmente nos anos 1960 e 1970, foi palco da promessa do progresso inserida no projeto de desenvolvimento como explica Wanderley.

A promessa do progresso foi oferecida em nossas nações, sob o manto da modernização da agricultura. Este processo iria utilizar racionalmente as terras e os demais recursos produtivos, assegurar a produção de alimentos necessários à população, gerar divisas para nossas economias e articular social e economicamente o setor agrícola ao processo de desenvolvimento. (WANDERLEY, 2010, p. 22).

De fato, houve o aumento da produção agrícola do país, porém, sem promover o “bem-estar social” prometido. Daí o projeto de desenvolvimento rural mostrou sua verdadeira face, política e de formas de dominação social. De um modelo de desenvolvimento que se vinculou a concentração fundiária e que até hoje expropria, de uma tecnologia que desemprega, de relações de trabalho que degradam o trabalhador, de uma forma de produzir que degrada e polui o ambiente, da urbanização²⁸ que esvazia o campo (WANDERLEY, 2010), além de outras injustiças socioambientais (pobreza, eliminação de culturas etc.).

Velhas e novas formas de dominação se complementaram e contaram com o apoio do Estado, através de incentivos fiscais, crédito, pesquisa, tecnologia e assistência técnica. Desenvolvimento, integração nacional, correção das desigualdades regionais e modernização foram bandeiras ativas no cenário discursivo que justificou a intervenção governamental desde a década de 1950, centrada nos pilares do nacional-desenvolvimentismo e na concepção de desenvolvimento regional, sob a égide do industrialismo (MARTINS, 2008).

Mas como se configuraria as designações latifundiárias e oligárquicas no processo de modernização da agricultura? “A base técnica de produção estreitou laços com a questão da propriedade de terra que vincularam a atividade agrícola ao processo mais geral do desenvolvimento econômico.” (WANDERLEY, 2010, p. 23). “O apoio à modernização do latifúndio deu ao projeto de desenvolvimento um caráter conservador.” (SAUER, 2010, p. 30). Não houve oposição de uma forma de dominação sobre a outra ou a eliminação de alguma, como se verifica em Bruno.

²⁸ Cabe dizer ainda que esse modelo de desenvolvimento ao transformar a cidade em lugar de produção e troca, privilegiado para localização da indústria, do comércio e dos serviços, reforçou a dicotomia cidade/campo, urbano/rural e hierarquia entre estes espaços. (SAUER, 2010, p. 19).

As designações latifundiários e empresários são complementares, não opostas. Em conjunto, elas instituem uma nova realidade, onde velhas e novas formas de dominação convivem sem maiores escrúpulos: atrás da agroindústria esconde-se o latifundiário; atrás do banqueiro, organiza-se a associação de criadores; atrás das sociedades anônimas decidem os clãs familiares. Ou seja, atrás do discurso moderno tenta-se dissimular o conservador. (BRUNO, 1997, p. 2 *apud* WANDERLEY, 2010, p. 23-24).

Os latifundiários foram convidados a superar suas limitações técnico-econômicas e a incorporar a lógica empresarial moderna. “Os incentivos do Estado possibilitaram a modernização da produção agropecuária, mas mantiveram e ampliaram a má distribuição da propriedade da terra e, conseqüentemente, aprofundaram um modelo excludente e concentrador no país.” (SAUER, 2010, p. 30). As/Os camponesas/es não provendo de capital e terra (MAZOYER, 2010) e como sua forma de organização da produção da agricultura que era incompatível ao ideal do projeto de desenvolvimento rural (WANDERLEY, 2010), parece ser destinado ao isolamento, invisibilidade. O projeto de desenvolvimento instituído se colocou como universal, global, homogeneizador e representante do interesse humano universal (MIES; SHIVA, 1993). Este projeto resultou no aumento da concentração da estrutura agrária, pauperização e marginalização dos setores voltados à produção familiar, êxodo rural, degradação ambiental e mudanças nas relações sociais no campo. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004a).

“A modernização da agricultura no Brasil foi implantada de forma desigual, possibilitando um profundo descompasso social e político, bem como a convivência de valores plurais, quando não contraditórios” (SAUER, 2010, p. 28). Diante dessa realidade, os conflitos agrários eclodiram com mais força e ganharam visibilidade.

Ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970 houve efervescências dos movimentos sociais no Brasil através da formação e ação das ligas camponesas, dos movimentos sindicais, dos movimentos em torno de textos pastorais orientados pela teologia da libertação em contraponto ao que estava posto, ou seja, às oligarquias, à ditadura militar²⁹, ao modelo de desenvolvimento imposto pelo capital, à política e cultura dominantes (BARREIRA, 1992; ESMERALDO, 2011). O golpe militar em 1964 foi organizado pelas forças conservadoras do país para impedir o avanço de um projeto democrático que buscava a ampliação dos direitos sociais e alterações na estrutura fundiária de base concentrada

²⁹ Uma das principais razões do golpe militar de 1964, foi bloquear qualquer possibilidade de uma reforma agrária no Brasil, como afirma Martins (1992).

(MARTINS, 1992). Instituir o Estatuto da Terra foi uma forma encontrada pelo governo militar de aquietar as tensões e conflitos sociais pela posse da terra e de introduzir a modernização no campo em bases conservadoras, através de aportes creditícios para a grande propriedade com vistas ao seu revigoramento e vinculação com a base industrial. O contexto de modernização agrícola também denominada de Revolução Verde expulsou trabalhadores do campo e em contrapartida provocou a organização social de diferentes categorias de trabalhadores rurais apoiados por setores progressistas da Igreja Católica e de partidos políticos de esquerda.

A luta pela terra se deu, então, inserida num contexto social, político e econômico que envolveu um conjunto de mudanças no campo, de luta pela redistribuição da propriedade da terra e do poder, e voltada para redirecionar e incluir a participação dos povos do campo no debate sobre o modelo de desenvolvimento para o campo (SAUER, 2010).

No caso do Assentamento Maceió, a fala de Nazaré Flor revela alguns enfrentamentos no contexto da “modernização” do campo.

Foi no período de 1950, por aí, esta opressão cresceu muito mais. Teve gente que até apanhou de patrão, foi botado para fora, de pé na frente e um soldado a cavalo atrás. Ninguém podia plantar coqueiro, nem cajueiro. Só podia produção de subsistência. Cultura permanente era proibida. Ninguém podia fazer uma casa melhor. Toda casinha tinha que ser de palha e de taipa. Mal acabadas. Eles não deixavam com medo do povo ter uma posse mais segura na terra (Nazaré Flor)³⁰.

Foram anos de submissão aos “patrões” e sofrimentos na condição de morador e sujeição ao proprietário de terra³¹, até que “o povo se levantou, pediu apoio a igreja, a igreja deu apoio e forneceu uma apostila com o Estatuto da Terra. Reforçou a consciência do povo de lutar pelo os seus direitos” (Neozinho). O confronto embora tenha no cerne a questão da expropriação, fortalecia-se à partir da negação do pagamento da renda fundiária que eram cobrados às famílias camponesas pela utilização da terra (RODRIGUES, 2000, p. 59)

As/Os camponesas/es inseridas/os em condição subalterna foram submetidos a uma diversidade de formas de dominação (opressão, violência etc.) à propriedade da terra e do capital (WANDERLEY, 2010) e tiveram na igreja um apoio contra a repressão, violência e a favor da luta pela terra. A ala progressista da igreja atuou mais intensamente pela luta das/os

³⁰ Nazaré Flor. Depoimento em CETRA, 2003.

³¹ A relação entre morador e patrão é a “forma de organização em que as famílias camponesas moram dentro de sua propriedade e pagam uma renda em produção ou em dinheiro pelo uso da terra, mantendo assim, uma dupla relação com o dono da terra, a de moradia e de parceria”. (BARREIRA, 1992, p. 20)

camponesas/es que encontraram na organização política apoio para romper com o ciclo da exploração e submissão ao “patrão” e construir uma nova cultura política pela reterritorialização do espaço como mostra a fala de Nazaré Flor.

Mas aí chegaram os anos 70, com a chegada do bispo Dom Paulo, que era muito revolucionário, criou a diocese de Itapipoca. Este bispo quando chegou, em pouco tempo, tornou-se o presidente da CPT de Fortaleza. E, logo em seguida, trouxe a Comissão [Pastoral da Terra] para Itapipoca porque começou a papocar conflito por tudo quanto é canto. E aqui era um dos maiores. Me lembro que uma tia minha, que se chamava Joaquina, lá no Maceió, era viúva e a casa dela era de taipa e tava para cair. Ela resolveu demolir a velha e levantar uma nova, de taipa. Quando ela tinha levantado as forquilhas, cobrindo de telha, só faltava fechar as paredes, chegou um dos que se dizia dono da terra, cortou toda a madeira e quebrou telha, por telha e derrubou a casa dela. Isso era 1979. Neste período, a gente já estava organizado em comunidade de base e foi se organizando e começamos a querer nossos direitos. Fomos ao sindicato, para diocese e conseguimos que o cara pagasse toda a destruição, levando e deixando do jeitinho que ele encontrou. E parece que isso decepcionou muito o patrão e eles começaram a pensar em vender a terra. Era a família de Soares mas a família Carneiro. Eles venderam para um tal Carrar, que passou para a empresa Agropecuário Arvoreda Ltda, que pertencia ao Tasso Jereissati (Nazaré Flor)³².

Segundo Esmeraldo (2013) no Ceará a questão agrária entrou em discussão nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)³³ na década de 1960. Com a ditadura militar, alguns segmentos da igreja e não atingidos pela repressão, atuaram pela luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Camponeses/as influenciados pelo movimento da teologia da libertação³⁴ que se preocupava com a luta pela cidadania dos oprimidos organizaram-se e lutaram por direitos das/os camponesas/es (MOREIRA, 2006). As ações de formação junto aos/a camponeses/as se davam através de reflexões bíblicas, na relação com a conjuntura política e econômica do país (marcada pela recessão, desemprego e pela fome), na reflexão sobre a situação de moradores, meeiros, rendeiros, sitiante etc., e suas condições adversas de vida, sobre as relações de caráter de assujeitamento ao trabalho e a terra (pagamento da renda, uso da terra etc.) e a luta pela aplicação de leis, como o Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra (ESMERALDO, 2013, p. 242). Na luta pela permanência na terra as/os camponesas/es são influenciadas/os pelo movimento da teologia da libertação, contribuindo

³² Nazaré Flor. Depoimento. NADDAF, 2003.

³³ A CPT surge em 1973, no contexto da ditadura militar, que reprimiu, desmobilizou a esquerda e aqueles que estavam envolvidos na luta pela reforma agrária e por mudanças nas relações de trabalho no campo (MOREIRA, 2006).

³⁴ Com a abertura da igreja às questões sociais e o trabalho pastoral desenvolvido nas classes populares nas periferias das grandes cidades e principalmente no campo gerou um movimento e uma reflexão interna na igreja conhecida como teologia da libertação (MOREIRA, 2006, p. 116).

assim para tomada de consciência da sua própria condição, do mundo de opressão, injustiça e inexistência efetiva de direitos (ESMERALDO, 2013).

Barreira (1992, p. 77) explica que

Este é um momento de interiorização das relações de poder, da tomada de consciência de que vivem sob a dominação das “leis dos patrões”. Depois, tem-se o momento em que os/as camponeses/as buscam saídas, “novas leis”, direitos dos trabalhadores, direito de ter direito. (BARREIRA, 1992, p. 77).

Além disso, através desse processo de formação crítica os/as camponeses/as foram estimulados a formar grupos de trabalhadores/as em oposição aos sindicatos e a formarem novas chapas sindicais e participarem de suas eleições. (ESMERALDO, 2013).

“O ambiente da ditadura militar transforma a igreja em um refúgio dos desvalidos, dos trabalhadores rurais perseguidos e expulsos da terra, vítimas de violência do latifúndio e da polícia.” (MOREIRA, 2006, p. 116). Foi também a ala progressista da Igreja Católica que contribuiu para formação de outros movimentos sociais como os movimentos autônomos de mulheres rurais, como serão detalhados posteriormente. Ressalta-se que outras instâncias da igreja perceberam as ações da ala progressista como uma ameaça a ser combatida e neutralizada, inclusive porque a igreja tradicional, também, inseria-se entre os grandes latifundiários (MOREIRA, 2006), como foi o caso das terras que constituem hoje o Assentamento Lagoa do Mineiro e Salgado Comprido, localizados na área circunvizinha ao Assentamento Maceió, município de Itarema, que estavam sob o domínio de Padre Aristides³⁵.

Portanto, o apoio da igreja foi fundamental na luta dos camponeses pela posse da terra do Assentamento Maceió, principalmente, no período de 1978 à 1981, quando vivenciaram um período de intensos enfrentamentos³⁶ e de resistência.

A luta se deu porque o pouco que a gente exigia era a terra que a gente vivia desde a época do meu avô Raimundo Gonçalves da Guia, que faleceu com quase cem anos, e de meu pai Raimundo Gonçalves Filho, que faleceu com oitenta e tantos outros. Pois daí veio o pessoal com aquela história que a terra era deles, e o que a gente plantou eles consideravam que era deles também. Por conta disso começou uma certa resistência pela parte dos

³⁵ Consultar Barreira (1992) e Camurça (2006)

³⁶ Apesar do uso de influências (política, governo municipal e polícia) na reação dos “donos das terras” junto aos/as camponeses/as, não houve morte como em outras áreas circunvizinhas. Um exemplo foram as mortes resultantes da luta de camponeses/as pela posse de terras de “propriedade” do Padre Aristides Sales, localizadas no município de Itarema, que estavam sendo vendidas para agroindústria Ducoco (propriedade de Tasso Jereissati). Ver Barreira (1992) e Camurça (2006).

moradores, por nossa parte, daí começou a confusão. Em função disso, eles achavam por bem vender a terra para Tasso Jereissati. E segundo a história que a gente sabe, eles venderam a terra com tudo que tinha dentro, inclusive nossas casinhas (Bené)³⁷

Nós passamos por essas opressões. Aí foi o tempo, em que a gente começou a se organizar em comunidade por incentivo da Diocese. Graças a Deus, foi criada na Diocese, foi criada a CPT que era o órgão que defendia os direitos dos trabalhadores. Então, a Diocese [Itapipoca] sabendo, fizeram um movimento social, visitando as comunidades, discutindo os problemas que as comunidades estavam sentindo e começando a animar os trabalhadores, criando cartilhas de incentivo, evangelho e vida; falando sobre evangelho, sobre a vida e abrindo a nossa mente (Bené)³⁸.

Os relatos de Enilda revelaram como se davam os encontros das famílias com a igreja.

“[...] Os padres vinham um dia antes da celebração da missa para poder fazer as reuniões. [...] Então começaram as mobilizações, marcavam uma missa numa comunidade e as outras comunidades compareciam. Eles se reuniam nas vésperas de missa para estudar a bíblia e o principal assunto era a libertação da terra. Começaram a convidá-los [camponeses/as] a irem para Itapipoca estudar, exclusivamente a Terra. Com isso o patrão foi ficando com raiva, até aparecer o Tasso Jereissati querendo comprar as terras para montar uma firma (Enilda)³⁹.

Quando os proprietários de terra perceberam a intensa mobilização e pressão das famílias e com a intenção de empresários em adquirir terras naquela região para implantação de empreendimento rural, resolvem vender. Nesta época, “os patrões” já vivenciavam algumas derrotas na justiça, não podendo, por exemplo, destruir as construções de moradias, como anteriormente o faziam. Para Nazaré Flor (2003) essa nova configuração, em que as/os camponesas/es passam a conquistar direitos fez com que as famílias Soares e Carneiro, que se diziam proprietárias das terras pensassem em vender a terra. As famílias além de recorrer a justiça, deixaram de obedecer aos patrões, não pagando mais a renda.

Eu fui um dos moradores que comecei a renunciar. Comecei a deixar de pagar a renda a ele e dizia a ele que não iria pagar a renda porque não podia, porque eu estava cometendo até um pecado se eu deixasse meus filhos com

³⁷ Bené. Depoimento em CETRA, 2003.

³⁸ Bené. 60 anos, assentado, agricultor aposentado da Comunidade Bom Jesus. Entrevista 18/07/2011.

³⁹ Enilda, 56 anos, assentada, professora aposentada da Comunidade Sítio Coqueiro. Entrevista 20/07/2011.

fome para dar uma parte da minha produção a ele que não trabalhou, que não plantou, que não tinha precisão. - Eu cometo um pecado. Jamais fui proibido de trabalhar na terra. Então, você vai me dar de comer? - Se você achar melhor ir lá no seu sítio pegar uma ovelha, pegar uma cabra, tirar um bocado de coco e vender por “mode” sustentar minha família, porque eu trabalhava na terra, porque essa terra foi Deus que criou, pra todos nós e os ambiciosos tomaram de conta. Eu tinha tudo isso pra falar pra eles. Tivemos uma discussão horrível. E por conta disso, eles diziam que iam vender a terra, porque nós achava ele muito ruim. Mas se nós ia desejar ele ruim: - Ah, vocês vão me achar ruim. Vocês, hoje, estão me achando muito ruim, mas vou vender a terra para um senhor que vocês vão me desejar. Aí eu disse: - Tenho fé em Deus que isso que você ta dizendo aí, isso não vai acontecer. Ele disse: Pois vocês vão ver. Então, ele vendeu a terra com medo da nossa reação (Bené)⁴⁰.

No relato de Bené, verifica-se que o enfrentamento ao “patrão” tem como base princípios bíblicos básicos: (1) o princípio da destinação universal dos bens na Criação, em que Deus criou e destinou a terra e seus bens a todas as pessoas e (2) o princípio do direito do pobre, em que o indivíduo em caso de extrema necessidade, tem o direito de apropriar-se do necessário para sobreviver (MOREIRA, 2006). Além da consciência que se constrói sobre sua condição, de trabalhador, da terra como trabalho e do trabalho livre.

Entre 1980 e 1981, os proprietários das terras⁴¹ venderam as terras para a Agroindústria Arvoredo Ltda, de propriedade do empresário e político Tasso Jereissati⁴². Com isso novos padrões voltados para modernização das propriedades privadas se inserem (ESMERALDO, 2007) com o apoio e incentivos do Estado. No caso do Ceará ainda na década de 1970, o governo da ditadura militar atuou de forma interligada aos interesses do capital industrial através de órgãos como o Departamento Nacional de Obras contra Seca - DNOCS, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE em parceria com o Banco de Desenvolvimento Econômico - BNDE e da Comissão Econômica para América Latina - CEPAL possibilitando a expansão da agricultura na região Nordeste e no Ceará para espaços com atividades econômicas de baixa rentabilidade, reorganizando a agropecuária para atender ao espaço urbano-industrial (MARTINS, 2008). Ainda, a autora afirma que a conjuntura cearense, principalmente nesta década (1970), constituiu-se da transição das relações “atrasadas” para relações “modernas”. A desarticulação da pecuária e do “mundo”

⁴⁰ Bené. 60 anos, assentado, agricultor aposentado da Comunidade Bom Jesus. Entrevista 18/07/2011.

⁴¹ De acordo com Adão, assentado, as terras não eram de um dono só. Eram de vários proprietários, dentre eles, João Soares, Antônio e Pedro Teixeira. Conforme informações topográficas (EM ANEXO A), a área era de propriedade de Francisco Pedro, Dalton Fernandes Teixeira, Antônio de Santos Teixeira, Pedro dos Santos Teixeira e José Carneiro.

⁴² Os jovens empresários, reconhecendo que as possibilidades de ampliação da sua atuação como homens de negócios passavam pela conquista de um espaço político que se somaria à competência empresarial, buscaram ocupar esse espaço e o fizeram, contrapondo-se ao coronelismo (FERREIRA, 2008, p. 58).

dos vaqueiros e dos coronéis, associado ao crescimento simultâneo das lavouras comerciais disponibilizou terras e mão-de-obra para mega-empreendimentos ligados ao processo de modernização agrícola⁴³ (MARTINS, 2008). Esse processo se deu em articulação com empresários que substituiriam a era coronelista na política, com destaque para o rompimento com o governo de Virgílio Távora para a constituição do “governo das mudanças” sob o domínio dos empresários do Centro Industrial do Ceará. Assim, os jovens empresários, com destaque para a figura de Tasso Jereissati, que sob o manto da justiça social e o discurso socialdemocrata implantariam o “governo das mudanças” na década de 1980. (RODRIGUES, 2000).

Tem-se a transição de relações “atrasadas”, do poder de domínio do coronel para relações “modernas” do empresariado, da produção agroindustriais não tradicionais, do trabalho assalariado, embora na sua maioria de forma temporária (MARTINS, 2008). Há a introdução de novos padrões de trabalho, de organização produtiva e econômica. A partir daí, no caso do Assentamento Maceió, as famílias passam a enfrentar a figura do empresariado, como relata Benedito.

Carvalho e Jeremias⁴⁴, depois de comprar as terras convocou as comunidades para uma reunião pra dizer que ia implantar um projeto de coco; que eles iam precisar da mão-de-obra de todos nós, que não se preocupasse que iria ficar melhor para nós do que antes; porque a partir de quando começasse a trabalhar pra ele, tanto fazia verão ou inverno, nós não ia depender mais chuva nem de sol, porque nós ia trabalhar e ganhar nosso salário. Nós ia ter tudo isso, esses direitos. E nós nessa reunião respondendo pra eles que nós jamais queria ser empregado, porque nós nascemos e se criemos vivendo a nossas custas. Sabia muito o quanto um empregado é oprimido e explorado por um patrão. Jamais nós queria, pois nós vivia num costume de trabalhar e viver por nossa conta própria. Porque nós fazia nosso tempo, nós explorava aquilo que nós gostava de fazer, plantava aquilo que gostava de plantar. Então, nós nunca ia se habituar ser empregado de ninguém. E até porque nós acreditava que aquilo era só promessa. Era só pra pegar o povo, depois o povo ta consciente de ter que empregar todo mundo, depois de ta na posse dele, ele tomar de conta e invadir nossas áreas e benfeitorias, aí nós não teria mais condições de retomar isso (Bené)⁴⁵.

⁴³ Sobre o processo de modernização no Ceará, Monte (2008) apresenta um estudo sobre o uso e controle das águas no processo de modernização do estado do Ceará, tendo como caso a implantação da Barragem do Castanhão. Seu trabalho apresenta significativa contribuição científica na compreensão do processo de modernização no Ceará. Das reflexões apresentadas, traz um debate sobre as teorias modernidade/modernização e conservadorismo (clientelismo e coronelismo) no processo de uso e controle das águas no Ceará e revela como o processo foi sendo incorporado pelos governos na tentativa de levar o Estado a se transformar num paradigma da modernidade, retratando desde o período dos coronéis até o governo das mudanças.

⁴⁴ Carvalho e Jeremias representavam a empresa Arvoredo Ltda do grupo de Tasso Jereissati

⁴⁵ Bené, 60 anos, agricultor aposentado da Comunidade Bom Jesus. Entrevista 18/07/2011).

No campo de disputa estavam em jogo duas formas de organização produtivo/econômica. Uma baseada na economia capitalista, do trabalho assalariado, do valor de troca e da obtenção do lucro, da produção de monoculturas e da produção destinada ao mercado externo. Outra, baseada numa economia camponesa, no trabalho familiar, constituída de um sistema de produção e de reprodução que não se dissociam, do valor de uso, da produção diversificada para o consumo e com excedente destinado ao mercado local.

É na transição das relações “atrasadas”, do pagamento da renda, do poder sob o domínio do “patrão” às relações “modernas”, à submissão ao processo de trabalho assalariado ou assalariamento temporário e da produção de monoculturas para exportação que os/as camponeses/as detentores/as de um saber-fazer camponês resistiram e lutaram por seu modo de organização camponesa.

Com o processo de modernização do campo, industrialização e urbanização, o capital passa a produzir e controlar as condições naturais da produção agrícola (MARTINS, 2008). A autora em seu estudo sobre a ofensiva do capital no Ceará sob o manto da modernização e industrialização do campo e desenvolvimento regional, expõe a implementação desse modelo através de agroindústrias e implantação de perímetros irrigados para produção de monoculturas no Território dos Vales do Curu. Na década de 1960, nessa região se iniciam as primeiras investidas da modernização da agricultura, através da agricultura irrigada, com o apoio de instituições como o DNOCS (SAMPAIO, 2012). Um exemplo foi o caso da agroindústria “Agro vale” implantada no Vale do Curu na década de 1960 para produção de cana-de-açúcar que expandiu nos anos 1970 e início dos anos 1980, revelando face desenvolvimentista do regime militar ao paradigma das mudanças em que se teve a reprodução do “velho” na reorganização do “novo”. Além de revelar que os/as camponesas/es, expropriadas/os passam a condição de trabalhadores rurais dessa região, que sob o domínio do empresário foram proletarizados e urbanizados, mas mantendo relações paternalistas⁴⁶.

No caso do Assentamento Maceió, a resistência das/os camponesas/es e o contexto sociopolítico vivenciado, como se verá a seguir, possibilitaram às famílias a permanência na terra. A fala de Adão diz: “Aí a gente juntou essas comunidades que iam sofrer essas consequências todas. Aí a gente se juntou”.

⁴⁶ O estudo de Martins (2008) mostra o caso da atuação do empresário João Granjeiro, como símbolo do protagonismo impetrado pela necessidade de expansão do capital para o nordeste brasileiro que tem no Proálcool a simbologia necessária para a superação da crise algodoeira, para a implantação do progresso técnico do setor canavieiro a partir da monocultura e para a implantação do Estado de exceção.

Camponesas/es das várias comunidades se juntaram e com o apoio da igreja, buscaram assessoria jurídica para entrar com processo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA⁴⁷. “Tivemos a primeira reunião com o doutor Pinheiro, no dia 5 de novembro de 1981. A partir daí, é que começou a nossa luta” (Nazaré Flor, 2003). Essa etapa durou até 1984, como afirma Neozinho.

O pessoal lutou até 84, só que o INCRA só oficializou a terra, a reforma agrária, em 5 de março de 85. O pessoal cantou a vitória. Até lá não tinha desapropriado, mas o INCRA comprou as terras da empresa, foi um processo que eles chamam de aquisição, eles adquiriram as terras da empresa. (Neozinho)⁴⁸.

De acordo com Rodrigues (2000) não houve desapropriação da terra, mas diante da pressão das/os camponesas/es, o INCRA comprou as terras da empresa Agropecuária Arvoreda Ltda, via Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA/FUNTERRA)⁴⁹. Para Enilda, “a luta foi assim, até que o Tasso viu que não estava fácil lutar contra os agricultores”. O empresário Tasso Jereissati é apresentado pelo Centro Industrial do Ceará - CIC como candidato nas eleições do ano de 1985 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB através do movimento Pró-Mudanças para o Ceará. Nessa posição não era estratégico criar tensões com os movimentos sociais e partidos de esquerda históricos parceiros dos movimentos sociais e nas eleições aliados do PMDB (com exceção do Partido dos Trabalhadores - PT), o tema da reforma agrária estava inserido na proposta do “governo das mudanças”, tendo em seu discurso, por mudanças no setor fundiário, por meio da implantação da reforma agrária (RODRIGUES, 2000).

Importa dizer que nesta luta, as mulheres estavam a frente dos enfrentamentos. Expõem que os homens faziam barreira das mulheres e estas na linha de frente enfrentavam tratores, queimavam carrada lenha para fazer barricada. Além disso, as mulheres vão utilizar outras estratégias de luta como a organização de mulheres em movimentos autônomos de mulheres, a participação em grupo de mulheres e em grupo mistos para o enfrentamento aos conflitos e ameaças ao território, assim como na luta pelo fortalecimento do modo de viver local.

⁴⁷ Segundo Martins (2008) o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, foi instituído, em 1970, para promover o desenvolvimento agrícola, a colonização e a reforma agrária, tendo como base o Estatuto da Terra criado em plena ditadura militar como forma de reduzir as tensões sociais no campo.

⁴⁸ Neozinho, 47 anos, assentado, agricultor da Comunidade Bom Jesus. Entrevista 19/07/2011.

⁴⁹ Programa criado pelo governo federal em 1971. Em algumas microrregiões do Estado do Ceará, entre 1973 e 1985, foi executado o subprograma de redistribuição de terras do PROTERRA/FUNTERRA, beneficiando 2.051 famílias. (REFORMA... 2000) Disponível em <http://diariodonordeste.globo.com/2000/02/03/010038.htm>

3.2 Assentadas/os e as novas lutas pela permanência na terra: preservação da praia e do mar

Os Assentamentos rurais têm se configurado numa forma de organização fundiária voltada para melhorar as condições de vida, evitar o êxodo rural, transformar o espaço agrário brasileiro e promover o “desenvolvimento local”. Heredia *et al* (2008) ao realizarem uma análise dos impactos regionais de reforma agrária no Brasil apontaram entre outras questões que os Assentamentos têm provocado um redesenho da zona rural, modificando a paisagem; formando novos aglomerados populacionais, mudando o padrão produtivo e gerando novos postos de trabalho não agrícolas (HEREDIA *et al*, 2008). Por outro lado, Medeiros e Leite (2004) afirmam que a configuração dos Assentamentos tem se dado a partir de uma lógica de intervenção governamental que privilegia a ação pontual sobre situações de conflito, conforme a gravidade do conflito e/ou visibilidade dos interesses que estão envolvidos. Como resultado, os Assentamentos são implantados, muitas vezes, sem infraestrutura viária, crédito, assistência técnica, acesso à saúde e educação de forma muito precária e deficiente. Esse panorama é vivenciado pelos/as camponeses/as agora em condição de assentados/as do Assentamento Maceió. O passado e o presente se cruzam nas falas de Enilda, Teodoro, Adão e Bené, sobre o sentido da terra, após 26 anos de conquista de posse da terra.

Estar aqui e não ter ninguém me perturbando, caçando o que eu faço⁵⁰, pra mim é um céu, é um pedaço de céu, tem gente que não acha muito bom aqui não, mas eu digo de todo coração, eu conheci várias terras, mas esse aqui mesmo é o lugar (Enilda)⁵¹.

Naquele tempo nós éramos pobres sofredores e hoje nós somos ricos e somos donos do terreno. Aqui tudo é nosso. Se nós quiser arrancar uma batata é nossa. Não tem que dar a ninguém [patrão]. Onde a gente chegar tá seguro, tem firmeza. Se eu chego na comunidade Bom Jesus eu tenho um almoço, tenho uma janta, um amigo me da. Eu me sinto feliz por isso. Se eu vivesse naquela vida de patrões já tinha morrido. Tô crescendo dentro dá união dos meus amigos. Me sinto feliz nisso. Me sinto rico. A riqueza que eu tenho maior na minha vida é essa (Teodoro)⁵².

Hoje, a gente mesmo vivendo, o Assentamento não tá tão bom! Já passou por muitas dificuldades, mas do que foi pra hoje a gente pode dizer que tá

⁵⁰ Durante os enfrentamentos Enilda, assim como outras lideranças foram perseguidas.

⁵¹ Enilda, 56 anos, assentada, professora aposentada da Comunidade Sítio Coqueiro. Entrevista 20/07/2011.

⁵² Teodoro, 45 anos, Assentamento Caetanos. Depoimento em 19/07/ 2011.

bom, porque a gente ta morando. A gente, hoje, quem não tem um sítio de coqueiros? Ou uma quinta de caju, um lugar, é porque ainda está muito preguiçoso, não ta querendo fazer, porque da pra gente fazer [...] (Adão)⁵³.

Hoje, já estou no ano de completar 60 anos e trabalho 12 horas e não me enfado. Moro num ambiente, num lugar melhor do mundo. Um clima, um dos melhores do mundo. Pra você viver não precisa de aparelho pra esquentar ou pra esfriar; roupa pra aquecer o frio ou um ar condicionado pra ventilar ou tomar banho pra depois ficar com calor, não porque nós temos um clima dos melhores do mundo. Isso agradeço ao meu criador. [...] Nós somos de família unidas. Desde avós, nossos tios, a gente tem aquele laço de amizade, quando se encontra pra bater um papo com o outro, sentir feliz ao lado do outro, cumprimentar o outro e ajudar o outro nas dificuldades e tudo que nós faz, nós não temos dinheiro sobrando e nem se interessamos que sobre, porque a nossa alegria é de ter o que comer, se alimentar e tá em paz com a comunidade, com os amigos e ter o que comer todo dia pra não tá passando fome. Graças à Deus se eu quiser merendar duas vezes de manhã ou três, eu merendo. Se quiser merendar uma vez a tarde e depois do jantar se eu quiser merendar eu também, tenho. Esse é o básico que nós precisa, mas ainda falta muita coisa. Nós não temos saúde adequada. Ainda há muitas coisas que nós sonha e eu espero que se Deus quiser, antes de eu morrer, ainda vejo muitas coisas realizadas, porque nós vem lutando pra isso! Lutando na política, defendendo bons representantes, pessoas mais compromissadas, então, a gente tem essa compreensão (Bené)⁵⁴

De um passado de opressão, violência, submissão ao patrão, que para Bené⁵⁵, “só quero lembrar do passado para saber como o presente é melhor”, a um tempo do trabalho “livre”, de “certa” autonomia sob o que, como e para quem produzir, mas também, de novas dificuldades e lutas.

Lembrar não é reviver, mas refazer, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no consciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1994, p. 55)

O passado e o presente se encontram e se constroem percepções no hoje a partir da diferença do passado e presente, podendo idealizar o futuro. O passado não faz parte de um

⁵³ Adão, 48 anos, agricultor, pescador, assentado da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/03/2012

⁵⁴ Bené, 60 anos, agricultor, assentado da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/03/2012

⁵⁵ Bené, depoimento em CETRA, 2003.

tempo acabado, mas é reconstruído através da percepção do sujeito no presente e propõe sua diferença em termos de ponto de vista como exposto Bosi (1994). O presente é ressignificado a partir da memória do passado e constitui-se um ingrediente de transformação (SILVA, 2004).

Após a luta e conquista da terra, as famílias camponesas iniciam outras lutas como lembra na fala de Nazaré. “Depois dessa luta, começou outra”. A luta pela terra se desdobra em outras lutas e estratégias para se manter na terra. As/Os camponesas/es na situação de assentados/as protagonizam ações políticas pelo acesso à políticas como de geração de renda, assistência técnica, educação e saúde. Com a democratização, a sociedade civil assumiria novas lutas para garantir e ampliar os direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. Carvalho (2010) em suas reflexões sobre o cenário vivenciado no continente latino-americano nas décadas de 1980, 1990 e início do século XXI, identifica novas ofensivas do capital em aliança com o estado que aprofundam as desigualdades sociais e provocam os movimentos sociais a retomarem lutas por direitos sociais. Explica que esse período é marcado pelo domínio do “Estado Ajustador” em meio às tensões da cultura político-democráticos (CARVALHO, 2010). Uma nova roupagem do modelo de desenvolvimento vai se dar em um contexto marcado por forte recessão econômica advinda do choque do petróleo e dos juros da dívida externa. Assim, a economia dos anos 1980 caracterizou-se pelas políticas de redução dos gastos públicos e pelo início das reformas do Estado, que se incrementaram sobremaneira na década de 1990, com a abertura comercial e as privatizações (ELIAS, 2003).

A partir da década de 1980 o que estava em questão no Ceará era a conformação de uma nova força política com um projeto de desenvolvimento com base no neoliberalismo, delineado em um formato em que o Estado é dirigido conforme uma entidade privada que privilegiava a produtividade, o lucro e a modernização do Estado (RODRIGUES, 2000). Estes princípios estão presentes no ideário do grupo político à frente do Executivo no Ceará desde final da década de 1980, autodenominado de ‘governo das mudanças’, que se concentra muito fortemente no planejamento macroeconômico e na atração de investimentos em infraestrutura e criação de um cenário favorável a novos negócios (ELIAS, 2003, p. 61)

Na década de 1990 e início do século XXI vivenciou-se lutas pela ampliação da democracia, ao mesmo tempo em que se realizaram políticas de ajuste estrutural com a implementação de medidas neoliberais em que ‘o mercado se converte na “verdade da economia” e em seu único critério de realidade, impondo a lógica da mercantilização, em meio à destituição da política’ (CARVALHO, 2010, p. 16).

O Ceará na década de 1990, portanto, tornou-se palco das investidas do paradigma do novo Nordeste, a partir do “governo das mudanças”, que pretendia superar o “atraso” desencadeado pela formação histórica, social e política do Nordeste, marcada pelo poder e dominação dos coronéis. Nesse processo de reestruturação produtiva e econômica, Sampaio (2012) explica que o Estado foi o principal agente para criar as condições necessárias para o Ceará se inserir no circuito da produção e do consumo globalizado, passando a investir em atividades de modernização da agricultura (agronegócio), como a implantação de novas indústrias, incremento no setor turístico litorâneo, expansão do comércio e dos serviços, assim como construção de infraestrutura ligada aos setores de transporte, comunicação, recursos hídricos entre outros (ELIAS, 2002). No âmbito da implantação de novos empreendimentos, Araujo (2011) expõe que a partir desta década, tem-se a valorização do litoral, como uma das estratégias do modelo de desenvolvimento utilizado pelo “governo das mudanças”. Segundo Rodrigues (2000), esse governo com o apoio do Banco Mundial, buscará através do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará - PRODETURIS⁵⁶, implantar grandes projetos turísticos no Estado.

Assim, o campo mais uma vez ganhará destaque com a luta das famílias do Assentamento Maceió, quando em 2002 a disputa pela praia de Maceió eclode. No campo de resistência os/as camponeses/as passam a lutar contra a instalação do empreendimento turístico a ser implantado pelo empresário português Júlio de Jesus Trindade⁵⁷, chamado popularmente como “Pirata”. Empresário bem sucedido de Fortaleza, dono do tradicional Pirata Bar, conhecido internacionalmente pelo *slogan* de “A segunda-feira mais louca do mundo”⁵⁸.

De Portugal, foi mais um europeu a buscar a dominação das terras que hoje constitui o Assentamento Maceió. Nas narrativas dos/as camponeses/as sobre o processo de ocupação do território que hoje constitui Assentamento Maceió, desde em tempos longínquos sempre teve a figura de europeus, como revela Nazaré Flor (NADDAF, 2003).

Aqui, no porto da Baleia, aportou um cara que era somente conhecido como o Europeu, ninguém sabia o nome dele. E esse cara chegou e ele fez um jogo

⁵⁶ O PRODETURIS, segundo Araujo (2011) é o primeiro programa turístico no Ceará, iniciado em 1989 que instituiu zonas turísticas em todo o litoral cearense. Porém, o mesmo autor ressalta que é somente a partir de 1993, através da criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Nordeste - PRODETUR/NE que se consolida a infraestrutura para o turismo.

⁵⁷ Falecido em 30 de julho de 2011. O empreendimento é hoje mantido pelo filho.

⁵⁸ O POVO. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2011/07/31/noticiafortaleza,2273912/morre-julio-trindade-fundador-do-pirata-bar.shtml>> Acesso em: 10 nov. 2012

com os mais antigos, até que conseguiu se apoderar da terra. Pediu para ver a documentação da terra, apenas conferir se o pessoal era confinante desta terra e levou tudo de vez. Tomou a documentação. E o pessoal perdeu a posse da terra para ele. O povo era meio índio, sem cultura, e tinham medo de tudo. Principalmente, na frente daquele povo muito branco, falando uma língua difícil. Foi fácil enrolar (Nazaré Flor, depoimento in NADDAF, 2003).

No caso do “Pirata” sua primeira vinda ao Ceará foi através do convite de amigo para conhecer a praia da Baleia⁵⁹ na década de 1990. Sua primeira tentativa de apropriar-se do território de camponeses/as se deu na localidade de Caetanos, na terra que compõe o Assentamento Sabiaguaba, município de Amontada, para implantação de empreendimento turístico. Não obtendo sucesso em sua tentativa, aproximou-se de famílias do Assentamento Maceió e conquistando a confiança de alguns/mas assentados/as através do discurso de promover emprego e renda, “desenvolvimento” ao local iniciou sua investida para dominar parte da praia de Maceió. Rodrigues (2000) enfatiza que Júlio Trindade, apesar de negar intenção de um projeto turístico, trazendo no discurso a pretensão de preservação da natureza, era beneficiado com a infraestrutura programada para o litoral oeste constante no Projeto PRODETURIS.

É nesse novo contexto com ameaça e perda do acesso ao litoral (praia e mar) que os/as camponeses/as vão encontrar apoio principalmente do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na luta pela preservação da praia e do mar. O novo conflito é expresso no verso de Chico, pescador, agricultor da comunidade Maceió.

*Aqui na praia onde moro, chegou a especulação
trazendo muitos problema para toda a população.
É que um bocado de dinheiro trazido do estrangeiro
Estão querendo aqui botar
Uma empresa hoteleira esta querendo se implantar
E a origem do povo onde é que vai ficar?
Meu povo por caridade, não deixa acontecer, não!
A tal da especulação está querendo afogar
A origem e o costume do povo que aqui estar.
O pescador é homem valente, enfrenta as ondas no mar
Sem falar em outros perigos que, às vezes passa por lá.
Tem vez que barco pequeno, tá no rumo de um grandão*

⁵⁹A praia de Maceió fica entre praia da Baleia e Caetanos/Sabiaguaba, no litoral oeste cearense.

*Eu lhe digo meu irmão, o cabra chega a se espantar
 Quando vê o cara de ferro, que vem a se aproximar
 Muitas vezes o vento é forte, mas é preciso navegar
 Na verdade muitas vezes, não dar tempo afundar
 Quando mesmo a refregada chega o jeito é encarar
 O mestre controla o leme e tem a tripulação
 Cada um no seu local, fazendo sua função
 Com força e ousadia faz a obrigação
 Trabalhando noite e dia, pra poder ganhar o pão
 Mas doutor preste ação, nisso que vou lhe contar
 Todo esse perigo é nada, perto do que vou lhe falar
 To falando pro senhor da praia do Maceió
 Nunca vi coisa melhor, você pode acreditar
 Nossa praia, nossas dunas, precisamos preservar
 Mas tem aí o tal do “Pirata”, que não tá nem aí não.
 Junto com outros piratas tão fazendo invasão
 Comprando até inocente pra poder brigar com a gente, causando desunião.
 Finalizando meu verso, peço as autoridades, pro bem da humanidade
 Não deixe isso acontecer.
 Não deixe o povo sofrer, com droga e prostituição.
 Vejo na televisão essas coisas acontecendo
 Uns estrangeiros trazendo, causando destruição
 Meu povo por caridade, não deixe vir pra cá não
 Nosso povo, nossa gente, merece tua atenção
 Chico pescador, comunidade Maceió.⁶⁰*

Mais uma vez as/os camponesas/es são ameaçadas/os de perder o direito de uso e ocupação da terra, da praia e do mar. As famílias organizam-se e ocupam o espaço da praia, delimitado pelo “Pirata” como sendo de sua propriedade. No acampamento Nossa Terra na praia de Maceió constitui-se território de resistência e lutas em que homens e mulheres se revezam para manter a ocupação e para construir uma pauta pela permanência na terra e em defesa da preservação da praia e do mar. Estão presentes famílias, principalmente, das comunidades Maceió, Apiques, Bode e Jacaré. Mas já estiveram presentes outras comunidades como Bom Jesus e Córrego da Estrada.

⁶⁰ Verso extraído do vídeo publicado no Portal do Mar. Disponível em:<www.portaldomar.org.br.> Acesso em: 10 ago. 2012.

A ofensiva do capital além de ameaçar as/os camponesas/es a não permanecerem na terra, usa de “novos” artifícios para dominar o território que resulta num novo cenário de conflitos não somente entre camponesas/es e empresárias/os, mas entre as famílias do Assentamento Maceió. Nos depoimentos estão presentes as preocupações com conflitos entre famílias. Chamam atenção para a questão da proximidade entre elas - o grau de parentesco e por defenderem a constituição de projetos diferentes. Hoje, acirra-se no Assentamento Maceió as disputas pelo território, seja pela dominação da terra para sua transformação em terra de negócio e de obtenção de lucro, seja para produção e reprodução da vida familiar de camponesas/es.

Em concordância com Carvalho (2012) que nos instiga a pensar sobre a expansão destrutiva do capital, vivenciam-se cenários de transformações e crises no mundo social dominado pela expansão da lógica do capital em detrimento da lógica das necessidades humanas, assim como pontua Mézáros em Antunes (2002) ao dialogar sobre o sistema metabólico social do capital expõem que a partir da sociedade capitalista as mediações de primeira ordem que tem como funções vitais a reprodução humana⁶¹ são afetadas por elementos feiticizadores e alimentantes resultando na completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca e ao interesse da auto-realização expansiva do capital, ou seja, as formas de mediação de primeira ordem é alterada e subordinada aos imperativos de reprodução do capital.

Assim, tem-se a expansão ilimitada e incontrolável do capital, sustentada na trilogia da mercantilização, individualismo e consumismo que ao mesmo tempo e em conjunto destitui e destrói direitos conquistados na Constituição de 1988; precariza a forma humana que trabalha; degradação o ambiente, violando a relação com a natureza; Atinge de forma violenta trabalhadoras/es, camponesas/es, pescadoras/es e outros povos e comunidades tradicionais e a natureza, pelas vias do agronegócio, do hidronegócio, do agrotóxico, das hidroelétricas, das mineradoras, empreendimentos eólicos e aqui acrescento os complexos turísticos que aceleram de forma violenta a destruição dos bens comuns e culturais dos territórios e das populações tradicionais (camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinho etc.).

⁶¹ As mediações de primeira ordem constitui-se da ideia de que os seres humanos são parte da natureza; a atividade biológica reprodutiva é conjugada com os recursos existentes; há regulação do processo do trabalho, ou seja, o ser humano tem o controle de todo o processo do trabalho; é estabelecido um sistema de trocas compatíveis; tem-se a organização, coordenação e controle da multiplicidade de atividades materiais e culturais; há a alocação racional dos recursos materiais e humanos e as organizações de regulamentos societários são designadas para totalidade dos seres sociais (ANTUNES, 2002, p. 20)

Tais populações confrontam os projetos do capital e resistem para continuar a existir em seus territórios, em suas culturas, sofrendo ações violentas de despejo, perseguição, criminalização e assassinatos, bem como o descaso e a lentidão nas ações de demarcação e titulação dos territórios (CARVALHO, 2012). Complementa que o cenário vivido exige pensar o potencial emancipatório dos movimentos sociais e em redes que produzem tensionamentos com o sistema do capital, não somente na disputa por políticas sociais, mas na radicalização da democracia.

3.3 Entre caminhos e córregos sinto o cheiro da Comunidade Bom Jesus

Após a conquista da terra, as/os camponesas/os enfrentam novas lutas pela permanência na terra. Protagonizam ações políticas pelo acesso aos instrumentos de política agrícola, por assistência técnica, saúde, educação (do campo), dentre outros direitos. É nesse espaço de re/criar condições de enfrentamento às dificuldades que perpassam às questões sociais, políticas, econômicas e ambientais, que os/as camponeses/as vêm buscando alternativas para manter-se na terra, assim como as populações das 12 comunidades do Assentamento Maceió, Itapipoca-CE.

O acesso à infraestrutura mínima de estrada não chega a todas as comunidades, como no caso da Comunidade Bom Jesus⁶², campo deste estudo. Vinte e sete anos após a Imissão da Posse da Terra foi implantada uma estrada de calçamento em parte do Assentamento e em outra, estrada carroçável que durando os períodos de chuvas, em muitas localidades, os transportes são impossibilitados de fazer o trajeto devido às estradas escorregadias, com vivenciado em algumas de minhas idas à Comunidade Bom Jesus para realização da pesquisa de campo.

Para chegar à Comunidade Bom Jesus o acesso se dá em estrada carroçável. Dependendo do caminho escolhido para se chegar à Bom Jesus, apesar da dificuldade de acesso, esta é compensada pela paisagem dos coqueirais, das dunas e vegetação rasteira, praia e lagoas. Estando na Comunidade Bom Jesus, a paisagem de vegetação rasteira é substituída pela vegetação arbustiva, cercados com seus roçados, caminhos que parecem não chegar a lugar algum, mas coadunando com Rodrigues (2000, p. 53) “os caminhos, que nem sempre

⁶² A origem do nome da comunidade como Bom Jesus tem algumas versões. Destas a mais aceita pela maioria nasce das histórias contadas pelos mais velhos. Conta-se que um viajante que passava pela localidade e ao sentir sede, suplicou ao Bom Jesus por água. Logo a seguir, encontrou um córrego onde pode saciar sua sede. Com isso, o viajante saiu divulgando que aquele córrego seria chamado de Bom Jesus.

estão devidamente abertos, são a própria expressão da espontaneidade com que as casas são ali construídas, e essas por sua vez são, uma espécie de complemento daqueles caminhos”. Seguindo o itinerário percorrido pelo transporte diário do “pau-de-arara”, após a passagem sobre a ponte do Córrego Ponguete, as casas ganham proximidade e a paisagem se configura através de seus quintais, distribuídos entre a agrovila. Esta se constituiu através da mediação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, aproximadamente dez (10) anos após a Imissão de Posse da Terra, quando as famílias através do acesso a crédito de moradia, construíram suas casas em sistema de agrovilas conforme relata Adão.

Aqui para fazer a agrovila, porque a gente morava assim, um aqui, outro acolá; um do lado do córrego aqui, outro no outro, uns na frente, outros atrás. Aí a gente quando foi pra vi esses projeto do INCRA, das casas, aí na época a gente não sabia como ia ficar, aí eu peguei desmatei esse terreno aqui. Aí plantei de coco. Quando foi na época, que foi pra vi a energia e fazer essa agrovila de casa, aí a gente tinha que dividir. Aí passou bem no meio do meu⁶³. Ficou uma parte pra lá, mas a gente combinou que pro lado que ficasse pra lá ficava pro outros, aí nós dividimos [...] (Adão)⁶⁴.

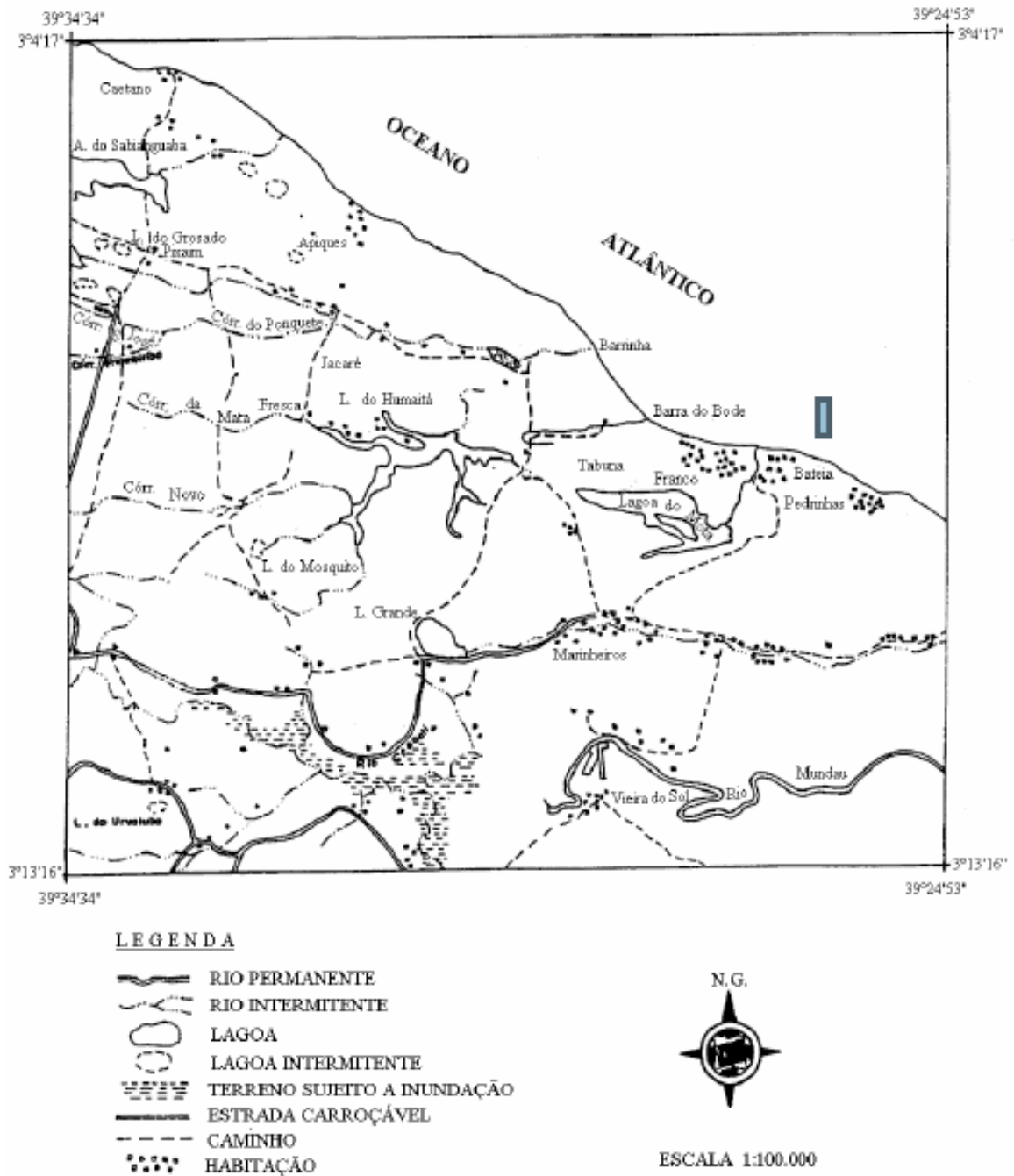
Entre dois córregos, Ponguete (FIGURA 4) e Bom Jesus, a agrovila se configura pela proximidade entre as casas que são separadas por seus quintais e que não possui uma delimitação evidente entre um quintal e outro, que indica um modo de vida que lhe é próprio. É, também, na agrovila que se avista a escola, as estruturas de caixa d’água para uso coletivo, pequenos comércios adaptados às estruturas das casas, salão para realização das celebrações religiosas, reuniões, atividades promovidas pelos grupos (mulheres, religiosos, jovens) e outras atividades. Vale destacar que nem todas as moradias ficam próximas à estrada carroçável da agrovila. Se a agrovila se apresenta em um desenho em que as casas espacialmente são distribuídas de forma linear, há resistência de algumas famílias em sair de suas casas construídas antes da instituição do sistema de agrovila. Ainda, com a formação de novos grupos domésticos essa linearidade na distribuição das casas é diluída, forjada. Isso se confirmou em minhas caminhadas pela Comunidade, quando o acesso às casas-quintais muitas vezes se deu em caminhos mais estreitos, em ter que atravessar córregos até chegar a moradia do grupo familiar como se verifica a experiência de Conceição, que tem sua casa na

⁶³ “Meu” refere-se ao quintal.

⁶⁴ Adão, 48 anos, agricultor e pescador, assentado da comunidade Bom Jesus. Entrevista realizada em 18/07/2011).

agrovila, mas permanece na casa construída anteriormente que tem seu quintal a beira do córrego Bom Jesus.

Figura 3 – Mapa hidrográfico do Assentamento Maceió, Itaipoca-CE



FONTE BASE CARTOGRÁFICA FOLHAS SA 24-Y-D-11 - ITAÍPOCA E SA 24-Y-D-III - PARACURU/1972
 DESENHO: VALDEMR T. BARRETO - DEPTº DE GEOCIÊNCIAS - LABOCAR

Fonte: Rodrigues, 2000.

Os córregos que cortam a Comunidade Bom Jesus, assim como outras comunidades do Assentamento Maceió⁶⁵, carregam as águas que cumprem um papel fundamental na vida dos grupos domésticos garantindo o acesso à água que fornece os componentes básicos à produção alimentar familiar, a diversidade de ecossistemas aquáticos que fornecem peixes e mariscos; a vegetação própria que se interliga a outros ecossistemas locais, e ainda, fornecem espaço de lazer. Atravessar os córregos me possibilitou chegar às dunas que interliga a Comunidade Bom Jesus à Comunidade Mateus e à Comunidade Apiques, esta que se revela pela paisagem das dunas, lagoas e praia.

As casas da Comunidade Bom Jesus são de alvenaria e em alguns casos, de taipa⁶⁶. Parte mantém o formato padronizado⁶⁷ constituindo de sala de estar, dois quartos, uma cozinha e um banheiro. Outras foram sendo redesenhadas, reformadas conforme o interesse, a necessidade e as condições de cada grupo familiar. Algumas com alpendres, outras com pequena área de recepção “*roll* de entrada” e ainda outras tendo o acesso direto a sala de estar. Além da casa, observa-se com frequência uma estrutura de alvenaria ou de taipa interligada a estrutura física da casa (situada no quintal), espaço onde se localiza o fogão a lenha. Espaço, também, de encontros entre parentes e vizinhança no final da tarde para conversar e tomar café, às vezes com tapioca e peixe. Adentrar as casas se expressa em um modo de viver local, como lembra Rodrigues (2000, p. 46).

Se houver alguém em casa, batem-se palmas e adentra-se; é hora de pôr em dia as conversas. Se não houver ninguém, nada impede a travessia por seu interior. É assim que se procede nas caminhadas feitas em todo o Assentamento Maceió.

Não impede a travessia, inclusive entre quintais, pelas trilhas por onde comumente se costuma adentrar entre vizinhança e parentes. Durante a pesquisa de campo, foi o caminho mais percorrido para o encontro com os membros dos grupos domésticos, informantes da pesquisa. A batida de palmas, muitas vezes foi substituída já pelo encontro com as/os camponesas/es no terreiro, dos cumprimentos, do convite de para tomar um café e comer tapioca com peixe assado... foram momentos de partilha de saberes e conhecimentos, saberes e sementes de um modo de vida local.

⁶⁵ O Assentamento Maceió é cortado tanto por córregos, lagoas e banhado pelo mar, constituindo um patrimônio valioso para os/as camponeses/as e pescadores/as

⁶⁶ As casas de taipa são de famílias não assentadas (agregadas) que não são contempladas com políticas de acesso a habitação.

⁶⁷ São orientações dadas pelo INCRA na implantação das casas.

Figura 4 – Entre caminhos e córregos...



Fonte: Imagens registradas pela autora (2011, 2012, 2013)

As casas se estendem aos que pode possuir até seis (6) hectares, que corresponde a área de uso individual (familiar) da terra na condição de assentada/o⁶⁸, além de áreas para o trabalho na terra em sistema coletivo. Os seis (6) hectares estão distribuídos entre os espaços casa-quintal e roçados (áreas externas aos espaços dos quintais). Nas experiências pesquisadas o tamanho do quintal varia de ½ a 3 e ½ hectares.

Extensão da casa, o quintal se relativiza em outros dois espaços: o terreiro e a área do quintal constitutiva de sistemas de produção como cultivo, criação e extrativismo. O terreiro, superfície geralmente de “chão”/solo compactado sem cobertura vegetal, apesar de arborizada, é uma área que interliga a casa ao restante do quintal. Em geral, encontra-se no terreiro uma estrutura de alvenaria ou de taipa composta de fogão a lenha, onde as mulheres preparam a tapioca no tacho, o café, assam o peixe, cozinham o feijão e outras preparações que são oferecidas aos membros da família e às visitas. É, ainda, lugar das brincadeiras entre as crianças, de realizar leituras e receber visitas, do trabalho doméstico realizado predominantemente pelas mulheres (como estender a roupa, alimentar as aves etc), de atividades complementares ao trabalho produtivo desenvolvido nos roçados.

Figura 5 – Memória visual casa-terreiro-quintal.



Fonte: Imagens registradas pela autora (2011).

Após o terreiro, o quintal se configura de área composta pela presença de sistemas de hortas, pequenos roçados associados ao cultivo de frutíferas, plantas medicinais e criação

⁶⁸ Na condição de não assentada/o, o uso e ocupação da terra dependerá da área autorizada pelos pais para esse fim. O não assentado/a ou também chamado de agregado/a são os/as filhos/as que se casam e formam novos grupos domésticos, porém, não tendo os direitos às políticas de reforma agrária, inclusive de direito ao acesso à terra e créditos passam a morar nos lotes dos pais.

de pequenos animais (aves e suínos). Em alguns casos, tem-se a presença de animais de grande porte (gado bovino) e “cinturões” de vegetação nativa revelando-se pela multiplicidade de sistemas (cultivo, criação, extrativismo e transformação).

Segundo Heredia (1979) a unidade de produção constituída da casa e o roçado não se dividem, mesmo quando os roçados estão localizados distante da casa. Para autora os roçados estão sempre presentes e dependendo de aspectos como escassez de terra algumas casas possuem em volta seus roçados. Na Comunidade Bom Jesus o roçado, assim como a casa são referenciais para unidade familiar, tanto no sentido do trabalho e das atividades produtivas desenvolvidas como das relações sociais para reprodução familiar camponesa.

Nem todas os grupos familiares da Comunidade Bom Jesus possuem roçados em áreas externas aos espaços dos quintais, constituindo-se estes de atividades de horta, criação de pequenos animais, frutíferas e, também, da produção de roçados (consórcios de milho, feijão e mandioca). Isso depende de fatores como acesso à terra⁶⁹, mão-de-obra, disponibilidade de recursos financeiros para implantar um roçado (cercar, desmatar etc) e interesse do grupo familiar. Segundo Joana⁷⁰ quando a família tem uma condição melhor⁷¹ utiliza outras áreas para aumentar sua produção. A fala de um dos assentados reafirma que “[...] quando aqui⁷² não dá produção, o cara já pula pra outro canto, que tá livre, solto”. Em uma de minhas vivências, o assentado ampliou sua produção de cultivo consorciado de milho, feijão e mandioca para uma área externa ao quintal. A preparação do roçado se deu devido às condições do quintal que não estavam favorecendo a cultivo de feijão. Esta é uma cultura que exige certa quantidade de radiação solar e por conta do sombreamento das folhagens dos coqueiros produzidos nos quintais, a produção de feijão foi prejudicada, não tendo uma produtividade esperada, o que reverberou na formação de roçados externos aos quintais. Como percebe-se as/os camponesas/es vão re/criando o modo de produzir conforme as necessidades básicas de consumo, sua relação com a natureza e com os mercados locais. Este constitui-se espaço para comercialização do excedente da produção.

É através do uso da terra, da produção de alimentos que se faz pelo processo do trabalho que os grupos familiares obtêm os alimentos e insumos necessários ao consumo familiar e a reprodução dessa forma de organização da produção. Além do roçado, as/os

⁶⁹ As famílias em situação de assentadas podem utilizar até 6 hectares para produção individual, além de áreas coletivas. Já as famílias em situação de agregada geralmente moram nas terras dos pais e a área de produção depende das relações firmadas entre os grupos envolvidos. Vale lembrar que as/os camponesas/es em situação de agregadas/os não tem acesso aos benefícios como créditos ofertados pelas políticas de reforma agrária.

⁷⁰ Joana, 46 anos, agricultora, artesã e agregada da comunidade Bom Jesus.

⁷¹ Para agricultora uma condição melhor, refere-se ao acesso a recursos financeiros e mão-de-obra.

⁷² “Aqui” referência ao quintal.

camponesas/es da Comunidade Bom Jesus, articulam à atividade da agricultura a atividade da pesca artesanal (mar, lagoas etc) e às atividades não agrícolas (artesanato, trabalho assalariado). Portanto, verifica-se a combinação de várias atividades⁷³ realizadas em espaços como quintal (cultivo de frutíferas, hortas, pequenos roçados associado a criação de pequenos animais), roçado (feijão, milho e mandioca), mar e lagoas (pesca artesanal), casa (preparação de alimentos, cuidados de crianças e idosos, artesanato da renda de bilro etc), escola e comunidade (trabalho assalariado com agente de saúde, professor/a etc), outras localidades ou município (trabalho assalariado em agroindústria, trabalho doméstico entre outros).

O trabalho na agricultura familiar camponesa constitui-se através de um processo que articula as forças produtivas⁷⁴ com relações sociais de produção⁷⁵ e ainda das relações sociais entre gênero e idade. Através de um saber-fazer apreendidos de geração a geração e por meio da experiência, as/os camponesas/es agem sobre o agroecossistema, transformando-o. A transmissão do saber-fazer, da apropriação dos bens naturais constituem-se no processo do trabalho e o trabalho do saber, em que o saber-fazer camponês é transmitido no próprio trabalho e que envolve valores, construções de papéis, intersubjetividades e signos. Mesmo constituindo-se numa sociedade do capital, a organização da produção da agricultura familiar camponesa não tem o objeto alheio ao ser humano. O trabalho pertence as/aos camponesas/es e este tem o controle sobre o processo do trabalho. Além disso, a natureza constitui-se o meio para as/os camponesas/es suprirem necessidades básicas como alimentar-se. As relações de ajuda mútua⁷⁶ e de partilha da produção (troca do peixe por manga, por exemplo) estão presentes no cotidiano das famílias assentadas.

A Comunidade Bom Jesus, composta por 52 famílias⁷⁷, que no seu sentido de comunidade, conforme Rodrigues (2000), “une o religioso, o político e as relações de parentesco”, é espaço em que a terra assegura aos grupos domésticos o sentido de pertencimento ao lugar e ao grupo e a base das atividades econômicas e sociais. Constitui-se,

⁷³ Atividades agrícolas e não agrícolas (trabalho assalariado, artesanato etc). Sobre essa questão ver Schneider (2003). Este autor faz uma discussão sobre o uso do termo pluriatividade da agricultura familiar em que as famílias têm utilizado como estratégia de reprodução social e economia a combinação de uma ou mais forma de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família em atividade não agrícola (turismo rural, artesanato, trabalho assalariado etc) às atividades agrícolas

⁷⁴ “Forças produtivas referem-se ao conjunto de fatores de produção: recursos disponíveis, mão-de-obra e instrumentos de trabalho.” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 10).

⁷⁵ As relações de produção dizem respeito “às funções preenchidas por indivíduos e grupos de produção e no controle dos fatores e meios de produção”. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 10)

⁷⁶ Nas relações de ajuda mútua a organização do trabalho é gerada a partir das relações de parentesco, de forma de cooperação e solidariedade, des laços sentimentais e simbólicos. Ainda, a ajuda mútua foge do quadro utilitarista da troca; tempo não é contabilizado, prevalecendo as relações humanas sobre o valor da prestação material como expõe Sabourin (2011). Ver teoria da reciprocidade segundo Sabourin.

⁷⁷ 52 famílias, sendo 28 assentadas e 24 não assentadas (agregadas). Informação atualizada em 2012.

a Comunidade Bom Jesus em um território que não está isolado e constitui-se em um processo dinâmico e contínuo, multidimensional (HAESBAERT, 2004) e paradoxal⁷⁸, que se interliga numa rede de relações sócio-histórica, ecológica, econômica e cultural. De relações que se dão ao mesmo tempo por meio de cooperação e solidariedade, mas também de relações de trocas e de conflito entre a/os camponesas/es e entre estes e as organizações, mercados etc (SANTOS, 2010).

É a partir dos aspectos citados, constitutivos da Comunidade Bom Jesus, do endógeno; da luta pela/na terra; de um modo de organização camponesa em que se tem o controle das múltiplas atividades materiais e culturais; do controle e regulação do processo do trabalho por parte das/os camponesas/es; de relações entre os serem humanos se sentem parte da natureza; da organização da produção e do processo do trabalho que imbricam terra, trabalho e força de trabalho configurando um modo de produzir e viver peculiar e local. Essas são dimensões importantes para se pensar a Agroecologia, como veremos a seguir.

⁷⁸ Paradoxal no seu sentido de se constituir de pólos opostos, mas na sua multiplicidade de sentidos que se fundem e se relacionam em diferentes intensidades e ritmos.

4 ENTRE A NATUREZA E O TRABALHO DE MULHERES NASCE O QUINTAL COMO LUGAR DE RAIZES

*Vem mulher de mãos dadas vamos caminhar
Oh mulher vamos juntas a história fazer
Vem mulher que unidas vamos triunfar
Novo rumo a história terá
E a vitória vai acontecer (bis)*

*Oh mulher tua história nunca foi contada
Oh mulher poucos livros revelam o teu ser
Oh mulher és mais vista como objeto
Pra dares carinho e afeto
Em um mundo de falso prazer (bis)*

*Oh mulher tu és forte e podes vencer
Oh mulher se unir-se a outras e caminhar
Mas mulher juntos as outras tu te sentirás
Teu passado triste deixará
E verás novo dia brilhar (bis)*

*Oh mulher te organiza e abraça esta luta
Oh mulher verás uma nova geração
Oh mulher vem com garra vigor e energia
Junto as outras com muita euforia
Mudar rumo da nossa Nação.
(Vem mulher. Maria Nazaré Flor)*

Nas últimas décadas, novas expectativas em relação ao mundo rural e à agricultura tem ganhado destaque e se expressa, por exemplo, através da valorização da relação humano-natureza, dos saberes e práticas das comunidades tradicionais (camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinho etc) (SABOURIN, 2011) e da busca por alternativas de agricultura baseadas no modo de produção camponesa e em princípios da Agroecologia.

Os conhecimentos e as experiências das comunidades tradicionais têm se constituído em um campo fundamental para se pensar a agroecologia enquanto ciência, movimento social e prática (CAPORAL, 2009). Enquanto matriz disciplinar, a agroecologia tem proposto elementos teórico-metodológicos para análise e atuação sobre os agroecossistemas na busca de estilos de agricultura com maior nível de sustentabilidade (SILIPRANDI, 2009; 2013). De Biase (2010) complementa que os instrumentos e procedimentos utilizados na intervenção ou o olhar da/o pesquisador/a sobre as sociedades

camponesas deve se basear na construção de diretrizes agroecológicas segundo a dimensão endógena de cada realidade local evitando, portanto, que se reproduza a ideia de adequar as comunidades rurais às diretrizes da sustentabilidade exógena.

As/Os camponesas/es em sua trajetória desenvolveram modos diferenciados de apropriação da natureza, de trabalho e consumo, modos de ser e de viver constituinte de uma lógica econômica, sociocultural e ecológica que lhe são próprios, ainda que inseridos numa diversidade histórica, étnica e territorial (CARVALHO, 2005; SABOURIN, 2011). Silibrandi (2009), De Biase (2007) e Alier (2012) destacam que além da necessidade de fortalecer esses modos de vida das comunidades tradicionais e pensar as alternativas de agriculturas que cause menos impactos ambientais é importante problematizar as relações sociais de gênero, raça e etnia, uma vez que a ordem patriarcal ainda marca profundamente as sociedades camponesas/pescadoras/indígenas/quilombolas, gerando injustiças, opressão e subordinação das mulheres. Essas relações patriarcais ancoradas na visão da economia e do trabalho vinculado ao mercado provocam desigualdades entre homens e mulheres, dicotomias e hierarquias.

É a partir da dimensão endógena, local, da agricultura familiar camponesa que as experiências de quintais vêm se destacando por suas potencialidades como: biodiversidade ecológica, diversidade sociocultural e econômica. Ressalta-se que apesar dessas experiências estarem ganhando visibilidade, não necessariamente tem significado reconhecimento do trabalho e das atividades desenvolvidas pelas mulheres, como mostram estudos de Silibrandi (2009) e De Biase (2007; 2010). Os estudos publicados nos últimos anos revelam a importância do agroecossistema quintal e seu potencial para se pensar uma agricultura agroecológica, porém, quase sempre esses estudos ao trazerem elementos da dimensão sociocultural como o trabalho desenvolvido nos quintais, oculta às mulheres e as idades, por exemplo, reforçando assim as dicotomias, hierarquias e injustiça de gênero.

O conceito de gênero, portanto, nos fornece elementos para entender as desigualdades econômicas, políticas e sociais existentes entre homens e mulheres, entender como os grupos constroem representações sociais com base nas normas, ideias e modelos orientados pela ordem patriarcal-capitalista e ainda possibilita pensar como cada indivíduo, homem ou mulher, por meio das experiências e vivências cotidianas no seu grupo de pertencimento incorpora e elabora suas próprias representações com base nesses referenciais e/ou subvertem a ordem (AMARAL, 2005), “escapam de seu destino de gênero, via transgressão, possibilitando assim a criação de novos significados, representações do ser

masculino e ser feminino, criando novas matrizes de gênero” (SAFFIOTI, 2009, p. 34). A sociedade institui modelos, ideias, normas do ser homem e ser mulher a partir da sua condição de sexo biológico. No entanto, os indivíduos, sejam homens ou mulheres, inseridos em um processo de construção de identidades (masculina ou feminina) podem através de suas experiências e vivências cotidianas perceber, interpretar e incorporar as representações de gênero de forma diferente do estabelecido e construir novos significados, representações.

A invisibilidade dos espaços, trabalho e atividades desenvolvidas pelas mulheres e aqui cito o espaço do quintal é intensificada com a sociedade sob a lógica da economia do capital que se alia ao sistema patriarcal. Segundo De Biase (2007, p. 92) “a interdependência existente entre os espaços femininos e masculinos e a não dicotomia entre humanidade e natureza são submetidas a lógica da produção para o mercado e a maximização dos lucros e pela dominação do homem sobre a natureza e sobre as mulheres”. Portanto, ao espaço da reprodução da casa alia-se o trabalho nos quintais realizado pelas mulheres que, também, passa a ser considerado como não trabalho, oculto e sem valor para o mercado. O trabalho dos homens nesse contexto é, ao contrário, tido como referência de trabalho produtivo porque sua produção volta-se para o mercado para obtenção de receita financeira. A autora acrescenta que o modelo de desenvolvimento rural sob a lógica do capital implanta um modelo que além de aprofundar os impactos e injustiças socioambientais, reforça as hierarquias, dicotomias e desigualdades de gênero.

O desenvolvimento tecnológico “moderno” rompeu com o princípio da agricultura sustentável de reciclagem dos nutrientes do solo. A monocultura e a biotecnologia produzida pelas corporações transnacionais do agronegócio inviabilizam o agroecossistema familiar e elegem os espaços masculinos como campo de produção monetária. Este sistema exclui a participação da natureza no processo de produção de alimentos, assim como excluiu a participação das mulheres na dinâmica produtiva do sítio (DE BIASE, 2009, p. 93).

O trabalho dos homens é que tem reconhecimento socioeconômico e importância para o mercado, enquanto que o trabalho das mulheres é reconhecido como não trabalho, do trabalho destinado à reprodução familiar. Todavia, com a expansão do modelo de agricultura com base na economia do capital, aprofundam-se os impactos ambientais e as desigualdades sociais etc, como se verifica com a incorporação do modelo de desenvolvimento tecnológico “moderno” que explora de forma intensa a natureza desconsiderando os limites dos

agroecossistemas e as relações mais horizontalizadas entre humano e não humanos (natureza) e entre os seres humanos.

Recentes estudos no âmbito da agroecologia têm evidenciado os potenciais e importância dos agroecossistemas quintais que tendem à sustentabilidade. Entretanto, mantem-se invisibilizado o trabalho das mulheres, não havendo o seu reconhecimento enquanto trabalhadoras e gestoras de um modo de fazer agricultura apreendido em sua trajetória histórica e social.

Para Siliprandi (2009) o não reconhecimento do trabalho das mulheres na agricultura é um dos entraves para que as propostas alternativas de desenvolvimento local sejam de fato coerentes, amplas e equitativas. Acrescento que além do reconhecimento enquanto trabalhadoras, pensar a agroecologia a partir da dimensão endógena e aqui considerando neste estudo, a lógica camponesa, implica pensar mudanças estruturais tais como a reforma agrária em toda sua amplitude (direito à terra, acesso aos meios de produção, políticas públicas etc) e o enfrentamento ao sistema patriarcal-capitalista que estrutura e é estruturado nas relações hierárquicas, dicotômicas que geram injustiças de gêneros, raças/etnias e entre idades.

Pensar o reconhecimento social e econômico do trabalho das mulheres na agricultura é preciso desconstruir as dicotomias homem/mulher, natureza/cultura e seus desdobramentos (homem/cultura e mulher/natureza), estabelecidas pela ordem patriarcal de gênero e fortalecida pelo sistema do capital que estabelece uma relação direta entre homem-cultura e mulher-natureza como forma de naturalização da dominação e a exploração das mulheres.

Ainda, o reconhecimento da mulher e sua relação com a agricultura em que se verificam relações mais horizontalizadas com a natureza e outras potencialidades que se revelam através do maior grau de sustentabilidade da prática de agricultura, devendo romper com uma visão essencialista, como se verifica em alguns estudos ecofeministas⁷⁹ que valorizam a ligação das mulheres com a natureza, as atribuições do feminino e do potencial de gerar filhos e aos homens a cultura, ligados a atributos do masculino como forte, agressivo, destruidor (SILIPRANDI, 2009), reforçando inclusive à exclusão das mulheres da cultura, que segundo Ciommo (2003) é um perigo para conquistas feministas, na luta por igualdade.

Na relação mulher-natureza, algumas correntes ecofeministas, buscam justificar o a ligação das mulheres a natureza a partir de certas características dadas pelo potencial de

⁷⁹ Ver Siliprandi (2009).

gerarem filhas/os e/ou estariam relacionadas aos aspectos positivos da feminilidade, do feminino (cuidadora, afetuosa, dócil, não agressiva). Sardenberg (2004) aponta elementos para desconstrução dos dualismos e essa visão essencialista.

Como todos os dualismos, o sexo/gênero também passou a ser questionado, ou melhor, desconstruído. Ao mesmo tempo, a questão da diferença sexual, antes tida como passível de ser superada pela cultura, passou a ser vista não apenas como mais intransigente, como também de uma maneira mais positiva. Por exemplo, na perspectiva do ecofeminismo passou-se a fazer o “elogio da diferença”, enfatizando os aspectos positivos da feminilidade, do feminino. [...] Essa tendência à valorização da diferença, toda uma discussão que as mulheres têm mais moral, mais ética etc pode até ser verdade, mas é certo que esse discurso cai muito no essencialismo, pois se baseia na noção de uma identidade feminina universal e de que exista algo como uma essência feminina que seja eterna. (SARDENBERG, 2004, p. 28)

Essa visão essencialista pode ser rompida quando se percebe que a natureza ao mesmo tempo que pode ser associada à grande deusa mãe, dócil e gentil, pode ser hostil e agressiva quando se revela através das catástrofes ambientais, como explica Koss (2004)

Além disso, considerar que a relação homem-cultura e seu “distanciamento” da natureza e tendo esta como de seu domínio e exploração, além da ordem patriarcal que designa atributos como mencionado, o sistema do capital reforça essas polaridades e hierarquias. Cita-se o advento da modernização do campo que sob o modelo de economia capitalista reforça as dicotomias e hierarquia entre espaços produtivo (masculino) e reprodutivo (feminino) quando, por exemplo, estimula a produção de monoculturas, uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos e uso de tecnologias que provocam diversos impactos, inclusive na agricultura familiar que foi condicionada aos pacotes tecnológicos mediados pelo Estado, que se expandiu principalmente após a segunda guerra mundial.

Essa visão essencialista e dicotômica (mulher-natureza/homem-cultura) é rompida ao entendermos que as polaridades cultura e a natureza estão entrelaçadas.

Cultura não é um sistema de significados anteriores aos humanos, nem algo adicionado a um ser biológico completamente formado. Surge e evolui junto com a humanidade, numa relação de mútua interferência com a mente humana. Mudanças biológicas produzem novos fatos culturais que, por sua vez, produzem novas mudanças biológicas, resultando num entrelaçamento que não se separa. [...] O fato da cultura determinar como pensamos, sentimos ou percebemos, não exclui que, enquanto humanos, possuímos motivações orgânicas, que resultam em determinados tipos de comportamento que independe da cultura à qual pertencemos. Mas cada cultura atribui a estas motivações biológicas uma significação específica,

tendo como consequência a valorização de determinadas atitudes e outra não, selecionando, assim impulsos a serem inibidos ou estimulados, enfatizados ou desconsiderados (KOSS, 2004, p. 81-82).

Apesar de apontar em sua trajetória histórica, elementos para se pensar alternativas de agricultura com maior nível de sustentabilidade, a mulher quase sempre não desfruta de reconhecimento socioeconômico. Isso se verifica em dados estatísticos que não registram informações sobre o trabalho da mulher na produção de hortaliças, criação de pequenos animais e roçado.

4.1 Mulheres plantando organização política e colhendo consciência

*Hoje me vejo a pensar
Minha vida como era antes
de participar do movimento de mulheres
Eu vivia em um mundo
Onde só pensava em trabalhar
Para ajudar o marido e
a família sustentar.
Trabalhava noite e dia
Sem tempo pra se cuidar.
E ainda dizia meu marido:
Essa mulher, bem que pode me ajudar (Lucivane)⁸⁰*

A trajetória das mulheres da Comunidade Bom Jesus, assim como do Assentamento Maceió revela a integração de grupos femininos em espaços políticos como setores da Igreja Católica, movimento autônomo de mulheres e espaços formativos mediados por organizações não governamentais. Esses espaços, através de processos formativos críticos, parecem possibilitar às mulheres uma consciência das condições de opressão e desigualdades vivenciadas e da tomada de consciência de gênero para ações coletivas transformadoras seja no plano institucional, político, econômico, seja no campo da vida privada.

A integração de grupos femininos em espaços políticos, mediados pelos movimentos sociais e organizações não governamentais, apresentam elementos para problematizar seu *status quo* e construir novos significados do ser homem e ser mulher. É a partir de uma consciência de si e coletiva que as mulheres da Comunidade Bom Jesus buscam romper com as dicotomias, hierarquias e desigualdades geradas pela ordem patriarcal-

⁸⁰ Lucivane, 37 anos, marisqueira, assentada da comunidade Apiques, militante do MMTR-NE. Poesia recitada no Encontro Mulheres e Agroecologia acontecido na Comunidade Bom Jesus em 27/02/2013

capitalista. Portanto conhecer a trajetória das mulheres da comunidade Bom Jesus nesses espaços políticos e formativos pode indicar pistas de como as mulheres tem construído em seu cotidiano a agroecologia sob a perspectiva feminista e com esses espaços estão a contribuir para a agroecologia e para mudança no *status quo* dessas mulheres.

A igreja foi um dos poucos lugares públicos que as mulheres sempre frequentaram (PAULILO, 2004), apesar desta não abandonar sua postura patriarcal, nem sua visão restrita sobre o comportamento sexual e a contracepção. Através das atividades mediadas pela Comissão Pastoral da Terra – CPT as mulheres inserem-se nas lutas pela terra, pelos direitos dos/as trabalhadores/as rurais, como relatam Nazaré Flor⁸¹ e Anaíde⁸², além de enfatizarem e visibilizarem a participação ativa das mulheres no processo de lutas coletivas.

“Eu era muito igrejeira [...] E foi lá que conheci os dois⁸³. Aí a gente se organizou. [...] As mulheres tiveram um papel muito importante na desapropriação desta terra. A primeira reunião, decisória mesmo, para saber se a gente ia lutar por essa terra ou não, foram as mulheres que se reuniram. A primeira reunião foi com 72 mulheres. E, a partir daí, a gente enfrentou. Muitas mulheres tiveram à frente. Vale até citar o nome de algumas delas como a Anaide, do Humaitá; a Enilda, do Sítio Coqueiro; a Maria Zefa, do Córrego Novo; a dona Inês, aqui do Jacaré; a Maria Pinto, no Bom Jesus; a Graça, do Maceió; a Chiquinha e a Mirtes, também do Maceió. Foram mulheres que lutaram com garra mesmo. Sempre estava presentes (Nazaré Flor).

“[...] Os homens deram para reunir nos roçados e as mulheres começaram a se reunir também, primeiro para cuidar do algodão. Se juntava de 30 mulheres numa casa. Um batiam, outras descarocavam, outras fiavam, outras novelava o fio. Era aquela coisa toda. Só que um dia chegou o dono destas terras aqui e disse que não era pra ninguém mais brocar; quem brocasse, perdia. E o povo continuou brocando. Aí começou as perseguições e foram as mulheres que começaram a agir. As mulheres ficavam no lugar aonde os tratores vinha com as carradas de madeira para fazer o trabalho deles. A gente empacava os tratores. E os homens vinha atrás. A gente decidiu assim porque, com as mulheres, eles não ia brigar. Se os homens vinha na frente podia ter coisa mais feia. A luta foi perigosa, mas continuemos. Até ganhar (Anaide).

⁸¹ Nazaré Flor, agricultora, marisqueira, poetisa, assentada da comunidade Apiques (*in memoria*)

⁸² Anaide, agricultora, professora, assentada da comunidade Huimatá, Assentamento Maceió. Depoimento. NADDAF (2003)

⁸³ Nazaré Flor faz referência a Margarida e a Pinheiro. Este, advogado da Diocese de Itapipoca, assessorou por alguns anos os/as camponeses/as na luta pela terra. Margarida, assistente social que acompanhava juntamente como marido a problemática dos/as trabalhadores/as e dos direitos sociais e que passou a mediar o processo de inserção das mulheres do Assentamento Maceió e de Itapipoca, assim como de outros municípios do Ceará no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE.

Setores progressistas da Igreja Católica, principalmente a partir da década de 1960, iniciaram ações pastorais junto as/os camponesas/es no apoio “a organização de grupos de trabalhadores rurais, que à luz das mensagens bíblicas ressignificadas pela Teologia da Libertação refletiram sobre suas condições de vida e as relações de caráter assujeitado com o trabalho e a terra” (ESMERALDO, 2013, p. 242). A autora complementa que as mulheres se inserem nos espaços mediados pela Igreja e posteriormente em espaços mistos (sindicatos e movimentos sociais rurais) e movimentos autônomos de mulheres. Os espaços políticos mistos trataram das problemáticas coletivas (luta de classes, a luta pela terra e direitos trabalhistas) e constituíram espaços de luta das mulheres pelo reconhecimento formal enquanto trabalhadora rural. O debate das questões de gênero, raça e etnia quando debatido nesses espaços, mistos, apareceu de forma secundária às questões de classes. Nesse sentido as mulheres criaram espaços próprios, como movimentos autônomos de mulheres. Um campo político de formação para consciência de si como coletivo político e o pensar e o agir em seu próprio nome e com a consciência de serem sujeitos de direitos (ESMERALDO, 2011a).

No início da década de 1980, com o surgimento da organização não governamental Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA⁸⁴, que além de atuar em parceria e assessoria com trabalhadores/as rurais de grupos da CEBs e da CPT, por meio da formação, orientação e produção de materiais educativos dirigidos ao conhecimento da legislação trabalhista e ao apoio jurídico, assume a formação de mulheres rurais no estado do Ceará. O CETRA media a criação de grupos femininos em municípios do litoral oeste, sertão central e serra e a participação das mulheres no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE, como resgata Esmeraldo (2013).

Portanto, no Assentamento Maceió, o CETRA articulando-se a outros setores sociais como MMTR-NE inicia processos formativos junto às mulheres em que são discutidas questões relacionadas ao corpo reprodutivo da mulher, à condição conjugal e familiar, a autonomia e empoderamento político etc. Além da articulação a nível local, esse espaço político possibilitou às mulheres a articulação das agendas locais com aquelas nacionais e internacionais, conforme relatos de Nenzinha e Nazaré Flor.

Na minha vida, enquanto mulher, eu consegui, até certo ponto, muita liderança. Cheguei a viajar. Um dos meus sonhos era conhecer outras terras, outras realidades. Tive sorte de ir para o exterior até duas vezes, fui para

⁸⁴ Essa entidade passou a atuar em parceria e assessoria com trabalhadores/as rurais de grupos da CEBs e da CPT, por meio da formação, orientação e produção de materiais educativos dirigidos ao conhecimento da legislação trabalhista e ao apoio jurídico.

China e para o Peru. Já dei muitos passos por fora, mas sempre voltando para o Maceió. (Nazaré).

As mulheres andavam tanto. Aquela marcha mundial das mulheres que eu caminhei de Campinas pra São Paulo, o Estádio Pacaembu, essa caminhada eu fiz todinha. [...]. Sempre as lutas, uma coisa muito boa que eu encontrei porque a gente conhece tanta coisa, conhece as pessoas que a gente não conhecia assim conhecimento. Aí quando começou a luta das mulheres aqui era reunião das esposas, que foi com a Margarida do Pinheiro. Sempre ela dizia que era a reunião das esposas. Era lá no Jacaré. Depois saiu o nome de reunião de esposas (Nenzinha)⁸⁵.

Segundo Esmeraldo (2013) os movimentos autônomos de mulheres rurais criaram um campo político de formação para a consciência de si como coletivo político com o pensar e o agir em seu próprio nome e com a consciência de ser sujeito de direitos. Um agir que se expressa de forma paradoxal, que transita entre a diferença e a igualdade. Ao mesmo tempo em que luta por igualdade de direitos, pelo reconhecimento enquanto sujeito universal reivindica direitos baseados na afirmação da diferença, de sua diferença sexual como revelam as falas de Nenzinha⁸⁶ e Bia⁸⁷ quando relatam algumas reivindicações inseridas na pauta de lutas das mulheres.

Luta por direitos, como cidadania, que a gente sabe que hoje em dia tem que lutar pelos direitos da gente mesmo. Porque de primeiro a gente tinha, assim, não reconhecia seus direitos e hoje em dia a gente ta reconhecendo. De primeiro a mulher não podia sair de casa porque tinha o marido, por isso e aquilo mais. Mas tem gente que ainda tem isso na cabeça. Algumas pessoas mais velhas, ainda têm isso na cabeça, que ninguém tinha direito de nada. E hoje, a gente já sabe que a gente tem direito. Quantas vezes a gente tem saído pra reuniões sobre a história dessa bolsa família, muitas coisas com os direitos que não tinha. Cada reunião a gente assinava pra que um dia chegasse, até que um dia a gente ver. Mas muitas mulheres acham que não. Mas que boa parte foi com a ajuda das mulheres. Toda vida que a gente ia participar de uma reunião sempre que fazia aquela assinatura para o bem de todas, não só daquelas que estavam participando, mas de todas do Brasil inteiro. A gente reconheceu que hoje tem mulheres que não tinha documentos. Com isso a gente adquiriu aquele carro da cidadania que veio pro interior de Itapipoca, pra tirar os documentos e coisas. Isso a gente adquiriu com as lutas das mulheres (Nenzinha).

A luta, a gente reivindica por melhores salários pra professoras; sindicato; saúde pública. A gente admira muito por causa que a aposentaria pra mulheres, teve um tempo aí que estavam querendo de 60 anos pra 65 anos. E

⁸⁵ Nenzinha, 60 anos, militante do MMTR-NE, assentada da comunidade Córrego da Estrada, Assentamento Maceió. Entrevista 20/07/2011.

⁸⁶ Nenzinha, 60 anos, agricultora aposentada, artesã, militante do MMTR-NE, assentada da comunidade Córrego da Estrada, Assentamento Maceió. Entrevista 20/07/2011.

⁸⁷ Bia, 55 anos, agricultura aposentada, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/03/2012.

li até num jornalzinho que foi uma grande luta das mulheres pelo mundo afora, por isso eu admiro muito. [...] (Bia).

Segundo Deere e León (2002) as lutas dos movimentos autônomos de mulheres rurais vão garantir na América Latina, conquistas constitucionais como a inclusão das mulheres como beneficiárias da reforma agrária, a possibilidade de um título de posse da terra para homem e para mulher. O campo político de formação construído pelas mulheres, além de possibilitar a consciência enquanto sujeito de direitos, da luta por reconhecimento enquanto trabalhadora rural, constitutiva de uma identidade produtiva e política. Entretanto, Paulilo (2003) aponta a conquista dos direitos trabalhistas, do reconhecimento como trabalhadora na agricultura, não necessariamente garantirá mudança nas relações entre homens e mulheres, quando, por exemplo, o trabalho das mulheres ainda é tido como não trabalho ou “ajuda” e não tem reconhecimento social.

Ao mesmo tempo em que verifica que alguns aspectos de hierarquias e desigualdades se mantem. O espaço político constituído pelos grupos de mulheres ligados ao MMTR-NE ou através de ações formativas sob a perspectiva feminista promovidas pelo CETRA às mulheres das comunidades do Assentamento Maceió tem possibilitado mudanças comportamentais como mostram as falas de Salete⁸⁸, Lucivane⁸⁹ e Bia ao darem depoimento da participação nos processos formativos, nos encontros promovidos pelo MMTR-NE sob a perspectiva da crítica feminista.

De lá⁹⁰ pra cá sempre venho participando. Foram experiências que nunca vou esquecer. Assim, pra minha própria família. Esse foi o aprendizado mais importante. Trabalhar a questão de gênero. Pra mim, foi muito importante assim na família. Nós, enquanto família, muitas vezes nós pais, mães ensinamos a questão do preconceito, da violência contra a mulher. Muitas mulheres sofrem violência em casa e não sabem identificar. E, tudo isso eu aprendi no movimento: a questão do preconceito, a questão do gênero, do homem e mulher. Eu me identifiquei muito, porque a gente vive e acha que é daquele jeito. Pensa que está certo. Na época eu tinha um menino. Meu menino mais velho é homem. Aí a gente ver aquela história da divisão de tarefas. A gente sempre coloca que o homem tem que fazer isso e a mulher tem aquilo. Nós, mesmas, fazemos isso. Isso me alertou muito com relação a isso. E a partir das experiências, das reuniões, formações, eu fui vendo e tentando mudar a realidade da minha própria casa. Porque primeiro a gente tem que mudar dentro de casa. A partir daí fui vendo uma melhora com os

⁸⁸ Salete, 43 anos, agente de saúde, agricultura, assentada da comunidade Bom Jesus. Entrevista em 21/03/2011

⁸⁹ Lucivânia, 37 anos, marisqueira, assentada da comunidade Apiques, militante do MMTR-NE. Entrevista realizada em 26/03/2012

⁹⁰ Desde a constituição de campo político por meio da participação e militância de parte das mulheres do Assentamento Maceió no MMTR-NE, seja através de processos formativos e/ou grupos de mulheres promovido pelo MMTR-NE e/ou CETRA .

meninos, o marido. Ah, não vou sair de casa porque o marido não deixa. Não vai sair de casa porque tem que fazer as coisas. O homem não faz o almoço, não varre a casa, não ajuda em nada, porque tem a mulher. Tudo isso vai assegurando a mulher em casa, porque elas colocam muito em cima delas e não repartem essa responsabilidade com a família. Eu tenho muito experiência disso. Eu vivencio no dia a dia, no vizinho, na família (Lucivane).

Pra mim, mudou algumas coisas, por causa que ele não era agressivo, mas tinha coisas. A menina [filha] participava e aprendeu algumas coisas com a finada Nazaré. A gente não tinha esse motorzinho, a gente botava água puxando na bomba, não tinha água encanada. Aí além da água que puxava pra casa, ainda puxava água para os meninos tomarem banho, e botava o almoço. Aí um dia a finada Nazaré, aqui nesse salão, a gente tem um salãozinho que a gente se reuni, ela ficou conversando e aí falou tudo, dessas coisas. Aí um dia o pai dela foi trabalhar, aí ela disse: aqui, eu não vou mais botar a comida. Boto mais não. Vocês vão pro trabalho e eu fico em casa trabalhando. Então, por que eu vou botar água pra vocês? Vocês puxem e botem pra vocês. As meias dele, ela disse que não ia mais lavar. E o almoço que ela fazia não era obrigada ela botar no prato ou na mesa. Ninguém vai mais botar almoço pra vocês [filha]. As meias deles, ela disse que ninguém ia mais lavar pra eles, e o almoço que ela fazia não era obrigado ela colocar no prato ou na mesa. Ela fazia e deixa lá. Ai, num instante eles se acostumam. Eles mesmo botam. Com isso, é uma mudança. Também, [...] Eu gosto de roupa de alça. A maioria é de alça. Aí ele reclamava que eu estava ficando velha e com roupa de alça. Aí eu dizia: mas quando você me conheceu eu era desse jeito. Falava que era muito feio. Aí eu dizia: tem nada feio, não. Assim, me visto do jeito que eu gosto. Aí ele desacostumou. Roupas transparentes, também, ele não gostava não. Quando ia pra celebração ele dizia: se você for com essa roupa eu não vou com você não. Aí um dia eu tirei. De outra vez, eu vesti outra meio transparente. Eu disse, vou com essa roupa mesmo, você vai se quiser, eu vou. Aí fui mesmo sem ele dizer que não ia. E, com isso começamos a fazer isso, aí ele deixou. Não liga mais. Por isso que acho que alguma coisa que mudou foi isso (Bia).

As formações e os debates de concepções alternativas promovido no âmbito do movimento impõem no campo da política cultural, que as mulheres possam pensar em sua própria condição, não mais como um destino natural-biológico e consequente da condição imposta pelo direito universalista do mais forte, do homem como modelo, uno como afirma Sanderberg (2004).

O campo está a indicar que à medida que as mulheres do Assentamento Maceió se organizam politicamente, pensam outras dimensões além da reprodutiva, mas de representação identitária de mulher, de uma individualidade, de sujeito político e de direitos. Também, vai refletir sobre as dimensões produtiva/econômica, espiritual e afetiva.

Na agenda de debates do MMTR-NE inclui-se, inicialmente, na pauta temas como: corpo feminino, reprodução e cuidados contraceptivos, poder masculino, conjuntura

política com objetivos de constituir a autonomia, empoderamento das mulheres, a participação das mulheres nos espaços públicos como sindicatos e partidos políticos, entre outros (ESMERALDO, 2011; NADDAF, 2003). Esmeraldo (2011) acrescenta que além das questões específicas, as mulheres acrescentam ao debate assuntos de enfrentamento as questões nacionais e globais como as políticas neoliberais, o tema da garantia de direitos para todos, reforma agrária, questão ambiental, como se percebe na fala de Nazaré Flor ao fazer uma análise de conjuntura sobre a questão da agricultura familiar.

A agricultura familiar, eu vejo como base alimentar e econômica, da maior parte das famílias da zona rural. É ainda responsável pela maioria da produção agrícola do Brasil. Embora, diante de todas as vantagens que percebo, vejo também que agricultura familiar é desvalorizada e até mesmo desconhecida pela sociedade, principalmente pelos grandes grupos capitalistas que só visam o lucro, a concentração das terras e as riquezas do nosso Brasil (Nazaré Flor apud CUNHA, 2006).

Além do enfrentamento às questões globais que geram desigualdades sociais, as mulheres a partir da dimensão endógena, do vivido, questionam enquanto sujeito coletivo e sujeito individual, as questões globais as quais estão inseridas.

À dimensão produtiva/econômica o CETRA em seus processos formativos tem estimulado às mulheres a autonomia econômica articulando com temas como geração de trabalho e renda e políticas públicas (MMTR-NE, 2012) e mais recentemente as mulheres do Assentamento Maceió são estimuladas a aumentar a produção nos quintais e horta para o consumo (promoção da segurança alimentar da família) e para comercializar o excedente nas Feiras de Agroecologia e através da venda dos produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE⁹¹. Ressalta-se que aliada à dimensão produtiva/econômica, de luta das mulheres por reconhecimento social e econômico enquanto produtora de alimentos é articulada a outras dimensões, como a ambiental.

Com a visibilidade da crise ambiental que se interliga a outras crises na sociedade por conta da expansão da lógica do capital em detrimento da lógica das necessidades humanas (CARVALHO, 2012), novas expectativas sobre o modelo de desenvolvimento rural e de agricultura surgem de forma a valorizar relações humano-natureza, os saberes e modos de

⁹¹ A Lei No. 11.947 de 2009 determina aos gestores municipais a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (conforme Artigo 14). Disponível em: < <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>>

vida das comunidades tradicionais, processos de produção de alimentos livre de agrotóxicos e fertilizantes químicos, a busca por soberania e segurança alimentar etc.

Alier (2012) chama atenção que as mulheres por sua condição de gênero, assumem o papel de provedoras da *oikos* são as mais atingidas (pobres, negras/indígenas) com os impactos ambientais (escassez e contaminação de água, do ar e do solo que ameaça a sobrevivência das famílias), pois são as que frequentemente dependem dos recursos naturais. Também, são essas mulheres que reivindicam, questionam o modelo instituído gerador de diversos impactos e externalidades na luta por justiça ambiental. Além disso, como o movimento da questão ambiental em evidência, as mulheres são impulsionadas a fortalecer seus modos de vidas e a dialogar com outros contradiscursos como o da agroecologia.

Novas dimensões se iluminam nesse momento histórico (de crises ambientais, sociais, econômicas etc) no mundo social e na vida das mulheres. Entre essas novas expectativas há a retomada da agroecologia, enquanto matriz disciplinar e movimento que vai se contrapor a agricultura convencional, com uma nova abordagem da agricultura a partir da dimensão local e ao incluir o enfoque de gênero como uma dimensão contribui para o melhor conhecimento dos agroecossistemas e permite perceber e alcançar mudanças importantes nos estilos de vida e trabalho de mulheres e homens (SILIPRANDI, 2008).

Diante das preocupações ambientais, o tema da agroecologia passa a ser pauta nas agendas dos movimentos sociais. Para o MMTR-NE a ideia da agroecologia vai além da terra, da produção e preservação do meio ambiente, de responsabilidade social e econômica, mas do enfrentamento as questões de gênero. Portanto, as mulheres assumem um papel de destaque na construção da agroecologia e esta na vida das mulheres. Com a agroecologia sob a perspectiva feminista a produção dos quintais tem ganhado visibilidade e reconhecimento no mundo público, através das feiras e redes, porém, esse reconhecimento não necessariamente tem garantido reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras e gestoras dessa prática.

4.2 Quintal virando agroecossistema como terra germinando vida

O quintal é o espaço que da minha casa que eu fico vendo (Vera)⁹².

O quintal eu considero essa área aqui até o córrego Bom Jesus. (Bia)⁹³.

Quintal é a horta, cajueiro, coqueiro, roça, siriguela, bananeira. (Joana).⁹⁴

É mais uma fonte de renda. A gente tira as mangas, coco, caju, siriguela, acerola. Faz a horta, cebolinha (Carmem)⁹⁵.

O quintal pra mim... Tem muitos tipos de quintal. Mas aqui o quintal é grande. Porque aqueles quintais da rua, a gente ver só aquele quintalzinho, mal dá pra estender uns paninhos. Aqui o quintal da gente dá de tudo que a gente plantar. Quintal pra mim é muito importante. Por que é importante? Porque a gente planta, tem o adubo da casa, a areia que a gente joga no quintal que já dá uma para plantar batata, milho, feijão (Lidia)⁹⁶.

O quintal é um agroecossistema⁹⁷ proeminente na paisagem da Comunidade Bom Jesus, encontrado na maioria das moradias. De predomínio de atividades desenvolvidas pelas mulheres, os quintais destacam-se pela agrobiodiversidade, prática e manejo livre de agrotóxicos e fertilizantes químicos, produção de alimentos destinados, principalmente, ao consumo familiar.

Prática de manejo da terra desenvolvida desde as gerações passadas, as camponesas lembram que apesar de menos diversificados, os quintais eram agroecossistemas praticados mesmo quando a terra estava sob o domínio da/o patroa/ão, embora não tivessem autonomia para o cultivo, por exemplo, de frutíferas como coqueiros e cajueiros.

Nós morava do outro lado⁹⁸. Lá foi o primeiro quintal. Quando nós chegamos aqui, era só capoeira. Não tinha plantação de fruteira, não! (Bia)⁹⁹.

Esse quintal quem começou foi meu pai com minha mãe. Aí depois dele, eu que assumi. Mas aí era menor. Eu coloquei mais coqueiro, retirei cajueiro. Tem saputi, graviola, mangueira, cajueiro, coqueiro (Vera)¹⁰⁰.

⁹² Vera, 53 anos, agricultora, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/03/2011.

⁹³ Bia, 55 anos, agricultura aposentada, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/03/2011.

⁹⁴ Joana, 46 anos, agricultora, não assentada (agregada) da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 23/03/2011.

⁹⁵ Carmem, 46 anos, professora, agricultora, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 23/01/2013.

⁹⁶ Lídia, 38 anos, agricultora, não assentada (agregada) da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/01/2013.

⁹⁷ Agroecossistema é definido como um tipo específico de ecossistema, modificado pela ação humana através das atividades agrícolas (SILIPRANDI, 2008). Acrescenta-se que a modificação do ecossistema se dá através da “aplicação de um saber e este é, em boa medida, uma linguagem simbólica que constrói o mundo” (WOORTMANN; WOORTAMANN K, 1997, p. 133)

⁹⁸ “O outro lado” refere-se à área localizada espacialmente em extremidade com a comunidade Apiques, após o córrego Bom Jesus.

⁹⁹ Bia, 55 anos, agricultura aposentada, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/03/2012.

¹⁰⁰ Vera, 53 anos, agricultora, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/03/2012.

Meus pais já tinha quintal, mas no quintal da minha mãe não tinha um pé de coqueiro, só cajueiro mesmo! Mangueira já vieram plantar a pouco tempo. Os cajueiros que tinham no quintal acho que já era alguém que já tinha plantado, que moraram antes de meus pais. Coqueiro não tinha, de jeito nenhum. Porque antigamente eles¹⁰¹ não deixava plantar (Lídia)¹⁰².

Com a Imissão de Posse da Terra, os quintais ganharam novas configurações, não somente pelo exercício da autonomia das/os camponesas/es no desenho de um modo de fazer agricultura nos quintais apreendido pelas gerações passadas, mas pela experiência e observação e ainda, através de uma rede de outras relações sociais como em processos formativos sobre o tema da agroecologia.

Os quintais são uma das formas mais antiga de manejo da terra. Foi nos arredores das moradias e aluviões¹⁰³, em lugares de debulha e de preparo culinário dos cereais nativos, durante o período neolítico¹⁰⁴, que surgiram as primeiras práticas de sementeiras, de forma não intencional (MAZOYER; ROUDART, 2010). Por meio da atividade de coleta, segundo Koss (2004) as mulheres adquiriram conhecimento sobre os vegetais, flores e frutos e por meio da experiência direta e pela observação contínua aprenderam o processo de sementeira e germinação na terra. Daí se tem a passagem do extrativismo (coleta, caça e pesca), essencialmente nômade, desenvolvida no paleolítico, para domesticação de plantas e dos animais (MAZOYER; ROUDART, 2010). A partir dos sistemas de cultivos e criação, a agricultura se expandiu pelo mundo a fora e passou por diversas transformações tecnológicas, modo de produção e de trabalho.

Importa dizer que a revolução agrícola do período neolítico, na idade antiga e medieval geraram três grandes tipos de agriculturas: os sistemas de cultivos temporários de derrubada-queimadas; os sistemas com alqueive (pousio) e tração leve (uso de pá, enxadão, arado, transporte em lombo de animais) e os sistemas com alqueive e tração pesada (transporte com uso de carroça, arado, ferramentas para fenação, grade, rolo etc; prática de estrumação etc). Posteriormente, cita-se outras duas revoluções agrícolas, dos tempos

¹⁰¹ “Eles” referem-se às/aos patroas/ões.

¹⁰² Lídia, 38 anos, agricultora, não assentada (agregada) da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/01/2013.

¹⁰³ Aluviões são terrenos regularmente inundados pelas cheias dos rios por sedimentos de aluvião, que não precisavam ser desmatados e nem preparado o solo (HOUAISS, 2009; MAZOYER e ROUDART, 2010)

¹⁰⁴ Este é marcado por algumas inovações como fabricação de instrumentos machados e enxadas, a construção de moradias duráveis, a cerâmica de argila cozida e as primeiras práticas de agricultura associada à criação, além do surgimento das primeiras escritas (MAZOYER; ROUDART, 2010).

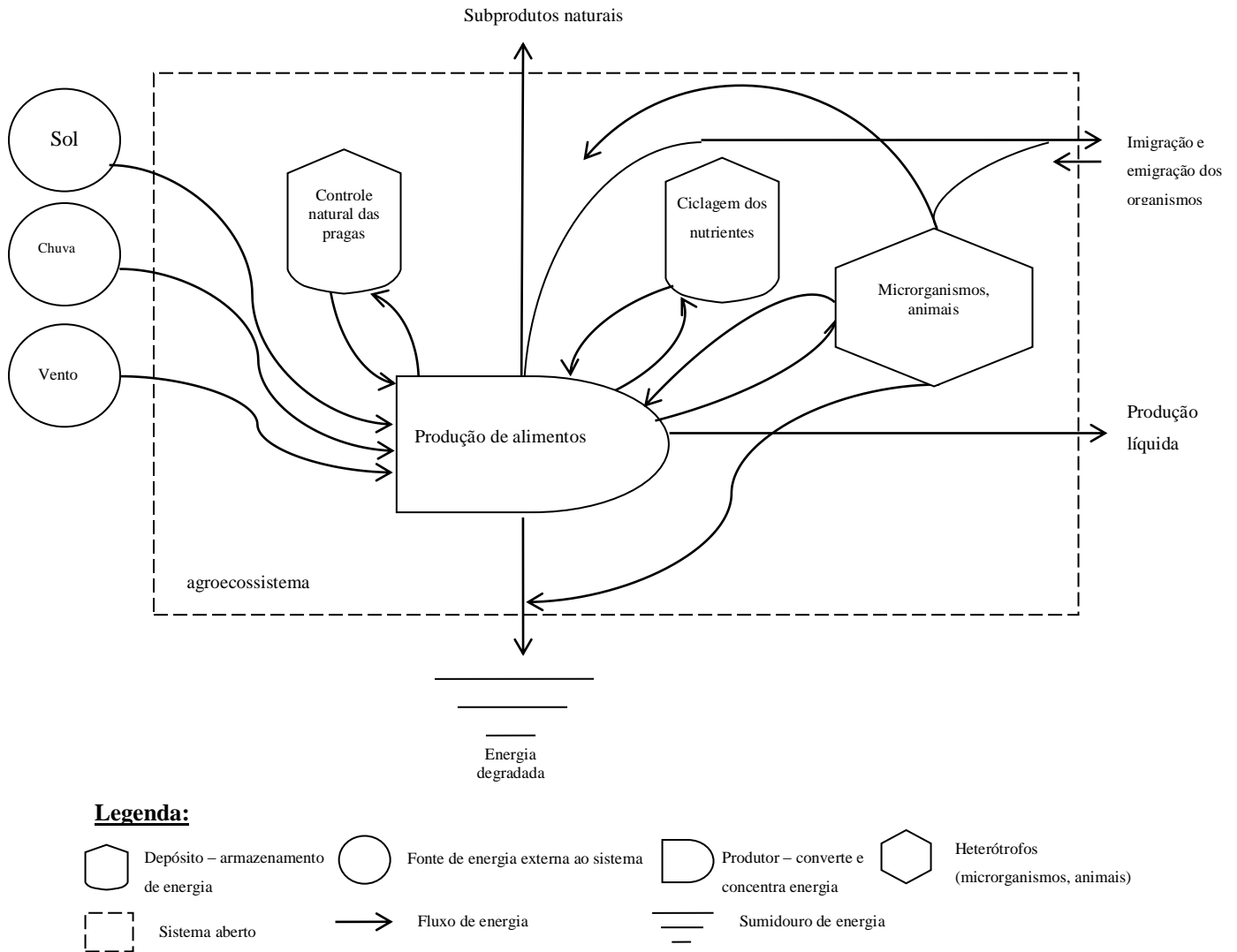
modernos e que estão imbricadas às revoluções: industrial, comercial e urbana¹⁰⁵. Esses tipos de agriculturas geram impactos, porém, segundo Mies e Shiva (1993), as relações entre humanos e natureza baseavam-se em relações mais harmônicas, diferente do que acontece com as revoluções dos tempos modernos.

A primeira revolução dos tempos modernos, ocorrida entre os séculos XVI ao início do século XX, baseou-se na substituição do sistema de pousio por plantas forrageiras e por pastagem artificial, pelo desenvolvimento de uma gama de novos equipamentos de tração, melhoria da fertilização das culturas, seleção de animais e variedades de plantas mais produtivas, ampliação de mercado externo e superprodução agrícola. A segunda revolução da agricultura dos tempos modernos, que se destaca após a segunda guerra mundial, fundamenta-se pela motorização (tratores e engenhos automotivos, motores elétricos etc), grande mecanização (máquinas mais complexas e eficientes), quimificação (adubos minerais e produção de tratamento), variedades de plantas e animais altamente selecionados e adaptáveis aos novos meios de produção industriais e com maiores capacidades de rentabilidades (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Os fluxogramas (Figuras 6,7 e 8) mostram como se constitui os agroecossistemas em agricultura “antiga” e “moderna”, segundo Odum (2007) e o agroecossistema quintal da Comunidade Bom Jesus em termos de fluxo de energia, entrada e saída de insumos e processo de reciclagem de matérias em diversos ecossistemas, geração de produtos naturais e não naturais, além do fluxo de dinheiro. Os sistemas de monoculturas que integra a agricultura “moderna” (FIGURA 8) têm maior parte da energia utilizada proveniente de energias auxiliares (maquinários, equipamentos, insumos agroquímicos – fertilizantes e herbicidas etc). Daí a necessidade de expansão do projeto energético para subsidiar e sustentar esse modo de produzir agrícola gerido pelo capital e causam intensos impactos socioambientais e externalidades (êxodo rural, desemprego etc).

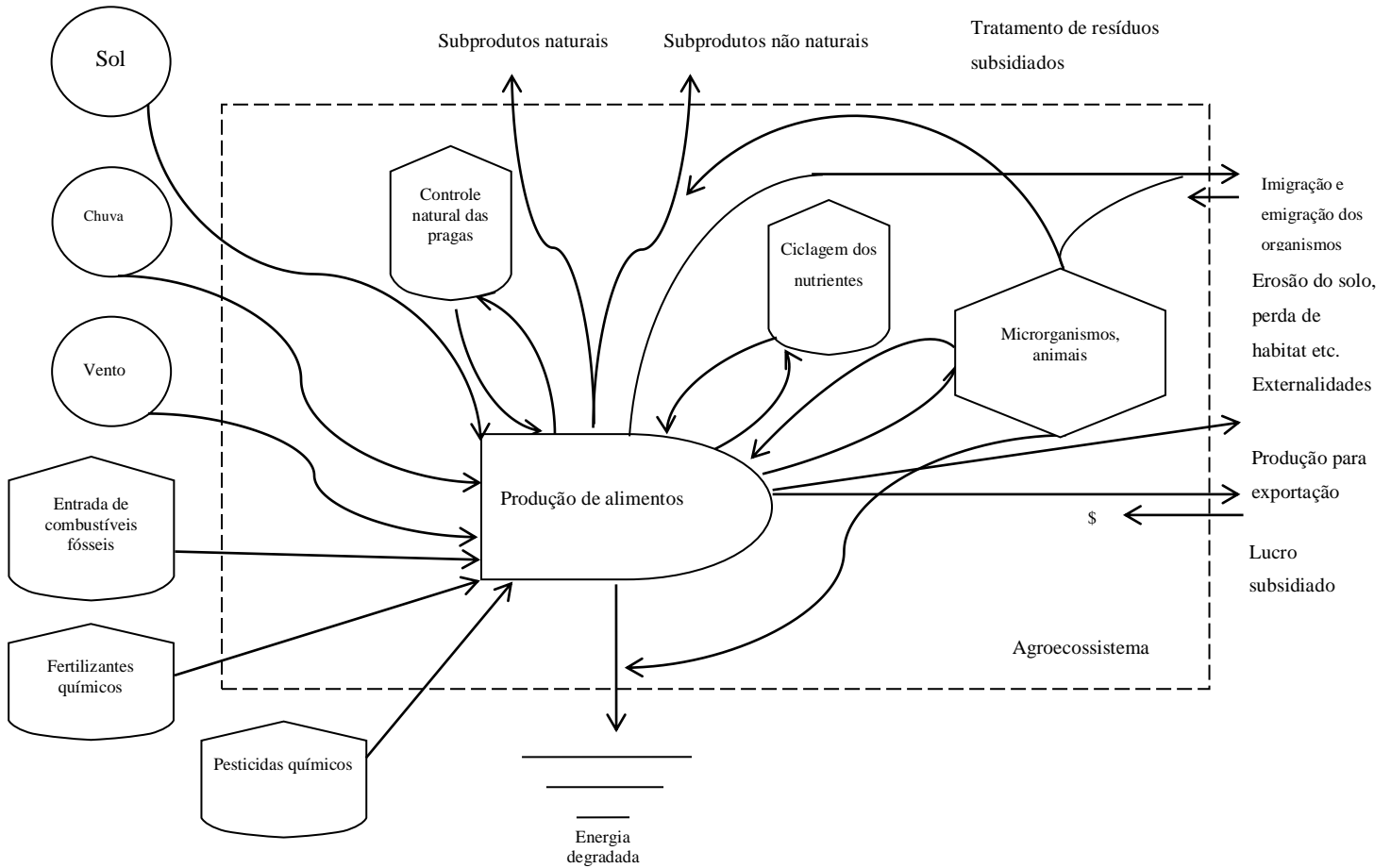
¹⁰⁵ A revolução agrícola somente “progrediu” na medida em que o desenvolvimento industrial, comercial e urbano conseguiram absorver a produção agrícola comercializável. Há uma articulação entre a revolução industrial, agrícola e comercial, condicionadas uma a outra (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Figura 6 – Agroecossistema em agricultura antiga, segundo Odum.



Fonte: Fluxograma elaborado a partir de diagramas formulados por Odum (2007, p. 14, 20, 34 e 35)

Figura 7 – Agroecossistema de agricultura “moderna”

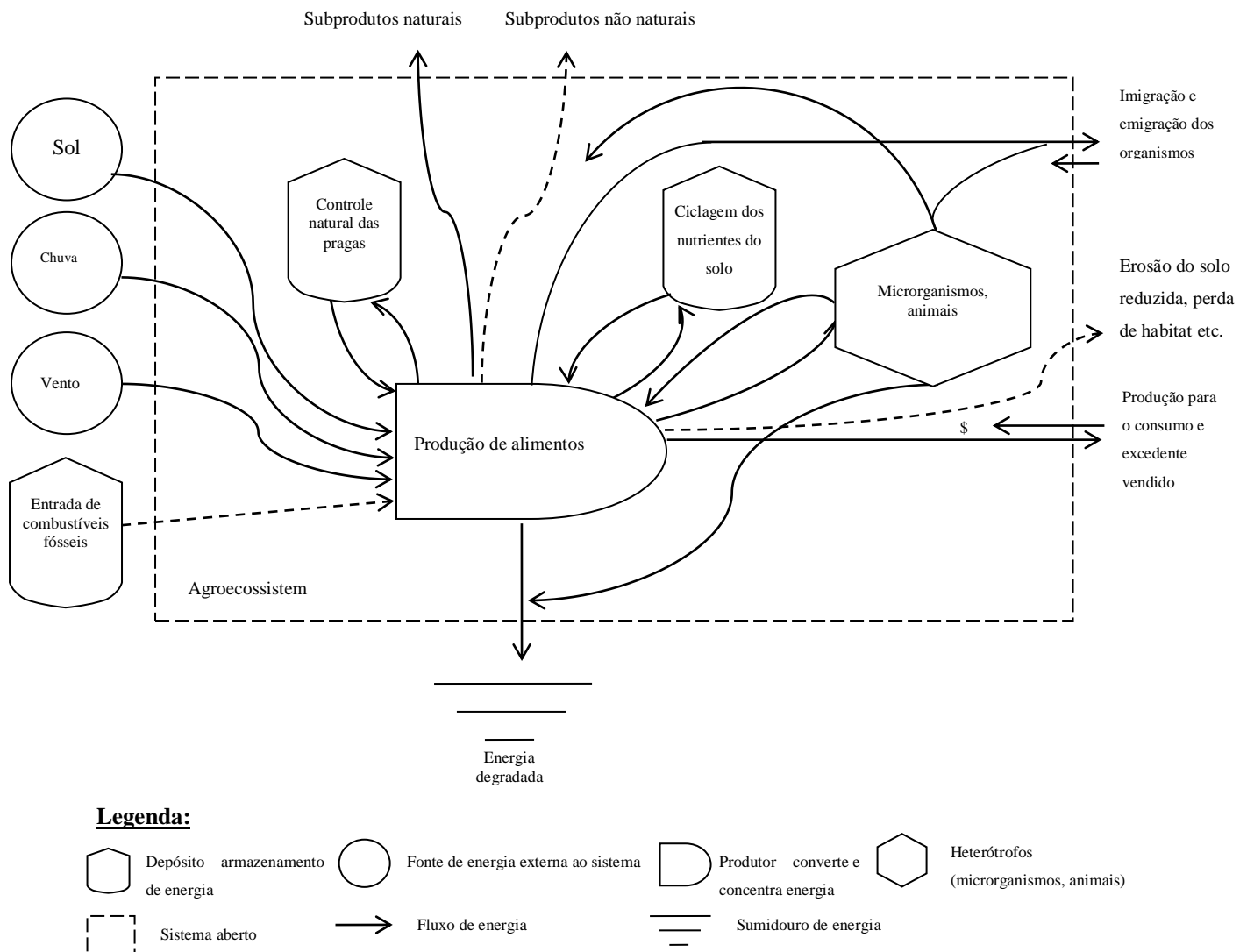


Legenda:

- | | | | | | | | |
|--|-------------------------------------|--|-------------------------------------|--|---|--|--|
| | Depósito – armazenamento de energia | | Fonte de energia externa ao sistema | | Produtor – converte e concentra energia | | Heterótrofos (microrganismos, animais) |
| | Sistema aberto | | Fluxo de energia | | Sumidouro de energia | | |

Fonte: Fluxograma elaborado a partir de diagramas formulados por Odum (2007, p. 14, 20, 34 e 35)

Figura 8 - Agroecossistema quintal



Fonte: Fluxograma elaborado a partir de diagramas formulados por Odum (2007, p. 14, 20, 34 e 35)

Já o quintal (FIGURA 8) compõe um dos sistemas da agricultura que se aproxima a um agroecossistema de agricultura antiga e que, segundo Altieri (2012), configura-se um exemplo clássico de sistema agroflorestal. A maior parte da energia utilizada é proveniente da energia solar e de capital humano e tração animal. A produção de alimentos e insumo se dá por meio da integração de subsistema (cultivo, criação, extrativismo e transformação) e por sua agrobiodiversidade. Para o controle de “pragas” e doenças são utilizados métodos naturais. Ainda em Altieri (2012) as práticas de manejo utilizadas possibilitam uma maior interação entre os sistemas e subsistemas. Sua produção, diferente dos agroecossistemas de monoculturas, que tem sua produção destinada à exportação e a obtenção de lucro, destina-se

aos grupos familiares para suprirem suas necessidades básicas de alimentos e no caso de excedente da produção comercializarem nos mercados locais. Com os recursos da venda da produção, adquirem os bens não produzidos.

Desta forma, as mulheres desempenham importante papel como gestoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas com amplo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos (PACHECO, 2004). Ainda, articulam essas atividades ao trabalho doméstico e dos cuidados que se insere no processo de reprodução familiar (CARRASCO, 2003).

Mesmo com as transformações e crises ocorridas na agricultura no decorrer de sua história, a prática de quintais se manteve em diversas culturas e sob o domínio das mulheres, como revelam estudos de Oakley (2004) e Altieri (2012), embora a pouca atenção da ciência, assim como de outras instâncias como o Estado e sociedade civil. Oakley expõe que em muitas culturas da Ásia, África e América Latina são as mulheres as responsáveis pela manutenção das atividades nos quintais e que esta prática se constitui numa tarefa cotidiana desenvolvida para garantir o consumo alimentar às famílias.

Ressalta-se que essa prática de agricultura não foi impactada “diretamente” com a adoção de pacotes tecnológicos de implementos, sementes e insumos agroquímicos disseminados através da expansão do modelo de agricultura “moderna” pelo mundo, como o ocorrido com às práticas de cultivo consorciado e criação de animais de grande porte da agricultura familiar camponesa no Brasil. Isso se justifica quando percebemos que embora a agricultura familiar esteja inserida no processo global de reprodução do capital, constitui em uma forma de organização da produção que se reproduz tendo como base a existência de princípios internos próprios e diversos. Nesse contexto a que se considerar, ainda, outra diferenciação que se refere à natureza de gênero dos conhecimentos, ou seja, de reconhecer e valorizar positivamente os diferentes conhecimentos assimilados por homens e, também, por mulheres no processo produtivo.

4.3 Memórias que falam de saberes em transmissão geracional

Para uma análise mais detalhada do quintal na sua dimensão técnico-agronômica e ecológica, articulada as dimensões sócio-política, socioeconômica e cultural, utilizei como

ferramenta de análise elementos da metodologia Análise Diagnóstico de Sistemas Agrário¹⁰⁶ para compreender o funcionamento do sistema técnico de produção (identificar as interações entre sistemas e subsistemas, as trocas de fertilidade; as entradas e saídas de insumos e produtos), gestão dos bens naturais pelas mulheres etc. Ainda, a visão holística foi útil e necessária uma vez que o trabalho na agricultura vai para além da técnica em si da produção, mas envolve relações sociais, simbólicas, como enfatiza Woortmann e Woortmann (1997).

As/Os camponesas/es ao trabalhar na terra realizam outro trabalho: o da ideologia, que, juntamente com a produção de alimentos, produz categorias sociais, pois o processo do trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo ritual. Além do produzir cultivos, o trabalho produz cultura (WOORTMANN; WOORTMANN K, 1997, p. 15).

O trabalho é a protoforma do agir humano que busca na natureza os materiais para suprir suas necessidades básicas. É através da acumulação do conhecimento e da experiência que o ser humano, através do trabalho, transforma a natureza (LUKÁCS apud LESSA, 2007). Portanto, em sua práxis histórica, as mulheres adquiriram um vasto conhecimento dos sistemas de produção desenvolvido na Comunidade Bom Jesus desde as gerações passadas, através da experiência, observação e de uma rede de relações. Atualmente, além do cultivo de hortas e outras atividades desenvolvidas nos quintais que se mantém desde as gerações passadas a atividade agrícola da comunidade Bom Jesus é baseada no policultivo e criação de pequenos animais, articulada à pesca artesanal. Além da produção do cultivo consorciado (feijão, milho e mandioca), tem a produção de frutífera como coco e caju; a criação de pequenos animais como suínos e aves (galinha, pato e peru). Entretanto, Chaga¹⁰⁷ (mãe) e as filhas Graça¹⁰⁸ e Conceição¹⁰⁹ trazem as lembranças do passado¹¹⁰ ao presente e expõem as atividades da agricultura na Comunidade Bom Jesus no século passado quando já trabalhavam na agricultura. Falam de um tempo da produção de algodão, mamona e criação de gado, pesca em lagoas e cultivo consorciado.

¹⁰⁶ A metodologia intitulada no Brasil de Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários resulta da formulação e aplicação da teoria de sistemas agrários elaborada por pesquisadores/as do *Institut Nacional Agronomique de Paris – Grignon – INA-PG* que integra o *Institut des Sciencies et Technologies Paris Institute Tecnology – ParisTech*. A partir da aplicação destes instrumentos Mazoyer (2011) desenvolveu estudos sobre agriculturas no mundo.

¹⁰⁷ Graça, 46 anos, agricultora, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 28/02/2013.

¹⁰⁸ Chaga, 97 anos, agricultora aposentada, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 28/02/2013

¹⁰⁹ Conceição, 60 anos, marisqueira, agricultora aposentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 21/01/2013

¹¹⁰ Século XX

Tinha plantação de milho, feijão, mandioca, tinha criação de gado, mamona e já tinha o cultivo de algodão (Graça). Antigamente tinha! Na época da mamãe, quando eu era criança¹¹¹, antigamente, tinha plantação de algodão, muita! Da minha avó, da tataravó da mamãe, já tinha cultivo de algodão (Chaga). Na era da mamãe, já tinha essa fição. Tinha o tear, o tecer aquele pano com as mãos. Quando acabar ia costurar. Fazia uma costura tão boa! As roupas dos homens eram tudo de algodão (Graça).

Antigamente era o trabalho das mulheres. Da minha avó, bisavó, tataravó, da mamãe, das minhas irmãs. Elas fiavam e faziam a renda. No inverno era renda e no verão era o fio. No inverno era por mode a chuva. Elas paravam no verão de fazer a renda. Elas encostavam, sim. [...] Essas camisas, saia era para se enfeitar. Só tinha saia branca. Não existia calça. Às vezes vendia. Tinha umas rendas finas que as mulheres encomendavam. Aí fazia. As patroas encomendavam (Chaga).

Por que parou de fiar? (Andréa) Não sei porquê. Os novos não queriam mais fiar, os donos¹¹² não queriam mais plantar. Aí foi parando (Graça).

Desde que eu me entendi por gente, tinha mamona, mas só pra fazer óleo. Aí foi que pegou a compra de mamona. Aí os comerciantes compravam. Mas a prática da mamona parou primeiro que o algodão. Aí a gente ficou fiando. Eu casei no 73 e já não usava mais mamona. Hoje, ainda compram em Itapipoca e é caro! - Por que vocês não produzem mais mamona? (Andréa) - Porque enfraquece a terra, sabe?! (Graça) - Por que enfraquece a terra? (Andréa) - É porque faz uma montanha monstra de sombra, aí nesse lugar, ninguém consegue plantar outra coisa (Graça).

Desde quando eu me entendi no mundo, meu pai gostava muito de plantar mamona. Ai o trabalho de nós menino, era pegar aquela mamona e estender.[...] A gente fazia óleo, mas também vendia. Óleo de mamona servia pra gente botar a roda¹¹³ pra rodar, servia pra colocar no cabelo, dá remédio. Óleo de mamona com mastruz para verme. era desse jeito. A gente fazia assim. [...] Até hoje a gente tem a farinhada, mas hoje não tem a mamona e nem tem mais o algodão, o que foi que aconteceu? Porque as mulheres não queria mais fiar, dava tosse. Foi se acabando as velhas e ficando as novas que não quiseram mais fazer. Aí, os homens não deram mais pra plantar, não sei porquê. Lá em casa eu tenho um pé de algodão. Bem alvinho. Eu tenho energia em casa, mas às vezes falta, aí uso lamparina (Conceição).

Tinha pesca das lagoas. No corrente. Era tanto do peixe! Curimatã deste tamanho, carapeba, camurim, cará, traíra. Muita fartura de peixe (Chaga).

¹¹¹ Início do século XX.

¹¹² “Donos” referem-se aos supostos proprietários da terra.

¹¹³ “Roda” era um equipamento utilizado no processo de beneficiamento da mandioca. Utilizado na etapa de torrar a farinha no forno, utilizava-se a roda que era puxada pelo trabalho animal. Atualmente, essa etapa realizada na casa de farinha é realizada manualmente na Comunidade Bom Jesus, apesar da existência de equipamento industrial na comunidade Sítio Coqueiro do Assentamento Maceió, pelos homens e que no passado se dava por meio de tração animal.

Costa e Bueno (2004) revelam que a produção de algodão no Brasil data de antes da chegada dos portugueses à América. Essa já era uma atividade desenvolvida pelos índios em que a produção de algodão era transformada em redes, mantas, flechas incendiárias (com a ponta envolvida em chumaços, aos quais se colocavam fogo). Com a chegada dos portugueses tem-se a influência do uso do algodão para confecção de roupas. Durante a conversa com Chaga, mostra-me uma rede produzida pelas mulheres da sua época e um assessorio de vestimenta (FIGURA 9).

Figura 9 – Memória visual de peças (rede, assessorio de vestuário) desenvolvidas com linha produzida localmente



Fonte: Imagens registradas pela autora em 2013

O cultivo do algodão se dava em sistema de pagamento da renda da terra e parte da produção destinava ao mercado e outro, o algodão passava pelo processo de fiação e no tear era transformado em redes, cobertores e vestimentas como rememora Chaga¹¹⁴.

Essas camisas, saia era para se enfeitar. Só tinha saia branca. Não existia calça. Às vezes, vendia. Tinha umas rendas finas que as mulheres encomendavam. Aí fazia. As patroas encomendavam. A dona Mirone pedia: - Faça uma renda pra mim. Mas elas pagavam? (Andréa) Não cobrava muito bem não, mas elas pagavam! A dona Mirone, filha de seu Zeca de Araújo. Tudo era mandado por eles [...] (Chaguinha).

Com a linha as mulheres faziam as costuras. Muitas vezes costuras à mão ou era utilizada para produção da renda de bilro, em que a linha e a força de trabalho das mulheres eram transformadas em uma diversidade de vestimentas e outras peças de renda de bilro. Hoje, a prática da renda de bilro ainda é marcante no Assentamento Maceió, principalmente nas comunidades Apiques, Maceió e Córrego da Estrada. Todavia, a linha utilizada constitui-

¹¹⁴ Chaga, 97 anos, agricultora aposentada, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 28/02/2013

se um insumo que vem de fora, adquirido nos mercados locais da sede do município de Itapipoca. Na Comunidade Bom Jesus, essa atividade é realizada pelas mulheres e sua produção é basicamente para uso próprio. Nas demais comunidades a produção é vendida para gerar renda.

Retomando Costa e Bueno (2004), a produção de algodão no Ceará ganhou importância no século XVIII, chegando a exportar para países como Inglaterra. No século seguinte, passou por fases de declínios e, também, de crescimento quando se torna uma das principais fontes de renda dos latifundiários. No século XX, à medida que o algodão ganhou importância, foi sendo estabelecido o modelo de economia cearense predominante, baseado na agricultura e pecuária até a metade da década de 1970. A partir daí a produção algodoeira no Ceará volta a declinar com a “praga” do bicudo, fazendo diminuir o índice de vendas, o que pode justificar a falta de interesse das/os patroas/ões das terras que hoje constitui o Assentamento Maceió. Mas a produção o algodão ainda é encontrada em alguns quintais como do de Conceição¹¹⁵: *“Lá em casa eu tenho um pé de algodão. Bem alvinho. Eu tenho energia em casa, mas às vezes falta. Aí uso lamparina.”*

Os saberes das camponesas não se relacionam ao conhecimento adquirido no âmbito escolar, mas se dão através das relações familiares, no contato com a comunidade, na observação que valoriza uma aprendizagem prática, repassada por meio da oralidade de pais para filhas (DANTAS, 2010) é assim com Conceição valoriza o saber-fazer resultado do processo do trabalho na terra e que se constitui, não apenas da prática em si, da técnica, do manejo dos solos e as plantas, mas de um saber incorporado de sentidos, valores e representações para reprodução social camponesa.

O povo tem um dizer que mais vale ter o saber de berço do que o saber da escrita. Hoje eu estava tirando um arame mais uma filha e ela disse assim: - Mamãe com quem você aprendeu a fazer isso? - Com Deus. O papai trabalhava, mas nunca que me ensinou isso não. Eu via como era que dava certo aqui e fazia. Ter experiência. Eu trabalho mais meu marido, mas ele não tem experiência. Triste dele se não fosse eu. Eu vejo que ele vai plantar uma terra. Aí eu digo: não plante nessa terra, não presta. É melhor plantar ali e dá certo. Ele concorda. - Já houve alguma situação em que ele não concordou? (Andréa) Várias vezes. Nunca que dar certo. Ano “trazado” ele fez um trabalho acolá, eu disse: não faz isso, que não dá certo! Ele teimou e fez. Plantou e não deu. Não arrancou um pau de roça de lá (Conceição).

¹¹⁵ Conceição, 60 anos, marisqueira, agricultora aposentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 21/01/2013

A agricultura familiar possibilita às camponesas adquirirem uma gama de conhecimentos sobre os sistemas agroecológicos que são repassados de geração a geração através da tradição oral, observações e experiência prática (OAKLEY, 2004). Convém ressaltar que além dos conhecimentos transmitidos pelos/as pais/mães aos/as filhos/as e entre os/as camponeses/as na Comunidade Bom Jesus, as mulheres ampliam seus conhecimentos sobre a prática e manejo de sistemas agroecológicos por meio de uma teia de relações com as organizações não governamentais, movimentos sociais e outras redes. No caso da Comunidade Bom Jesus, a agroecologia quando mediada através do CETRA e/ou do MMTR-NE tem possibilitado às mulheres além de pensar uma agricultura agroecológica que se nutre nos saberes, conhecimentos e experiências das comunidades tradicionais (camponesas, indígenas, quilombolas, pescadoras, ribeirinhas etc) e incorpora o potencial endógeno¹¹⁶, promove um diálogo com a crítica feminista.

Esses processos formativos sobre a agroecologia e a partir da perspectiva feminista têm impulsionado às mulheres a reconhecer os espaços, o trabalho e atividades desenvolvidas na Agricultura e a problematiza-los. Isso se verifica, por exemplo, quando promovem oficinas de sistematização das experiências. Através de “pedagogias críticas” (SARDENBERG, 2006), as mulheres são motivadas a assumirem o papel de pesquisadoras de suas próprias experiências e entre elas. Isso verifico, através da observação participante, durante um Encontro Mulheres e Agroecologia promovido pelo CETRA e o MMTR-NE. A sistematização das experiências possibilita o exercício da fala, da argumentação: “no meu quintal é assim, por que você faz desta forma?”, “por que não experimenta fazer dessa forma?”, “quais os problemas enfrentados no seu quintal?”, “que são as pessoas envolvidas no trabalho do quintal?”, “quem vende?” etc. Além da fala, as mulheres são estimuladas a registrarem em diários e a usarem outros instrumentos como a máquina fotográfica.

É a partir da experiência, do endógeno, da trajetória da vida das mulheres, do modo local de organizar a produção que a concepção e prática da agroecologia se norteia. Esses encontros, formações sob a temática da agroecologia possibilitam a troca de experiências, compartilhar e trocar sementes, mudas, apreender novas práticas e manejos ou formas diferentes de realização de atividades já desenvolvidas de forma a potencializar a produção. Esses espaços formativos possibilitam às mulheres uma consciência ambiental, a pensar o local-global e novas expectativas de sustentabilidade. Também, as mulheres ao

¹¹⁶ Agroecologia pensada a partir do local, da experiência, dos saberes das comunidades tradicionais tem como potencial o endógeno que se constitui um elemento fundamental e ponto de partida de qualquer projeto de transição agroecológica na busca da sustentabilidade local (CAPORAL, 2011).

levarem suas experiências, o saber que vem da experiência, para os espaços políticos, formativos codificam o pensar sobre a prática cotidiana a partir de uma consciência ambiental que parece dar força ao saber-fazer cotidiano, como mostram a falas de Vera¹¹⁷ e Joana¹¹⁸.

Parte dos conhecimentos a gente já tinha, mas com a participação nos encontros, intercâmbios, cursos, todas essas coisas ajudaram muito a gente a trabalhar na questão da agroecologia, que antes a gente não conhecia esse nome de agroecologia. Você trabalhava, mas você trabalhava de uma forma diferente. Sempre a gente teve esse cuidado de não queimar tanto, mas não sabia tanto da importância que era de não queimar, preservar a natureza, ter essa diversidade de culturas. A gente achava que onde fosse roça, era só roça. Não podia tá plantando outra cultura e hoje, com os conhecimentos que a gente teve com as entidades que já trabalharam aqui como, por exemplo, o CETRA que sempre veio acompanhando a gente, também, teve o IDER que foi assim, na parte da horta, foi trazida por eles, a horta (Salette).

Já tinha experiência de plantar cebola, coentro, essas coisas, a gente já tinha mais ou menos uma ideia. Aí a gente aprimorou mais com as orientações deles [técnicos]. As orientações são muito boas porque ajuda no conhecimento da gente. [...] Cobertura vegetal. Essa ideia eu aprendi, aí a gente observa e é verdade. O solo é pra tá coberto mesmo. Quando a gente descobre [no sentido de limpar], a natureza se encarrega de cobrir. Tá aí, a gente descobre, num instante nasce uns capinzinhos porque o solo é pra tá coberto. E quando é com a folha, a folha cobre até para evitar erosão e pra conserva o chão porque as folhas é os próprios nutrientes pra planta se autosustentar. Ela solta a folha e pega os nutrientes da própria folha (Vera).

Foi com o pessoal do IDER aí nós fomos experimentando se dava certo. Com meu pai. Via meu pai fazendo, ajudava ele, aí casei e continuei (Joana)

Pensando as diversas dimensões norteadoras da Agroecologia como ecológica e técnico-agronômica, socioeconômica e cultural e sócio-política (CAPORAL, 2011) se percebe um diálogo amplo e necessário para uma agroecologia na sua visão integradora, quando os processos formativos em agroecologia, como percebido na Comunidade Bom Jesus, vão para além da dimensão do manejo, da técnica agrônômica, mas envolve o debate sobre as relações sociais como o enfrentamento às questões de gênero, o empoderamento das mulheres etc como percebido durante a formação.

4.4 Sistemas e subsistemas produzindo fertilidades

¹¹⁷ Vera, 53 anos, agricultora, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/03/2011.

¹¹⁸ Joana, 46 anos, agricultora, artesã, não assentada (agregada) da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 23/03/2011.

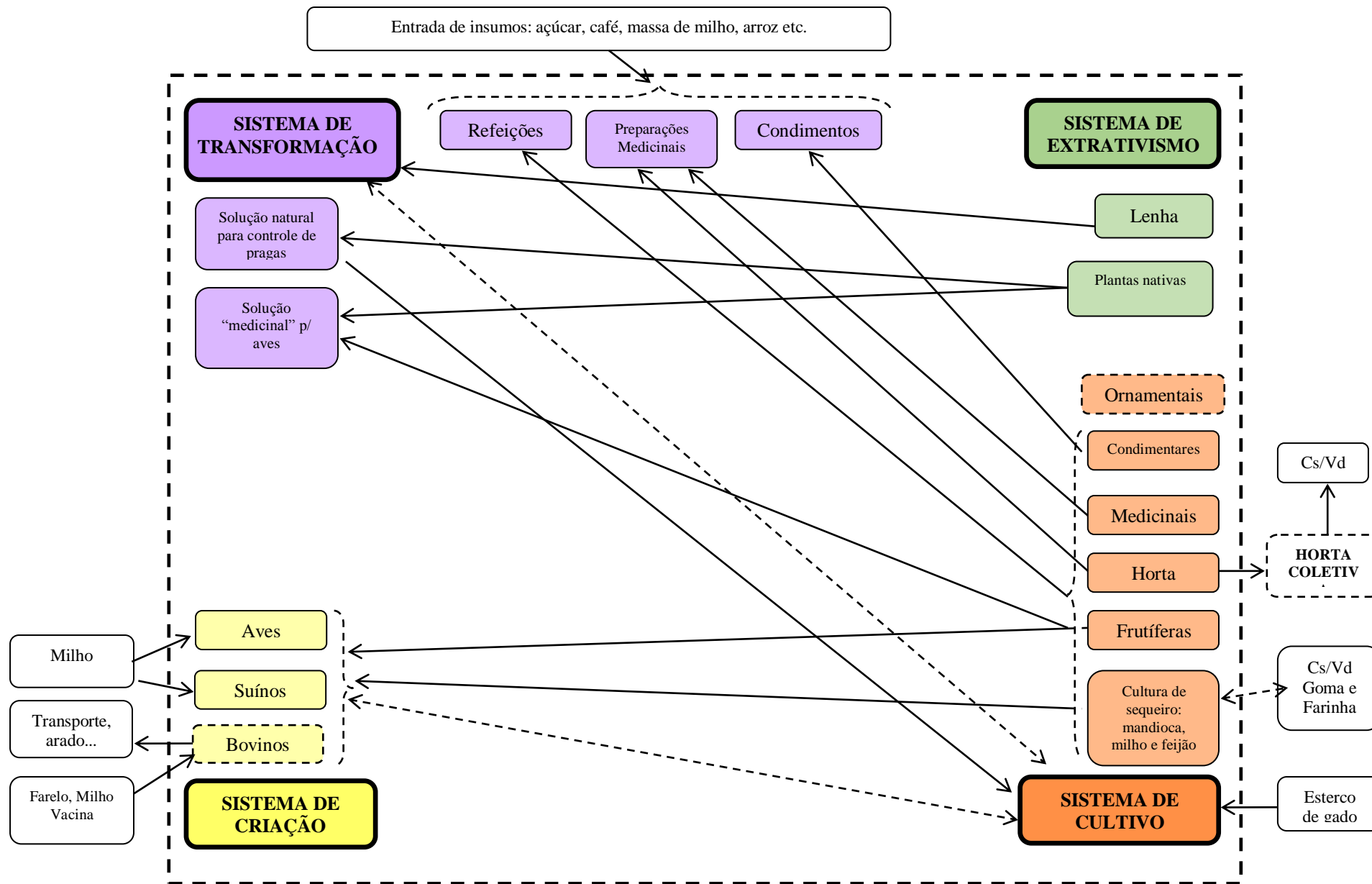
As sete (7) experiências de quintais a serem apresentadas a seguir, através de seus fluxogramas, resultam de processos histórico-sociais, cultural, político e econômico. Os fluxogramas compreendem uma etapa importante da aplicação da metodologia Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários – ADSA, apresentando os quintais a partir da diversidade de sistemas (cultivo, criação, extrativismo e transformação) em que os quintais possuem fluxos de fertilidade e de produção¹¹⁹ que revelam uma diversidade de sistemas (cultivo, criação, extrativismo e transformação) que estão interligados por fluxos de fertilidade¹²⁰ e de produção. Cada sistema pode ter um ou mais subsistema na sua composição. A fertilidade de um ecossistema refere-se à capacidade em produzir de modo durável a biomassa vegetal (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 80).

Os fluxogramas, portanto, servem para identificar: os sistemas de produção encontrados nos quintais; as interações entre sistema e subsistemas; os fluxos de entradas de insumos/energia e o fluxo de fertilidade do solo. Proporciona análise sistêmica da unidade quintal que em diálogo com os princípios da agroecologia permite a confirmação da importância dos quintais para: a garantia da segurança alimentar da família; a sua função de mantenedoras da diversidade genética; a ação integradora para saúde dos ecossistemas; a autonomia da família frente a modelos tecnológicos dependentes de insumos externos; a produção de saberes locais com base na experimentação cotidiana, dentre outros elementos a serem tratados por inspiração da leitura dos fluxogramas.

¹¹⁹ (FIGURAS 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18)

¹²⁰ A fertilidade de um ecossistema refere-se a capacidade em produzir de modo durável a biomassa vegetal (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 80).

Figura 10 - Fluxograma de fertilidade da produção e de produtos do quintal de Bia



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 11 - Fluxograma de fertilidade da produção e de produtos do quintal de Vera

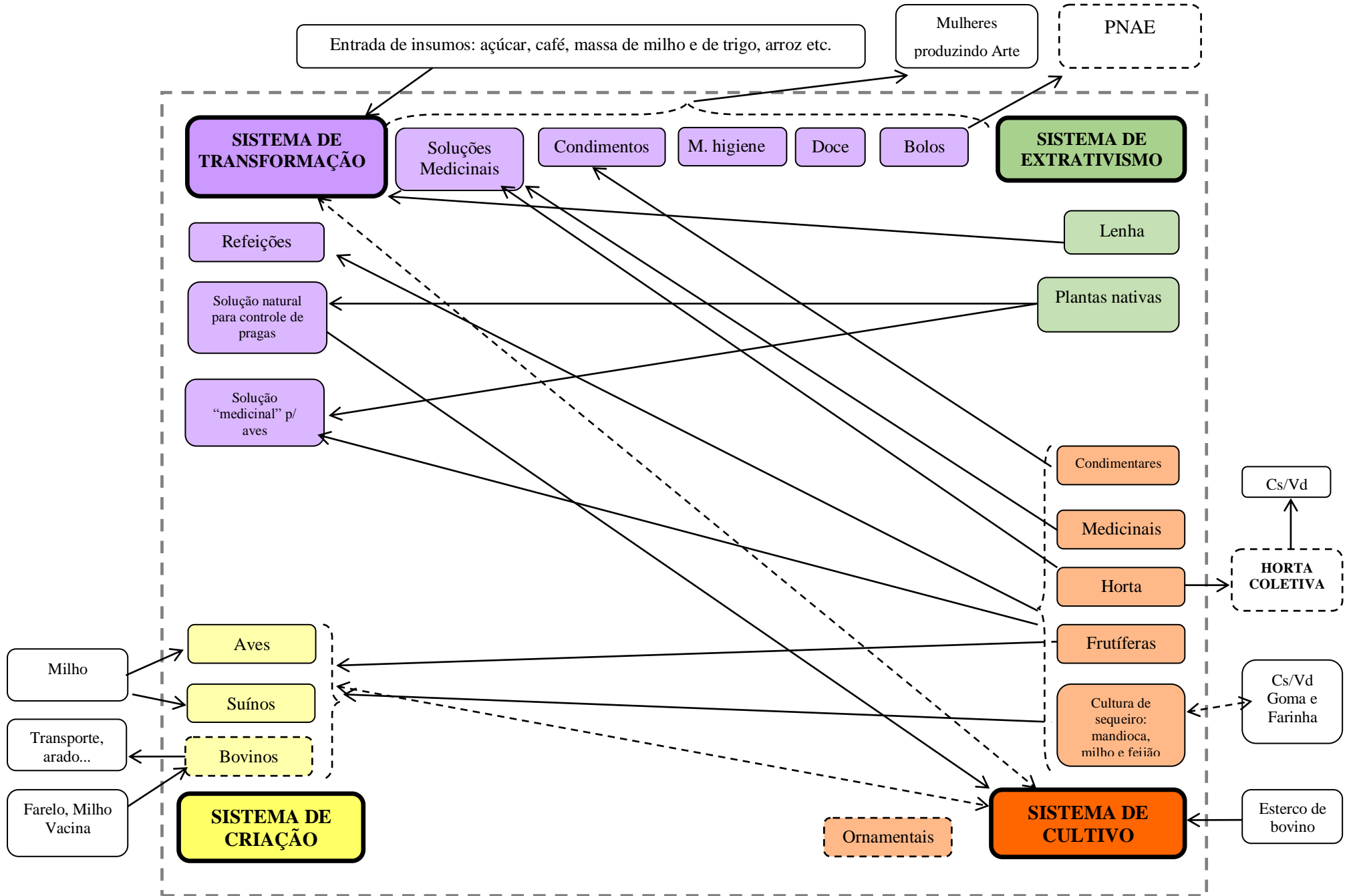
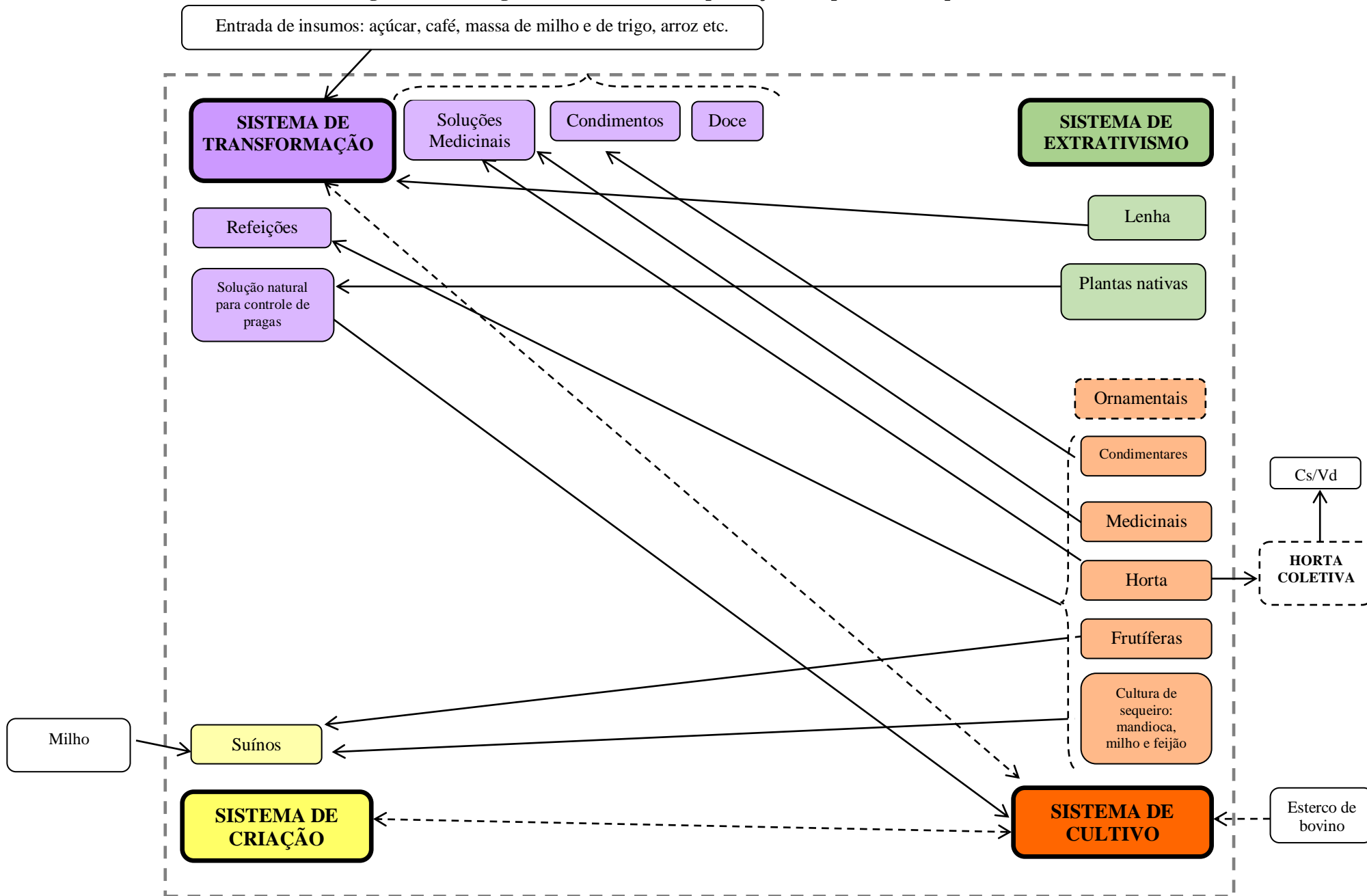
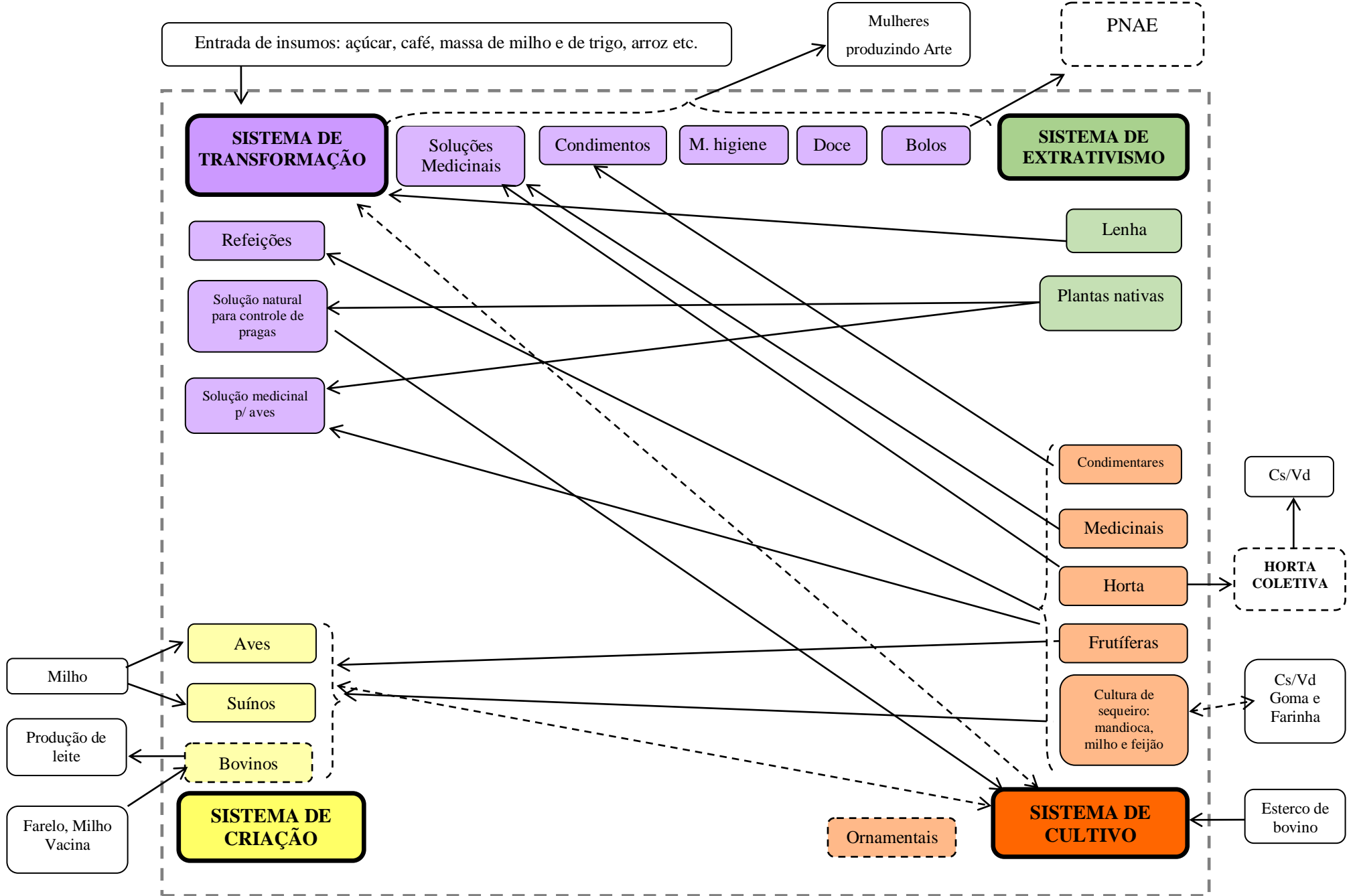


Figura 12 - Fluxograma de fertilidade da produção e de produtos do quintal de Joana



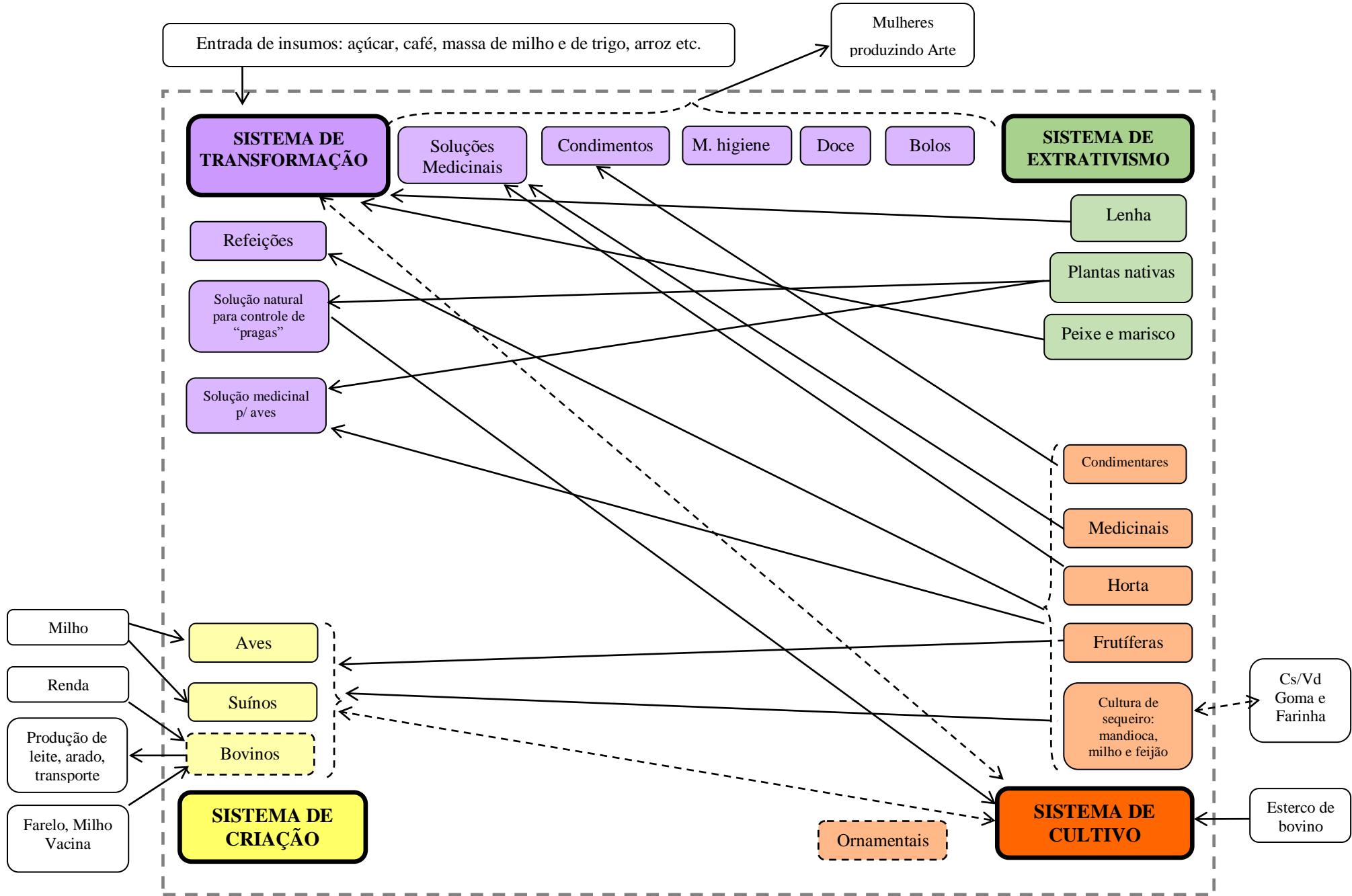
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 13 - Fluxograma de fertilidade da produção e de produtos do quintal Salete



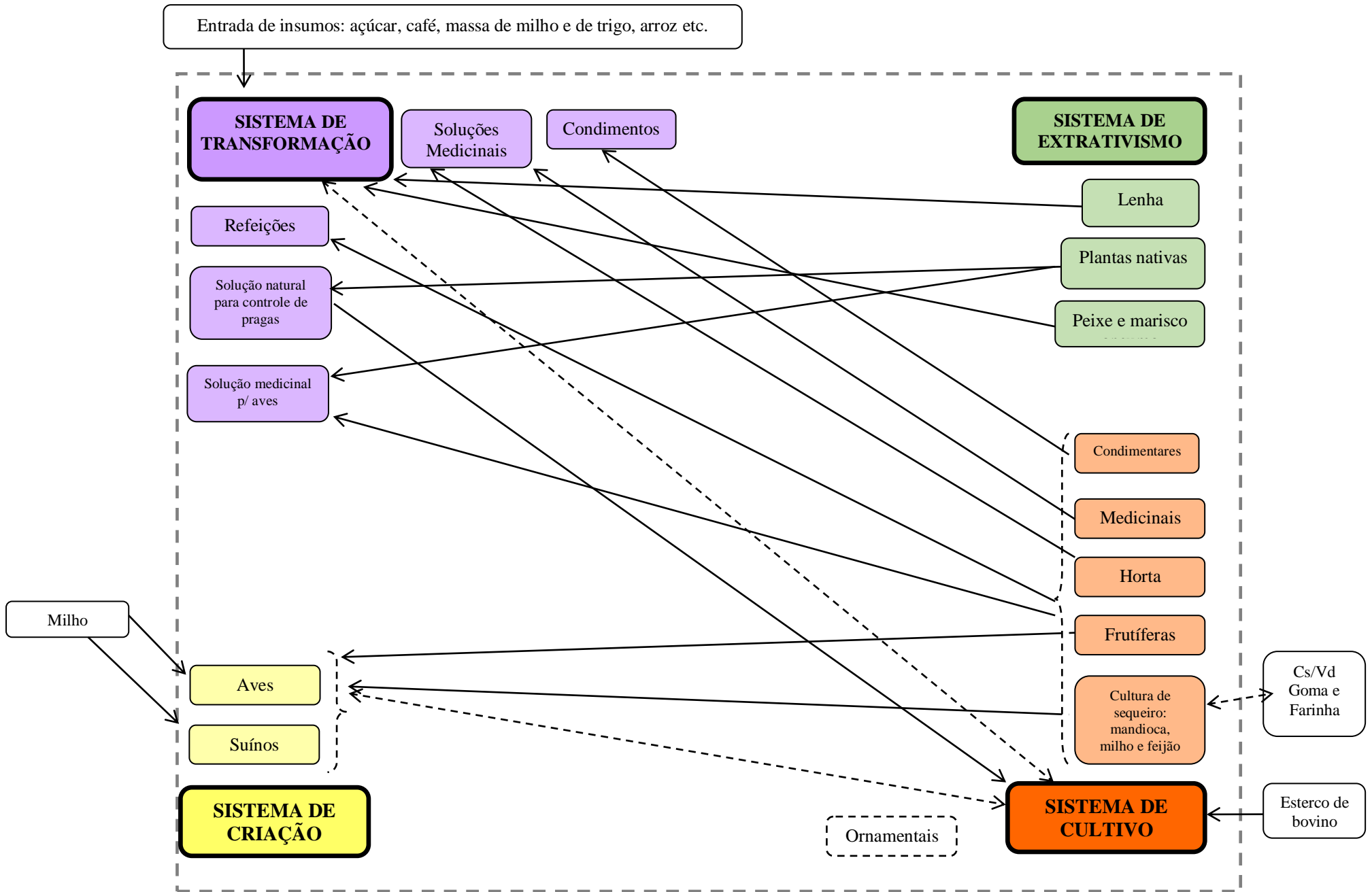
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 14 - Fluxograma de fertilidade da produção e de produtos do quintal de Lídia



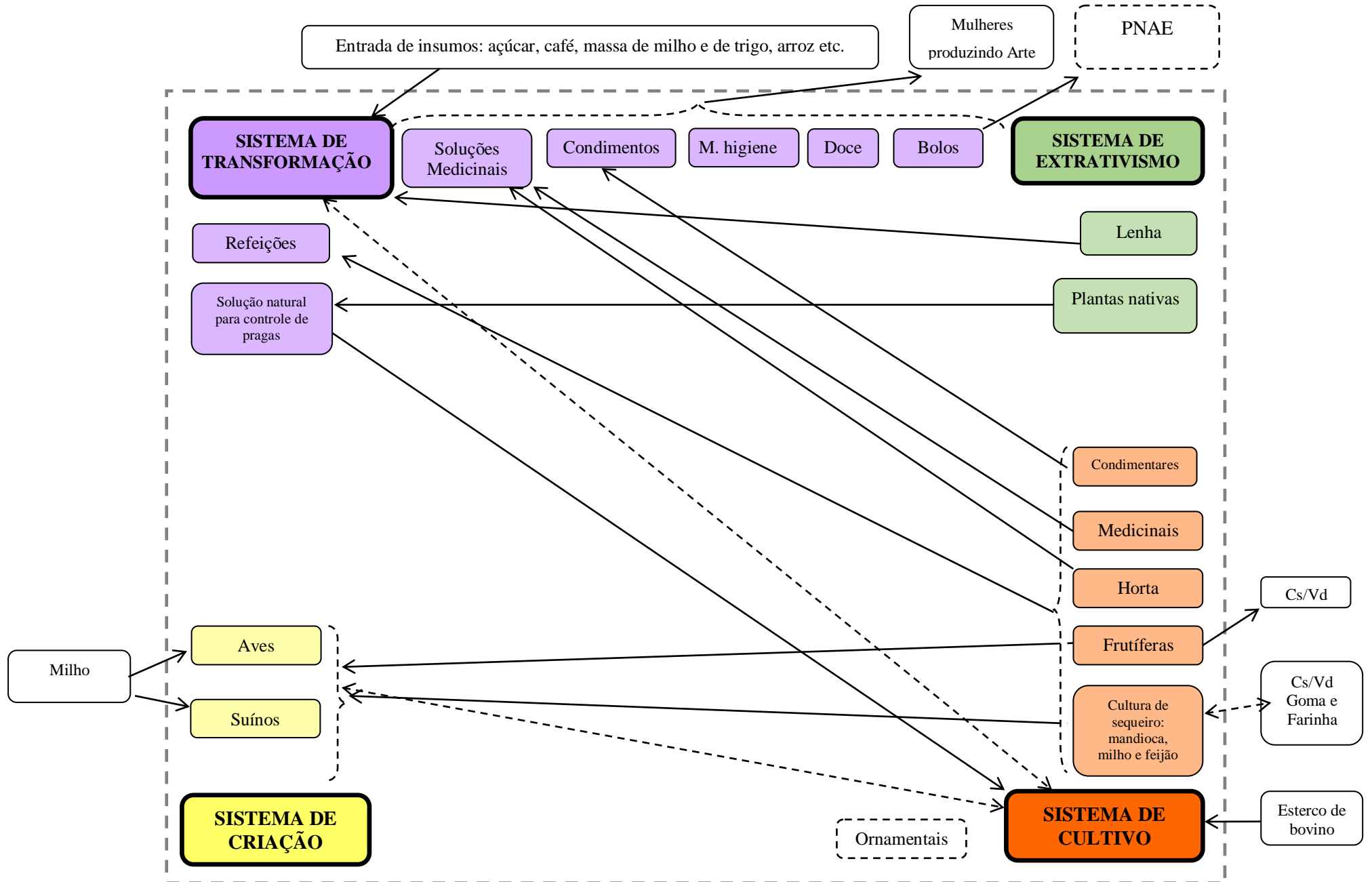
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 15 - Fluxograma de fertilidade da produção e de produtos do quintal de Conceição



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 16 - Fluxograma de fertilidade da produção e de produtos do quintal de Carmem



Fonte: Dados da pesquisa

A partir da análise dos fluxogramas observa-se que as camponesas combinam sistemas de cultivo (horta, cultivo consorciado, frutíferas, plantas medicinais e ornamentais etc), criação (aves, animais de pequeno e grande porte), extrativismo (pesca artesanal, extração de madeira) e transformação (preparo de alimentos e insumos). Para Altieri (2012) a história da agricultura revela que gerações de agricultores/as desenvolveram sistemas agrícolas complexos, diversificados e localmente adaptados. É através de um sistema agrícola complexo que as camponesas buscam garantir a segurança alimentar da família, a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Essa diversidade de ecossistemas que compõe os agroecossistemas da Comunidade Bom Jesus se expressa em subsistemas como o quintal que incorpora uma multiplicidade de cultivos (consórcio de culturas, hortas, plantas medicinais, ornamentais etc), criação de animais, pesca artesanal (marisco e peixe), preservação da biodiversidade, manejo múltiplos, produção de alimentos sem uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos etc.

A combinação entre os sistemas contribui para a reprodução da fertilidade dos solos e do sistema quintal em si. A fertilidade do solo depende de fatores físicos (radiação, temperatura, condições do solo), biogeoquímicos (quantidade de matérias nutritivas, processos químicos e biológicos etc), da interação entre os fatores bióticos e abióticos, das práticas agrícolas, entre outros (MAZOYER; ROUDART, 2011; ALTIERI, 2012).

Apesar dos quintais se encontrarem em uma área de solo arenoso, com a utilização de diversas tecnologias como prática cobertura morta, barreiras de mata nativa, consórcio de culturas, compostagem integrada ao sistema de criação e extrativismo possibilita a fertilidade do solo. Segundo Altieri (2012) as formas diversificadas de agroecossistemas conservam a água e o solo, garante fornecimento regular de matéria orgânica, aumenta os mecanismos de ciclagem de nutrientes e promovem a regulação de insetos.

Como os quintais como identificados nas figuras possuem 4 sistemas. A análise o sistema de cultivo observa-se que é composto de horta, plantas medicinais e condimentares, cultivo consorciado associado ao cultivo de frutíferas e plantas ornamentais. A horta é encontra entre todas as experiências estudadas e é cultivada em solo baixo ou em canteiros suspensos, situada em pequenos cercados ou em áreas coletivas (FIGURA 17).

Figura 17 – Memória visual de hortas em canteiro e sobre o solo



Fonte: Imagens registradas pela autora (2012; 2013)

Na horta encontra produção de cebolinha, coentro, pimentão, rabanete, espinafre, manjerição etc;). Na sua proximidade existem frutíferas (coco, abacaxi, mamão, maracujá, bananeira etc) e plantas medicinais (babosa, malva, agrião, hortelã, chambá, alecrim, “terramicina”,etc). Muitas variedades existentes nos quintais individuais foram motivadas pelo conhecimento e/ou participação na implantação de um projeto produtivo denominado de “Horta Coletiva” incentivado pelo IDER.

Importa dizer que as hortas geralmente estão localizadas ao lado das casas, porém, em alguns casos, como de Joana, a horta está situada na extremidade oposta a casa, às margens do córrego Ponguete, pela dificuldade de acesso à água (FIGURA 18). Essa é uma problemática enfrentada pelas mulheres em seus quintais. Ao buscar conhecer quais eram as dificuldades encontradas na prática do quintal, as vozes das camponesas traziam principalmente a problemática do acesso à água. Com algumas exceções como no caso de Conceição e Salete que utilizam água de poço e com o auxílio de uma mangueira distribuem água para aguar as hortas, as demais água as hortas e algumas frutíferas com o auxílio de balde. Algumas culturas são produzidas conforme a disponibilidade de chuvas. O cultivo de hortas, plantas medicinais, ornamentais são culturas que necessitam de água diariamente.

Bia¹²¹, Lídia¹²², Vera¹²³, Carmem¹²⁴ e Joana¹²⁵ expressam a falta d'água como uma das dificuldades para manter a produção de suas hortas.

Assim, o que eu sinto um pouco de dificuldade é a questão da água. Porque o poço aqui não tem água suficiente, pra mode a gente aguar outras plantas. Porque se tivesse água suficiente, esses coqueirinhos perto de casa, porque quando é a época do verão são bem miudinho os cocos, seca. Tinha umas goiabeiras que morreram porque a água não é suficiente, a água do poço. O motor é pequeno e ainda não pude comprar um grande. São poucas horas que ele funciona. Ali perto da casa de farinha, a gente não planta porque não tem como aguar (Bia).

É a agua. Não é a falta de água. Mas é aguar as coisas assim no verão, por exemplo, se tivesse um poço assim no verão, aí a gente aguava com mais facilidade. Vocês tiram a água de onde? Do córrego para aguar os coqueiros ou alguma plantinha que estão pequenas e que tão precisando ainda de aguar, assim no verão. A gente pega esse “baldão” pesados é tão difícil, quando a gente termina está com os braços tudo doído (Lídia)

Quando chega nessa época tem um problema sério de água, aí fica tudo seco. Aí fica bem difícil o acesso à água. A gente sempre investia em poço. Investimos num cacimbão, mas este ano até esse secou. Aí é um problema sustentar esse canteirinho (Carmem).

É isso aqui, puxar a água, puxar a água lá de dentro da lama. Águo pela manhã ou à tarde (Joana).

É a minha horta, que tenho que aguar, ajeitar [...]. Eu águo esses coqueiros. Quando é no verão, eu saio com um carro de mão, um balde grande num carro de mão aí boto água nos coqueiros [...] (Vera).

Figura 18 – Memória visual das principais formas de acesso à água para prática de aguar da



Fonte: Imagens registradas pela autora (2012; 2013)

¹²¹ Bia, 55 anos, agricultura aposentada, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/03/2011.

¹²² Lídia, 38 anos, agricultora, não assentada (agregada) da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/01/2013.

¹²³ Vera, 53 anos, agricultora, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/03/2011.

¹²⁴ Carmem, 46 anos, professora, agricultora, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 23/01/2013.

¹²⁵ Joana, 46 anos, agricultora, não assentada (agregada) da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 23/03/2011.

A produção de plantas medicinais é destinada para preparações de chás, xaropes, repelentes entre outras. Bia relata que a produção vai além do consumo e venda do excedente (seja *in natura* ou transformado). “A babosa, bem dizer eu não uso. Aí, às vezes, as pessoas que não tem, levam. De vez em quando eu faço garrafada porque eu tenho dor. Tenho pedra nos rins. Aí eu faço com quebra-pedra” (Bia)¹²⁶.

As frutíferas são encontradas em toda a extensão do quintal. Além de fornecerem os frutos, arborizam os quintais, criam um microclima, fornecem sombra e espaço de com-vivência às famílias. Há presença de fruteiras que produzem abacaxi, banana, coco, caju, mamão, pitanga, carambola, siriguela, limão, manga etc.

O cultivo da produção consorciada (mandioca, milho e feijão) (FIGURA 19) é realizado entre as frutíferas, como mangueira, bananeira, goiabeira, coqueiro e cajueiro. Bia relata que o marido e o filho já desejaram cortar algumas das frutíferas, pois para eles com a sombra gerada há prejuízo no desenvolvimento do cultivo do milho e feijão prejudica seu desenvolvimento pela diminuição de entrada de energia solar. Em contrapartida sugere o a ampliação da ampliação da horta como relata “Eles querem cortar a mangueira pra molde aumentar a horta. Fazer à hortinha maior. [risos] Deus me livre de cortar a mangueira”.

Figura 19 – Memória visual do cultivo consorciado praticado nos quintais.



Fonte: Imagens registradas pela autora em 2012.

O cultivo consorciado é uma atividade de maior responsabilidade dos homens, apesar das mulheres participarem ativamente deste trabalho. Entretanto, sua participação ainda é considerada como uma “ajuda” ao trabalho do homem. Bia relata que na infância já

¹²⁶ Bia, 55 anos, agricultura aposentada, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/03/2011.

“ajudava” o pai no trabalho do roçado, porque “ ele [pai] não tinha filho homem no início. Os homens foram os últimos. Aí, eu trabalhava mais ele [...]”.

Em alguns casos a produção consorciada é alternada com o cultivo de macaxeira. Vera, Salete e Carmem têm intensificado a produção de macaxeira, em virtude da produção de bolos para comercialização através da política de alimentação escolar¹²⁷. Para Albuquerque et al (2012) o consorcio de culturas consiste em um sistema de cultivo “tradicional” de plantio simultâneo de duas ou mais culturas na mesma área, que tem como vantagens o aumento da produtividade por unidade de área, proteção vegetativa do solo contra a erosão, controle das plantas daninhas, redução de incidência de pragas e doenças nas culturas consorciadas, aporte em matéria orgânica e nitrogênio ao solo, além de oferecer uma diversidade de produtos para a família.

O cultivo de plantas ornamentais fica no entorno da casa (FIGURA 20). Verifica-se a presença de “bom dia”, “boa noite”, “coração magoado”, “margaridas” entre outras. Bia transmite entusiasmo ao falar das flores e afirma que gosta muito de cultivar. “É porque eu gosto muito. Este ano tem pouco. Eu acho tão bonito! Tem duas coisas que dizia que gostava de trabalhar, com velho, criança e com flor [...]” (Bia)¹²⁸. “Muito bonitas! Amo as flores. Pena eu não tenho tempo de cuidar” relata Salete.

Apesar de não se verificar o consumo enquanto alimento para a família, as flores embelezam a casa, trazem fertilidade entre sistemas como se verifica na horta coletiva entre outras. Vera explica que cultiva plantas ornamentais “porque a gente gosta de flores. Mas elas também, na plantação da horta, eles mandaram a gente plantar plantas de cheiro bem ativo, flores bem chamativas porque dizem que é uma coisa assim que ajuda a espantar os insetos. Tipo manjerição, cravo de defunto” (Vera)¹²⁹.

¹²⁷ O Artigo 14 da Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE da alimentação escolar seja para compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/LEI11947.pdf>>. Acesso em: 10 agos. 2012

¹²⁸ Bia, 55 anos, agricultura aposentada, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/03/2011.

¹²⁹ Vera, 53 anos, agricultora, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/03/2011.

Figura 20 – Memória visual de cultivo de plantas ornamentais



Fonte: Imagens registradas pela autora em 2012.

Se de forma geral a agricultura familiar camponesa apresenta a produção diversificada como uma de suas características que a diferencia da agricultura convencional, de forma exemplar o quintal constitui-se um agroecossistema de maior diversidade como observado no caso da comunidade Bom Jesus. Isso se constata não somente pela multiplicidade de sistemas (cultivo, criação, extrativismo e transformação), como a biodiversidade de cada sistema, como se revelou no sistema de cultivo. O Quadro a seguir mostra reúne algumas das espécies cultivadas nos quintais estudados da comunidade Bom Jesus e que se destinam ao uso medicinal e/ou à alimentação das famílias, assim como para comercialização nos mercados locais (QUADRO 3).

Os produtos do sistema de cultivo desenvolvidos nos quintais não se esgotam no quadro apresentado e não são encontrados em todos os quintais. Cada quintal apresentou particularidades conforme às condições agroecológicas, socioeconômicas e das relações sociais. Apesar de não ter sido objetivo deste estudo realizar um inventário das espécies produzidas, as entrevistas e a observação participante realizadas, em diferentes tempos da pesquisa de campo, possibilitaram identificar uma diversidade espécies produzidas nos quintais domésticos. A maioria das espécies encontradas nos quintais foram adquiridas em intercâmbios, doações (parentes, vizinhança, amigos), através das gerações passadas e por

meio de processos formativos promovidos pelas organizações não governamentais. Também, algumas espécies foram adquiridas por meio de compra nos mercados locais.

Quadro 3 – Espécies alimentícias cultivadas nos quintais domésticos estudados da comunidade Bom Jesus, parte utilizada, uso e destino da produção.

AL = Alimentar; ME = Medicinal; Ar = Arbóreo; Arb = Arbustivo; Herb = Herbáceo; Trep = Trepadeira.
Destino: Cs = Consumo; Vd = Venda

| Família | Nome popular | Nome científico | Uso | Parte usada | Hábito | Destino |
|----------------------|--------------|--|-------|------------------------------|--------|---------|
| Alliaceae | Cebolinha | <i>Allium fistulosum L.</i> | AL | Folha | Herb | Cs/Vd |
| Amarathaceae | Espinafre | <i>Spinacia oleracea L.</i> | AL | Folha | | Cs/Vd |
| | Beterraba | <i>Beta L.</i> | AL/ME | Raiz, caule | Herb. | Cs/Vd |
| Anacardiaceae | Caju | <i>Anacardium occidentale L.</i> | AL/ME | Fruto (castanha) e pedúnculo | Ar | Cs/Vd |
| | Manga | <i>Mangifera indica L.</i> | AL | Fruto | Ar | Cs/Vd |
| Annonaceae | Ata | <i>Annona squamosa L.</i> | AL | Fruto | Ar | Cs |
| | Graviola | <i>A. Muricata L.</i> | AL | Fruto | Ar | Cs |
| Apiaceae | Cenoura | <i>Daucus carota L.</i> | AL | Raiz/Folha | Herb | Cs/Vd |
| | Coentro | <i>Coriandrum sativum L.</i> | AL | Folha | Herb | Cs/Vd |
| | Salsinha | <i>Petroselinum sativum subsp. Sativum</i> | AL | Folha | Herb | Cs/Vd |
| | Erva-doce | <i>Pimpinella anisum L.</i> | ME | Semente | Herb | Cs |
| <u>Asphodelaceae</u> | Babosa | <i>Aloe vera</i> | ME | Folha | | Cs |
| Arecaceae | Açaí | <i>Euterpe oleracea</i> | AL | Fruto | Arb | Cs |
| | Coco | <i>Cocos nucifera (L.)</i> | AL | Fruto | Arb | Cs/Vd |
| Asteraceae | Alface | <i>Lactuca sativa L.</i> | AL | Folha | Herb | Cs/Vd |
| Bixaeae | Urucum | <i>Bixa orellana Lineu</i> | AL | Semente | Arb | Cs/Vd |
| | Agrião | <i>Nasturtium officinale</i> | AL/ME | Folha | Arb | Cs/Vd |
| Brassicaceae | Couve | <i>Brassica oleracea L.</i> | AL | Folha | Herb | Cs/Vd |
| | Mastruz | <i>Nasturtium nasturtium-aquaticum L.</i> | ME | Folha | Herb | Cs |
| | Rabanete | <i>Raphanus sativus L.</i> | AL | Raiz | Herb | Cs/Vd |
| | Rúcula | <i>Eruca sativa Mill</i> | AL | Folha | Herb | Cs/Vd |
| Bromeliaceae | Abacaxi | <i>Ananas comosus L.</i> | AL | Fruto | Herb | Cs/Vd |
| Caricaceae | Mamão | <i>Carica papaya L.</i> | AL | Fruto | Ar | Cs/Vd |
| Chenopodiaceae | Mastruz | <i>Chenopodium ambrosioides L.</i> | ME | Folha | Herb | Cs |
| Convolvulaceae | Batata-doce | <i>Ipomea batatas (L) Lam</i> | AL | Fruto | Herb | Cs |
| Cucurbitaceae | Abóbora | <i>Cucurbita pepo L (var.styriaca)</i> | AL | Fruto | Herb | Cs |

| | | | | | | |
|----------------|----------------------|--|-------|----------------|------|-------|
| | Maxixe | <i>Cucumis anguria L.</i> | AL | Fruto | Herb | Cs |
| | Melancia | <i>Citrullus lanatus</i> | AL | Fruto | Herb | Cs |
| | Pepino | <i>Cucumis sativus L.</i> | AL | Fruto | Herb | Cs |
| Euphorbiaceae | Mandioca/Macaxeira | <i>Manihot esculenta Crantz.</i> | AL | Raiz | Arb | Cs/Vd |
| Fabeaceae | Feijão-de-corda | <i>Vigna unguiculata L. Walp</i> | AL | Sementes | Trep | Cs |
| | Feijão-guandú | <i>Cajanus cajan (L.) Millsp</i> | AL | Sementes/vagem | Trep | Cs |
| Lamiaceae | Hortelã (variedades) | <i>Mentha villosa Huds</i> <i>Mentha piperita</i> | AL/ME | Folha | Herb | Cs |
| | Manjeriço | <i>Ocimum basilicum L.</i> | AL | Folha | Herb | Cs/Vd |
| Lauraceae | Abacate | <i>Persea americana Mill.</i> | AL | Fruto | Ar | Cs/Vd |
| Malpighiaceae | Acerola | <i>Malpighia glabra L.</i> | AL | Fruto | Arb | Cs/Vd |
| Musaceae | Banana | <i>Musa paradisiaca L.</i> | AL | Fruto | Arb | Cs |
| Mytaceae | Azeitona roxa | <i>zygium cumini (L)Skeels</i> | AL | Fruto | Ar | Cs |
| | Goiaba | <i>Psidium guajava L.</i> | AL/ME | Fruto | Ar | Cs |
| | Jambo | <i>Eugenia malaccensis Lin.</i> | AL | Fruto | Ar | Cs |
| | Pitanga | <i>Eugenia uniflora L.</i> | AL | Fruto | Arb | Cs/Vd |
| Oxalidaceae | Carambola | <i>Averrhoa carambola L.</i> | AL/ME | Fruto | Arb | Cs/Vd |
| Passifloraceae | Maracujá | <i>Passiflora edulis Sims</i> | AL/ME | Fruto | Trep | Cs |
| Pedaliaceae | Gergelim | <i>Sesamum indicum DC.</i> | AL/ME | Semente | Herb | Cs/Vd |
| Piperaceae | Pimenta-do-reino | <i>Piper nigrum L.</i> | AL | Fruto | Herb | Cs/Vd |
| Poaceae | Cana | <i>Saccarum officinale L.</i> | AL | Caule | Arb | Cs |
| | Capim-cidreira | <i>Cymbopogum citratus L.</i> | AL/ME | Folha | Herb | Cs |
| | Milho | <i>Zea mays L.</i> | AL | Fruto | Arb | Cs |
| Punicaceae | Romã | <i>Punica granatum L.</i> | AL/ME | Fruto | Arb | Cs/Vd |
| Rubiaceae | Jenipapo | <i>Jenipa americana L.</i> | AL | Fruto | Arb | Cs |
| Rutaceae | Laranja | <i>Citrus aurantium L.</i> | AL/ME | Fruto | Ar | Cs |
| | Limão | <i>Citrus Limonum Osb.</i> | AL/ME | Fruto | Ar | Cs |
| Sapindaceae | Pitomba | <i>Talisia esculenta</i> | AL | Fruto | Ar | Cs |
| Solanaceae | Pimenta-de-cheiro | <i>Capsicum odoratum Steud</i> | AL | Fruto | Herb | Cs/Vd |
| | Pimenta-malagueta | <i>Capsicum frutescens L.</i> | AL | Fruto | Herb | Cs/Vd |
| | Tomate | <i>Lycopersicon esculentum Mill</i> | AL | Fruto | Herb | Cs/Vd |
| | Berinjela | <i>Solanum melongena L.</i> | AL/ME | Fruto | Herb | Cs/Vd |

Fonte: Dados da pesquisa, sistematizados a partir de quadro elaborado por Amaral e Guarim Neto (2008)

Com relação ao sistema de criação, o mesmo é composto por criação de aves (galinha, pato e peru), suínos e bovinos (FIGURA 21). Os bovinos são destinados para as atividades de aragem do solo, transporte e gado para produção de leite para o consumo. A alimentação do gado é composta de farelo, capim e casca da mandioca. Os suínos são criados em espaços construídos e outros presos para evitar a destruição de cultivos de outros quintais e seu destino é para o consumo em ocasiões especiais ou para venda. A alimentação dos suínos compreende o milho, farinha, farelo e restos de alimentos. As aves têm como principal alimento o milho, farelo e farinha. O destino da sua produção é para o consumo de ovos e de carne.

Figura 21 – Memória visual do sistema de criação



Fonte: Imagens registradas pela autora em 2012.

O sistema extrativista encontrado nos quintais advém da extração da lenha quando da poda da vegetação existente no próprio quintal. É utilizada como subsídio de energia interna para o cozimento de alimentos. Ainda, percebe-se o fluxo de produto no sistema extrativista com o uso de casca de árvores nativas, como “catingueira” e o “pião” para a produção de substâncias medicamentosas naturais no combate a doenças que atingem as aves. Algumas mulheres fazem uso da pesca artesanal na área do córrego encontra no fundo dos

quintais. Pescam variedades de camarão, peixe e de outros mariscos que são utilizadas na alimentação familiar. Cabe registrar (FIGURA 22) as práticas de preservação ambiental nas margens do córrego.

Figura 22 – Memória visual da preservação da vegetação em torno do Córrego Bom Jesus



Fonte: Imagens registradas pela autora em 2013

É no sistema de transformação que se percebe a interligação entre os demais sistemas (cultivo, criação, extrativismo). Dois espaços destacam-se na transformação de alimentos, a casa de farinha e a moradia. Entre as experiências de quintais, duas possuem cada de farinha em seu quintal. É na casa de farinha que ocorre às primeiras transformações da mandioca. Esta é transformada em farinha e goma que possibilita o consumo anual da família de preparações destes novos produtos. Além do consumo, a farinha e a goma gera renda às famílias, com a venda do excedente. Também, esses espaços exercitam sentidos diferentes para os gêneros masculino e feminino. Segundo Esmeraldo (2008), os espaços, tempos e corpos agem de forma simultânea e nesses vão construindo destinos, funções, representações e legitimando divisões de caráter sexuado, entre homens e mulheres da Comunidade.

No espaço da casa de farinha o trabalho do homem e da mulher é bem definido e se distingue quanto aos papéis destinados culturalmente ao gênero masculino e feminino. Homens coletam (arrancam) e trituram a mandioca, prensam a massa e torram a farinha. Às mulheres, destinam-se as atividades como raspar a mandioca, lavar (são realizadas várias lavagens para extrair um subproduto que é tóxico, denominado de manipueira¹³⁰), espremer e peneirar a goma após a secagem. Apesar da casa de farinha estar localizada do lado da casa de Bia, por exemplo, esse espaço é de controle do homem. Sr. Bené, seu esposo, além utilizar

¹³⁰ O extrato de manipueira é um resíduo da fabricação da farinha de mandioca, que na maioria das vezes é descartado pelos produtores. Este descarte pode ser no solo, na água, entre outros (GONZAGA, 2008).

para o beneficiamento da produção familiar, empresta ou aluga para outras famílias. O aluguel é pago com produtos beneficiados (farinha, goma).

No espaço da moradia, especificamente da cozinha, a farinha e a goma são transformadas em diversas preparações. Por exemplo, a farinha é transformada em pirão, que é servido com peixe; em farofa, como acompanhamento de galinhada, além de servir de alimentos para os animais. Com a goma, prepara-se a tapioca com coco que é servida com café e peixe assado na brasa. Utiliza-se a goma na preparação de bolos e outras. É na cozinha que o feijão é cozido e temperados com o cheiro verde (cebolinha e coentro) etc. Também, os frutos, além de ser consumidos *in natura* são transformados em suco e doces, preparações como soluções medicinais naturais, tanto para uso humano (“lambedor”, “xarope”, chás), como para animais.

Salete¹³¹ e Vera¹³² beneficiam o excedente da produção de frutas como do pendúculo de caju, transformando em compotas, doces e outros produtos (FIGURA 23).

Figura 23 – Memória visual da produção do Grupo Mulheres Produzindo Arte



Fonte: Imagens registradas pela autora em 2012.

¹³¹ Salete, 43 anos, agente de saúde, agricultura, assentada da comunidade Bom Jesus. Entrevista em 21/03/2011

¹³² Vera, 53 anos, agricultora, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/03/2011.

O beneficiamento desses produtos é realizado por quatro (04) mulheres que integram o grupo de mulheres da Comunidade Bom Jesus. Doces, compotas, xarope, mel de caju, repelente e multi-mistura são comercializados na Feira Agroecológica de Itapipoca e em eventos em que as mulheres participam.

Compreende-se um agroecossistema¹³³, além da produção diversificada, como um sistema de baixa entrada de insumos, produção de alimentos sem uso de agrotóxicos e com uso de fertilizantes naturais que comunga com alguns princípios da agroecologia, a se vincular à uma vida mais saudável; à valorização de saberes local; ao equilíbrio entre os nutrientes, solo, planta, água e animais; a um novo equilíbrio nas relações da natureza e os seres humanos, à uma agricultura que cause menos impactos e que seja socialmente justa; ao respeito a biodiversidade e as diferenças culturais e ao enfrentamento as questões de gênero, raça e etnia (SILIPRANDI, 2009)

O destino da produção de farinha é expressa por Bia.¹³⁴ Quando afirma: “É para consumo. A gente dá as pessoas, por tem gente que não tem.” Também, “às vezes ele vende. Quando a gente produz 4, 5, 6 sacos [farinha, goma], ele vende, porque aí é muito pra gente consumir. Tem amigo da gente que traz peixe pra gente fazer negócio. Ele dá o peixe e a gente dá a goma.”

Ainda, Salete¹³⁵ e Vera¹³⁶ relatam sobre o destino da produção.

As aves é pro consumo de casa. É muito difícil eu comprar galinha da granja. Eu não gosto e assim, eu acho que a gente tem que consumir é o que a gente tem mesmo. Não dou muito valor a galinha da granja, não! Temos uma vaquinha, um garote. Ela [vaca] já está prenha de novo. É só isso mesmo que a gente tem de gado. Tinha mais, mas a gente vendeu, porque no verão fica mais difícil de cuidar (Salete)

Na época das mangas, eu dou mais mangas do que eu vendo. Aí, por exemplo, se eu dou manga a alguém da praia aí geralmente vem com peixe pra gente. Ganhei a manga, vou levar o peixe. Tem coisas que a gente dá e ganha outras. (Vera)

A gente doa direito, diretamente. É economia solidária. Acho que a gente faz isso desde criança. A gente viveu vivendo isso. Antigamente não existia dinheiro, existia troca ou doação. Porque eu via muito isso. Meu pai era pescador e chegava com monte de peixe. Os peixes todos era doados. Doava pra alguém do Córrego da Estrada... Ele era pescador e agricultor, trabalhava na roça e pescava. Quando de repente chegava um, ele dava uma farinha,

¹³³ Agroecossistema é definido como um tipo específico de ecossistema, modificado pela ação humana através das atividades agrícolas (SILIPRANDI, 2008.).

¹³⁴ Agricultura e assentada da Comunidade Bom Jesus

¹³⁵ Salete, 43 anos, agente de saúde, agricultura, assentada da comunidade Bom Jesus. Entrevista em 21/03/2011

¹³⁶ Vera, 53 anos, agricultora, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/03/2011.

não tinha goma, ele dava; a batata, também. Era assim. E hoje, a gente continua do mesmo jeito, apesar de ter umas coisinhas que a gente começa a vender, mas ainda são muito pouco do que a gente doa. Você ver mesmo no quintal, o tanto de acerola que a gente tem! Você dá a todo mundo. Quem chega, quem passa, a gente dá (Salete).

As relações de troca estão presentes entre as famílias do Assentamento Maceió, o que vai contrapor com a visão economicista, de produzir somente para obter lucro. Verificam-se relações de solidariedade e ajuda mútua.

4.5 Nas práticas agroecológicas surgem guardiãs de sementes da vida

Os conhecimentos de técnicas de manejo da produção são apreendidos no decorrer da vida das mulheres, através da transmissão pela experiência e observação dos pais, como também pela mediação de agentes externos, com os intercâmbios, as formações, as orientações etc, o que é confirmado nas falas de Salete¹³⁷

Parte dos conhecimentos a gente já tinha, mas com a participação nos encontros, intercâmbios, cursos, todas essas coisas ajudaram muito a gente a trabalhar na questão da agroecologia, que antes a gente não conhecia esse nome de agroecologia. Você trabalhava, mas você trabalhava de uma forma diferente. Sempre a gente teve esse cuidado de não queimar tanto, mas não sabia tanto da importância que era de não queimar, preservar a natureza, ter essa diversidade de culturas. A gente achava que onde fosse roça, era só roça. Não podia tá plantando outra cultura e hoje, com os conhecimentos que a gente teve com as entidades que já trabalharam aqui como, por exemplo, o CETRA que sempre veio acompanhando a gente, também, teve o IDER que foi assim, na parte da horta, foi trazida por eles, a horta (Salete).

O aprendizado se dá de diversas formas, dentre essas, através da experiência, da observação, da convivência com a natureza, como se observa, também, no depoimento de Bia ao relatar como compreende o processo de adoecimento das plantas.

Se você não limpar isso aqui, a praga ataca. Um tempo, aqui estava cheio de mato, aí tinha uns pimentõezinhos. Aí do mato, as folha [do pimentão] começaram a ficar toda estragada. Aí eu disse assim: é do mato, porque o mato tem, também, aí passa para ela [a planta – pimentão] (Bia)

¹³⁷ Salete, 43 anos, agente de saúde, agricultura, assentada da comunidade Bom Jesus. Entrevista em 21/03/2011.

Bia enfatiza, ainda, que para o cuidado das aves, em caso de doenças, vem substituindo medicamento por substância medicinal que a mesma denomina de “remédio do mato”.

Eu raspo raspa de catingueira. É encontrada nos matos. Ela é medicinal. Aí eu raspo e boto de molho. Boto umas gotas de pinhão. Asso castanha e piso com casca. Aí, misturo e coloco na água de beber. Ano passado teve muita doença, aí a gente fica aperreadinha. Mas graças a Deus elas não adoeceram com esse remédio.

Algumas técnicas são utilizadas, como a proteção de plantas por casca de coco. Segundo Bia, utiliza a casca do coco em volta do pé de pimentão “porque na época do verão, ele vira bucha, molha. A água se infiltra na bucha aí demora mais a secar”. Essa prática de armazenamento de água, também, verifica-se na comunidade Barra do Córrego, por Dona Mariana, registrado no estudo de Abrantes (2012)¹³⁸.

Quanto às práticas de queimadas, ainda é um método utilizado apesar de justificado por Bia em que circunstância é praticada. “Ele [marido] já fez algumas queimadas. Eu acho ruim. Eu digo: Olhe Bené, não queime isso. Tire o mato e bote.” Pergunto por que?

Porque eu não gosto de ver assim, aquele mato se queimar, além de fazer mal para o meio ambiente, aquilo é coisas que apodrecendo na terra [solo] fortifica a terra [solo]. Quando ele vai trabalhar lá [horta coletiva], eu fico dizendo: Bené não queime não! Ele não é muito de queimar. Aqui no quintal, ele tira com sacrifício, ele “reda” todinho antes, mas não queima. Agora, quando tem um mato mais grosso, ele gosta de queimar (Bia).

Durante a visita a casa de Joana, percebo que a área da frente da casa tinha sido brocada e queimada (FIGURA 26). Apesar de não concordar com queimadas “não se deve queimar porque a madeira com o tempo ia se desgastando e com o tempo ia forma o adubo”, Joana justifica que seu marido queimou “porque pra tirar era mais difícil, aí ele queimou”.

¹³⁸ Durante a orientação técnica que realizei junto à Abrantes partilhei reflexões e orientações que incidiram na definição de seu objeto de pesquisa, resultando no estudo sobre às experiências de quintais de duas comunidades do Assentamento Maceió, Itapipoca-CE

Figura 24 – Memória visual de área de cultivo com prática de queimadas



Fonte: Imagens registradas pela autora em 2011

Lídia¹³⁹ rememora os ensinamentos do pai que queimava e traz para seu presente os aprendizados nas formações que se apoiam nos princípios da agroecologia ressignificando suas práticas e saberes sobre a queimada quando afirma.

A gente não gosta de queimar. Isso aqui já foi o pai dele que queimou. Não sei por que, pois poderia ter aproveitado como adubo. Esse mato aqui ele deixou para tirar um paú¹⁴⁰.

Pergunto: Antes vocês queimavam?

Sim, sempre queimava.

Pergunto: Mas por que vocês não utilizam mais a prática de queimadas?

Porque a gente viu que a planta só dá melhor a primeira e segunda planta. A terceira já não dá, por causa que já vai perdendo a força da terra, o adubo da terra. Aqui é do mesmo jeito. Aí a gente deixa esse mato de um lado e do outro (Lídia).

Uma prática importante e essencial para garantir a qualidade dos alimentos refere-se à seleção de sementes produzidas pelas mulheres em seus quintais (FIGURA 25). Para Oakley (2004) as mulheres camponesas demonstram interesse em guardar as sementes por considerar que as variedades locais adaptam-se melhor às especificidades do contexto agroecológico local. A origem e seleção das sementes é feita conforme relato de Bia¹⁴¹ e de outra mulheres da seguinte forma.

¹³⁹ Lídia, 38 anos, agricultora, não assentada (agregada) da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/01/2013.

¹⁴⁰ “Paú” é um composto preparado a partir de “restos” das folhagens de plantas.

¹⁴¹ Bia, 55 anos, agricultura aposentada, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/03/2011.

Do feijão e do milho, a gente tira uma parte, 5 litros ou 6 litros, daquele melhor, pra gente plantar.

Pergunto: Quem faz a seleção? Eu que seleciono.

Quais outras sementes? Semente de melancia, semente de jerimum, melão.

Com quem aprendeu?

A gente coloca dentro de umas garrafas. Aprendi com meu pai. Era ele que fazia. Minha mãe não fazia (Bia).

Semente nossa [semente] mesma, guarda de um ano pro outro. Tanto do feijão, quanto do milho.

Pergunto: Quem seleciona?

Sou eu que faço. Apanho, escolho, boto no sol, vou no morro, trago a areia bem fininha, boto dentro da garrafa e posso deixar de um ano pro outro e tá do mesmo jeito. É mesmo como se tivesse botado agorinha (Conceição).

A semente do feijão é a semente que eu guardo o ano todo. Agora o milho, ultimamente eu estou comprando. Seleciona também, semente de jerimum, gergelim. (Vera).

A nossa semente é daqui mesmo, a gente vai guardando. Agora o milho, as vezes a gente compra. Mas ainda tem na comunidade aquele milho grande. Aí a gente não está plantando aquele, por conta do inverno, aí ele é mais demorado, cresce muito e demora mais e o inverno mais curto não cria nada. Então, as vezes, a gente tem comprar o milho, mais ligeiro, dentro de 3 meses já tem milho. Quem seleciona as sementes? Aqui, sou eu, o Antônio José que selecionamos o milho melhor, o feijão melhor. A gente seleciona e guarda nas garrafas (Salete)¹⁴².

De onde vem as sementes? A gente compra em Itapipoca o milho. O feijão a gente guarda de um ano pro outro. Quem faz a seleção? Eu. (Lídia).

A semente do feijão a gente guarda, a da roça é daqui mesmo. Frutíferas, sempre é semente daqui. A do milho é mais difícil, dá o bicho. Geralmente quando a gente vai plantar, compra. - Onde compra? Na feira, mercado que tem as sementes próprias. Quem faz a seleção é a gente mesmo. A gente quem? Como eu ficava mais ocupada, era o Estevão que selecionava a semente do feijão, do coco, maniva. As frutas geralmente era ele. Agora, da horta, geralmente sou eu (Carmem).

As mulheres desenvolvem estratégias de gestão das sementes como forma de manutenção da sua segurança alimentar, mas também nessa prática de guardiã de sementes (SILIPRANDI, 2009) guardam outros significados como a produção de conhecimento na escolha, seleção e conservação das sementes, na produção da genética de sementes de qualidade, na manutenção da biodiversidade, na investigação de novas sementes através do plantio de variedades adaptáveis a condições climáticas adversas. Com isso as mulheres procuram a qualidade alimentar do que a quantidade.

¹⁴² Salete, 43 anos, agente de saúde, agricultura, assentada da comunidade Bom Jesus. Entrevista em 21/03/2011

Figura 25 – Memória visual da seleção de semente e preservação de plantas nativas.



Fonte: Imagens registradas pela autora em 2012 e 2013.

Conceição¹⁴³ ao dialogar com outras práticas agroecológicas justifica a necessidade de manter a cobertura vegetal para ter uma produção de qualidade, como da mandioca. Em entrevista revela conhecer a qualidade ou não de um solo, inclusive, chama atenção que o marido não tem tanto conhecimento sobre o solo como ela, resultando muitas vezes em prejuízo das produções. Ao visitar seu quintal fez questão de mostrar-me o que seria uma terra forte e uma terra fraca.

Tá vendo a grossura da mandioca? Tá vendo?! Uma terra fraca a mandioca fica fina, pequena.

Pergunto: Como faz para solo ficar forte?

A folha deixa. A gente deixa em cima do chão e tendo inverno bom, com a chuva ela apodrece. Mas se o inverno for fraco, as folhas, o vento leva ela e fica limpo. Aí fica uma terra fraca (Conceição).

De outra forma Vera¹⁴⁴. explica como e porque se deve manter o solo com cobertura vegetal.

A cobertura vegetal, essa ideia eu aprendi, aí a gente observa e é verdade. O solo é pra tá coberto mesmo. Quando a gente descobre¹⁴⁵, a natureza se encarrega de cobrir. Ta aí, a gente descobre, num instante nascem uns capinzinhos porque o solo é pra tá coberto. E quando é com a folha, a folha

¹⁴³ Conceição, 60 anos, marisqueira, agricultora aposentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 21/01/2013

¹⁴⁴ Vera, 53 anos, agricultora, assentada da Comunidade Bom Jesus. Entrevista em 22/03/2011.

¹⁴⁵ No sentido de limpeza, retirada da cobertura vegetal do solo.

cobre até para evitar erosão e pra conserva o chão porque as folhas é os próprios nutrientes pra planta se auto sustentar. Ela solta a folha e pega os nutrientes da própria folha (Vera)

O uso de práticas e técnicas utilizadas para manter o solo coberto, além de melhorar sua estrutura e fertilidade, contribui para proteger o solo contra erosão, suprimir “pragas”, vegetação espontânea e patógena etc (ALTIERI, 2012). A Figura 26 mostra algumas técnicas e práticas como a prática de “cobertura morta”, que além de proteger o solo, garante o acúmulo de água; a de “compostagem em leira”, em que são empilhados “restos” das folhagens dos coqueiros e de outras culturas em fileiras alongadas; e uso de “barreiras de mata nativa” que são vegetações nativas de porte alto mantidas em áreas estratégicas do quintal. Visam conservar a biodiversidade local e gerar um microclima.

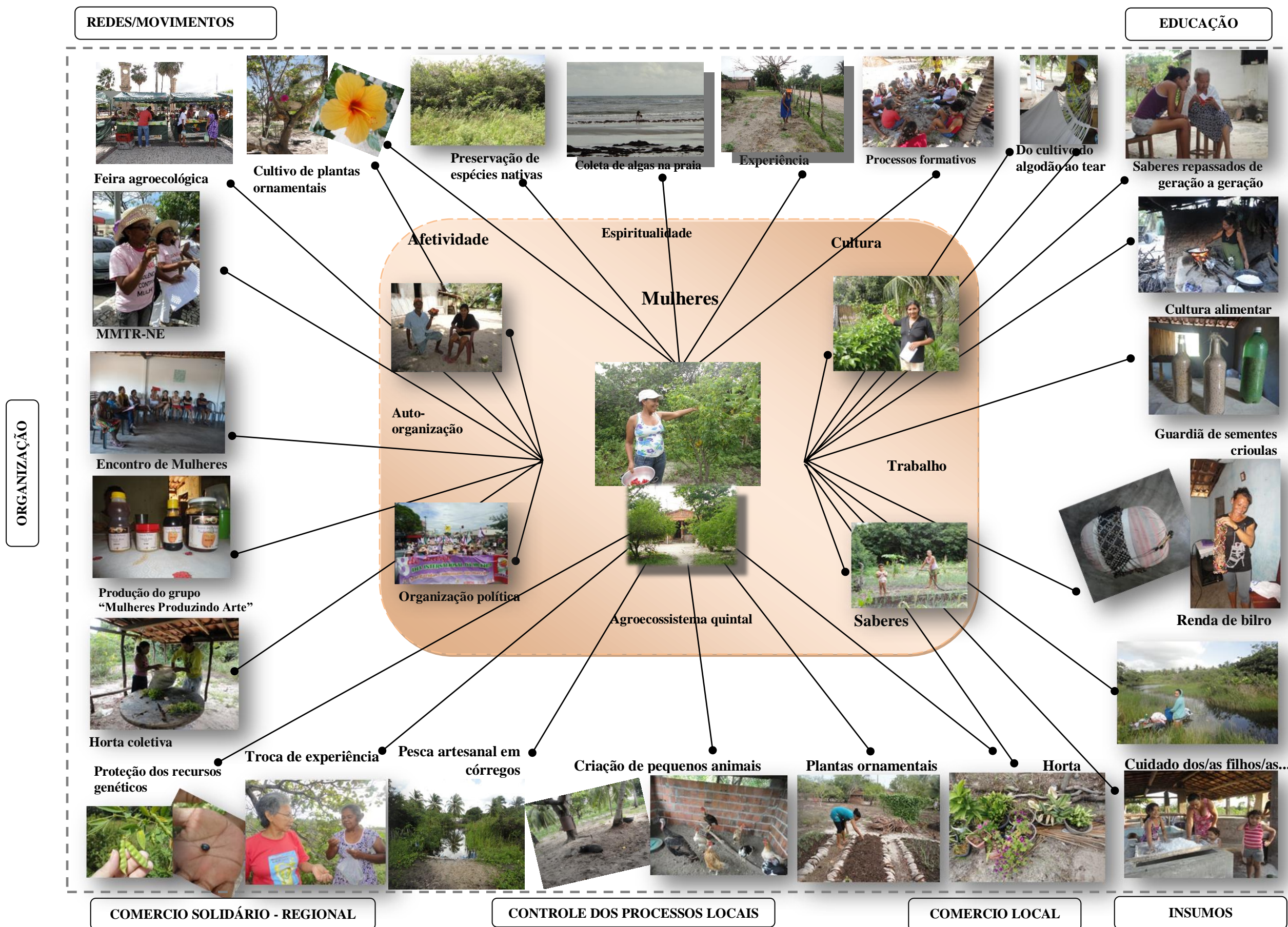
Figura 26 – Memória visual de práticas e tecnologias utilizadas para cobrir e proteger o solo



Fonte: Imagens registradas pela autora (2012; 2013).

A diversidade de técnicas e práticas de cobertura do solo que garante a reprodução da fertilidade do solo no sistema de cultivo possibilita também a interação com os demais sistemas (criação, extrativismo e transformação) gerando uma sinergia de fertilidade em todo o quintal. Tal complexidade é compreendida pelas mulheres na gestão e organização dos espaços produtivos dentro do quintal. A fertilidade do solo se dá, portanto, entre sistemas,

quando suínos, aves e bovinos fornecem esterco para fertilizar a horta e outros cultivos e as sobras dos cultivos alimentam as aves (galinhas, patos, peru) e suínos, os “restos” de uma cultura fertilizam o solo ou são utilizados como cobertura morta (GARCIA FILHO, 1999), assim como mostram os fluxogramas através das setas pontilhadas. Ainda, os sistemas de cultivo fornecem os alimentos para consumo dos membros da unidade familiar e as “sobras” retornam ao solo, seja para alimentação das aves ou para fertilizarem o solo. Constitui-se nesse processo o vínculo entre a produção, a transformação e o consumo alimentar. São relações essenciais, dinâmicas e estreitas que se produzem entre casa/cozinha e quintal a garantir competências culinárias, sociabilidades, afetividades numa dimensão cosmológica da alimentação para vida. Tais relações merecem um estudo outro que não é possível se fazer nos limites dos tempos desse mestrado.



5. MULHERES ABREM CAMINHOS, DESMONTAM FINAIS E FECUNDAM NOVOS DESTINOS

O que seria de mim sem essa experiência com as mulheres da Comunidade Bom Jesus? Estaria possivelmente sem o cansaço de noite mal dormidas, sem os conflitos e embates com a Ciência fincada na neutralidade, sem as tensões vividas contra os temas da academia, sem a ausência de amigos e familiares.

Mas essa experiência integrou meu espírito e minha racionalidade quando descobri com as mulheres da comunidade Bom Jesus que:

- As mulheres camponesas estão vivendo no novo século profundas transformações ao tomarem consciência de si como sujeitos de sua própria vida.

- As mulheres camponesas estão se organizando politicamente para mudarem seus destinos de gênero e assumirem novas posições na sociedade como mulheres com fala e práticas sociais de caráter emancipador.

- As mulheres camponesas estão construindo uma experiência produtiva, através dos quintais, que não está limitada a racionalidade econômica, mas a outra racionalidade que integra dimensões como de afetividade, sociabilidade, humanidade, a dimensão física e intelectual.

- As mulheres camponesas estão mudando as relações familiares e conjugais tensionando seu papel produtivo na unidade familiar e ingressando na relação com trabalho a gerar renda para melhorar as condições e qualidade de vida familiar.

As mulheres camponesas protagonizam importante trabalho de salvaguarda da biodiversidade dos ecossistemas que necessita ser reconhecido como contraponto e argumento contra os projetos de Desenvolvimento que ameaçam a sustentabilidade humana na sua complexidade.

Coube a mim nesse trabalho, também, ressignificar métodos e técnicas acadêmicas para, em diálogo com as mulheres, dá força e significado epistêmico a seus depoimentos a traduzir saberes que se gestam na experiência vivida, que resultam de experimentações cotidianas, que integram trabalho e natureza num movimento que liga cultura e política, que forma para vida.

O diálogo real das mulheres com os princípios da agroecologia, experimentados no quintal, são potencializadores de novos significados para a sociedade. Dessas experimentações sou levada a construir uma crítica radical ao projeto de desenvolvimento de base econômica e mercantil que retiram da natureza seus recursos como se fora infinitos, que

extraem da terra a mais valia, que exploram do trabalho o seu último grito, que tudo transformam em mercadoria.

Colocando minhas mãos na terra do trabalho penso de forma acadêmica que há outra possibilidade para o desenvolvimento da sociedade. As mulheres camponesas com poucas possibilidades e poucos apoios institucionais estão a experienciar e construir comunidades sustentáveis em base agroecológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

Abrantes, Karla K. de Jesus. **Agroecologia e gênero: experiências em quintais produtivos nas comunidades Sítio Coqueiro e Barra do Córrego – Assentamento Maceió, Itapipoca-CE.** Relatório (Graduação). Universidade Federal do Ceará, 2012.

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem *Respondent-driven Sampling* na estimação de prevalências de doenças transmissíveis em populações organizadas em redes complexas.** Dissertação (Mestrado), 99 f. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres.** São Paulo: Editora contexto, 2012

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 4.ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004. 117 p.

_____. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Expressão Popular, 2012.

AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. **Debates de gênero: a transversalidade do conceito.** Fortaleza: Editora UFC, 2005

AMARAL, Cleomara Nunes do; GUARIM NETO, Germano. Os quintais como espaço de conservação e cultivo de animais: um estudo de caso na cidade de Rosário Oeste, Mato Grosso, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 3, n. 3, set.-dez. 2008. p. 329-341 Falta link

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensio sobre a afirmação e a negação do trabalho** 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Enio Feitosa. As políticas públicas e turismo litorâneo no Ceará: o papel da região metropolitana de Fortaleza. **Sociedade e Território** , 23, n.2, 2011. p.57-73. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/revset/index.php/revset/article/view/15>>. Acesso em 23 mai. 2013.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 10. Universidade Católica do Paraná: Curitiba, 2011. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf> Acesso em: 10 mar. 2012.

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão.** Rio Fundo Editora. 1992.

BERGAMASCO, S. M. A família nos assentamentos rurais: trajetórias e conquistas. In: C. PRESVELOU, F. R. ALMEIDA, & J. A. ALMEIDA, **Mulher, família e desenvolvimento rural** Santa Maria, RS: Ed. da UFSM. 1996, p. 76-91.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 1-69.

BUARQUE, C. O que é feminismo. In: I. M. VANIN; GONÇALVES, Terezinha. (Org.) **Caderno de textos gênero e trabalho**. Salvador: REDOR, 2006. 209 p. p. 7-24.

BUTTO, Andréa. Políticas para mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In: BRASIL. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BRUMER, A. Mulher e desenvolvimento rural. In: C. PRESVELOU, F. R. ALMEIDA, & J. A. ALMEIDA, **Mulher, família e desenvolvimento rural**). Santa Maria, RS: Brasiliense, 1996 p. 40-58

CAMURÇA, Andréa Machado. **Estratégias de sobrevivência das famílias do assentamento Lagoa do Mineiro, município de Itarema-CE**: o caso da comunidade Córrego das Moças. 125 f. Relatório (Graduação em Economia Doméstica) UFC, 2006.

CARDOSO, Ruth C. L. et al. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth C. L. **A aventura antropológica**. 4.ed. 2004. p.95-106.

CARNEIRO, Maria José. Esposa de agricultor. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 4, n.2, p. 32-58, 1996

_____. Em que consiste o familiar da agricultura familiar?. In: Costa, L.F.C.; Flexor, G.; Santos, R.. (Org.). **Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares**. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X - Edur, 2008, v. 1, p. 271-290

CARVALHO, Alba Maria Pinho. Radicalizar a democracia: o desafio da reinvenção da política em tempos de ajuste. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís: EDUFMA, 1995.

_____. Afirmção de políticas públicas incentivadas pela força dos movimentos sociais. SEMINÁRIO INTEGRADOR: TECNOLOGIAS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, 3, 2012. Fortaleza: UFC, 2012. (Palestra ministrada)

_____. Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI. In: SOUSA, Fernando J. Pires de. (Org.) Poder e políticas públicas na América Latina. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p.171-200.

CARVALHO, Horário M. de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes de desenvolvimento do campesinato no Brasil**. São Paulo: Editora Vozes, 2005.

_____. **O campesinato na dinâmica contraditória das classes sociais no campo**. Curitiba, 2007

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: J. G. SILVA, & V. STOLEKE, **A questão agrária** São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-166.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. (org.) **Agroecologia: alguns conceitos e princípios** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004a. 24 p.

_____. _____. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para promoção do desenvolvimento rural sustentável.** Brasília-DF: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004b.

_____. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: _____. (Org.) **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade.** Brasília, DF: MDA/EMATER-RS, 2009. 111p. p. 09-64.

CARNEIRO, Maria José. Em que consiste o familiar da agricultura familiar?. In: COSTA, Georges F.; SANTOS, Raimundo (org.) **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares.** Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008. p. 255-269.

_____. Esposa de Agricultor na França. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v. 4, n. 2, 1996, 338-354.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E ECONOMIA RURAL, 35, Natal, agos., 1997. p. 53-75.

CARRASCO, Cristina. Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Org.). **A produção do viver: ensaios de economia feminista.** São Paulo: SOF, 2003. p.11-49.

CEARÁ. **Perfil básico municipal de Itapipoca.** Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, Fortaleza, 2011.

COSTA, Sérgio R.; BUENO, Miguel Garcia. **A saga do algodão.** Rio de Janeiro: Insight Engenharia, 2004.

DANTAS, Vanda Maria Campos Salmeron. Nas marés da vida: histórias e saberes das mulheres marisqueiras. FAZENDO GÊNERO 9. 2010.

DEERE, Carmem Diana; LÉON, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina.** Porto Alegre: UFRGS, 2002

DE BIASE, Laura. Condição feminina na agricultura e a viabilidade da agroecologia. **Revista Agrária**. n. 7. São Paulo, 2007. p. 33-65. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/7/Texto2_DeBiase.pdf Acesso em: 03 abr. 2012.

_____. **Agroecologia, campesinidade e os espaços femininos na unidade familiar de produção.** Dissertação (Mestrado). Escola de Educação Superior "Luiz Queiroz". Piracicaba, 2010a, 190 f.

_____. **Feminino+Maculino**: gênero e agroecologia na construção da sustentabilidade, 2010b Acesso em 23 de 01 de 2013, disponível em Economia, Administração e Sociologia: <http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/1302.pdf>

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3 ed. revisada e ampliada. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1995

DI CIOMMO, R. C. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. **Estudos Feministas**, v.11, n. 2, jul./dez., 2003 , 423-443.

ELIAS, D. Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense. **MERCATOR - Revista de Geografia da UFC** , 3, 2003. p. 61-70.

ESMERALDO, Gema G. S. L. Movimento feminista: conquistas e desafios no trabalho. In: SALES, Celecina de M. V.; AMARAL, Célia C. G. do.; ESMERALDO, Gema G. S. L. **Feminismo: memória e história**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000. 120 p.

_____. Mulher rural no Brasil: estratégias para o reconhecimento de ofícios e ação política. **Revista Latinoamericana PACARINA de Ciencias Sociales y Humanidades**, v. 2, p. 122-138, 2011

_____. Programa Residência Agrária I: a força de uma experiência. In: MOLINA, Mônica C. *et al* **Educação do campo e formação profissional**: a experiência do Programa Residência Agrária. Brasília: MDA, 2009.

_____. O Protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: Delma Pessanha Neves; Leonilde Servolo de Medeiros. (Org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos Políticos**. 1ed. Niteroi: Alternativa, 2013, v. 1, p. 237-256

_____. Ruídos com Marcas de Transgressões Ancoradas em Mulheres Assentadas. In: Lopes, Adriana L.; BUTTO, Andrea (Orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária**. A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008, p. 185-216.

_____. Singularidades mediadas pelos agentes da reforma agrária. In: C. d. SALES, C. C. AMARAL, G. G. ESMERALDO, & P. R. BARQUETE, **Terra, sujeitos e condição agrária** Fortaleza, CE: Imprensa Universitária, 2007. 230 p. . 67-78.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; STRAUCH, Guilherme; MARCATTO, Celso; SÁ, Dorivaldo de. Riscos e oportunidades das mudanças climáticas: uma análise a partir da perspectiva de gênero. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. v.6, n. 4., 2010. Disponível em: [http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=magazine-details.tpl&p\[id\]=241175](http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=magazine-details.tpl&p[id]=241175) Acesso em: 23 jul. 2010.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Guia metodológico**: diagnóstico de sistemas agrários. [s.l.]: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MEPF, 1999. 57p.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODÓI, E. P. (1999). **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999 (Coleção Pesquisas).

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os de/caminhos do meio ambiente**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2006. (Temas atuais) 148 p.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: ERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 57 p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000. 658 p.

GUZMÁN, Eduardo Sevilha. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre**, v. 3, n. 1, jan/mar. 2002, p. 18-28. (Traduzido por Francisco Roberto Caporal, em 2002.)

_____. MOLINA, Manuel Gonzalez. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Brasília: Expressão Popular, 2005. 96 p.

_____. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 2, n. 1, jan/mar. 2001. p.35-45. (Traduzido por Francisco Roberto Caporal, em 2002.)

HECHT, Susanna B. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, A. Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentable**. Chile: Nordan comunidad, 1999. 325 p. p. 11-26.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X**, 2005. Universidade de São Paulo: 2004.

HEREDIA, B. M., MEDEIROS, L. S., PALMEIRA, M., CINTRÃO, R., & LEITE, S. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. In: L. F. COSTA, G. FLEXOR, & R. SANTOS, **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro; Seropédica, RJ: Mauad X; EDUR, 2008. p. 17-52.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia de; GARCIA, Marie France; GARCIA Jr, Afrânio R. **O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas**. In: AGUIAR, Neuma. Mulheres na força de trabalho na América Latina: análise qualitativas. 1981 p. 29-43.

HERDIA, Beatriz M. **Morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979

HERNÁNDEZ, Jaime Morales. **La agroecologia em la construccion de alternativas hacia la sustentabilidade rural**. México: Siglo XXI Editores. Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente, 2011. 318 p.

KERGOAT, Daniele. Relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho. In: MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina; LOPES, Marta Júlia Marques (org.). **Gênero e Saúde**. São Paulo: Ed. Artes Médicas, 1996.

KOSS, Mônica Von. **Feminino+Masculino**: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4.ed., São Paulo, Atlas, 2001. 288p.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. SEMINÁRIO INTERNACIONAL AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL , 2. Porto Alegre, 26 a 28 nov. 2001. Traduzido ao português por Francisco Roberto Caporal, em janeiro de 2002. Disponível em: <www.emater.tche.br>. Acesso em: 14 ago. 2010.

_____. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. **Olhar de professor**, v. 14, n. 2, 2011. p. 309-335. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3515>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. rev. e ampl. Ed. Unijuí, 2007. 240 p.

LOPES, Dulcilaine Lúcia. Diário de campo: o registro da reconstrução da natureza e da cultura. In: WHITAKER, Dulce C. **A Sociologia rural**: questões metodológicas. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à margem, 2002. 256 p. p. 135-142

MARÁGLIA, Ana Beatriz. **“Desenvolvimento”, “meio ambiente” e “cultura”**: notas críticas sobre o debate socioambiental indigenista amazônico. 166 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo (USP), 2007

MARTINS, Mônica Dias. **Açúcar no sertão**: a ofensiva capitalista no nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2008

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. Petrópolis: Hucitec, 1992.

MAZOYER, M., & ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. (C. F. Ferreira, Trad.) São Paulo-SP; Brasília, DF: UNESP; NEAD, 2010.

MEDEIROS, L. d., & LEITE, S. Assentamentos rurais e mudanças locais: um introdução ao debate. In: L. d. MEDEIROS, & S. LEITE, **Assentamento rurais: mudança social e dinâmica regional** Rio de Janeiro: Mauad, 2004. p. 17-52.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: BRASIL. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. São Paulo: Piaget. 2.ed. 1997.

MINAYO, Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: In: DESLANDES, Suelly Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.p.61 – 78

_____.O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suelly Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p.9 - 30

MOLINA, Mônica C. *et al* **Educação do campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária**. Brasília: MDA, 2009.

_____. *et al* **Educação do campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária**. Brasília: MDA, 2009.

MOLINA, Mônica C.; SÁ, Lais Mourão. Políticas de Educação Profissional no campo. In: _____. **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília-DF: 2010

MORIN, Edgar. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. Tradução e notas Flávia Nascimento. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MOURÃO, Patrícia de Lucena. As práticas agroecológicas e as relações de gênero nas estratégias da agricultura familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n.1, fev. 2007.

MOREIRA, Alberto da Silva. **O dom da terra: leitura teológica dos conflitos agrários no Brasil**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco: Comissão Pastoral da Terra, 2006.

MÜLLER, Tânia Maria Pedroso. A fotografia como instrumento e objeto de pesquisa: imagens do Estado e da imprensa do cotidiano de crianças e adolescentes do Serviço de Assistência ao Menor - SAM. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29, 2006, Caxambu: Anped, 2006. v. 01. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT02-1796-Int.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2012.

NADDAF, Ana. **Terra feita de gente**. Fortaleza: Raiz & Antena, 2003.

NOBRE, Ana Cristina; SOUZA, Edvânia; ALMEIDA, Marli. Unidades agroecológicas de mulheres: empoderamento a partir da gestão. In: Assessoria técnica com mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica. **Cadernos Feministas de Economia & Política**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n. 4, 2008.

OAKLEY, Emily. Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural. **Agriculturas**, v. 1, n. 1, 2004. p. 37-39.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Educação, Cultura, Linguagem e Arte**, 2006. Disponível em: <<file:///C:/Users/ANDREA/Google%20Drive/DOCTORADO/Metodologia/3122-11555-1-PB.pdf>>. Acesso em 29 mar. 2013.

PACHECO, Maria Emília. **Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero**. Rio de Janeiro: Fase, 2004. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Texto_Pacheco.pdf> Acesso em: 24 abr.2012.

PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

PAULILO, Maria Angêla Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serv. Soc. Rev.**, Lodrina, v. 2, n. 2 p.135-148, jul/dez, 1999. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v2.pdf#page=135>> Acesso em: 22 mar. 2013.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania. Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil, **Tempus. Actas em Saúde Coletiva**, 4(4), 2009, p. 26-37. Disponível em: <http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/viewFile/742/752>

RAGO, Margareth Rago. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.) **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres,1998. P.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. **A terra camponesa como re/criação**: genealogia do lugar e da paisagem. Fortaleza, EUFE, 2000, 190 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), 2000.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

SAFFIOTE, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos e Ensaios**. Ciências Sociais. FLACSO-Brasil. 2009.

SANDERBERG, Cecília M. B. Estudos feministas: um esboço crítico. In: AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. **Teoria e práxis dos enfoques de gênero**. Salvador: REDOR; Fortaleza: NEGIF, UFC, 2004. 160p. p.17-40.

SANTOS, B. de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: B. d. SANTOS, & M. P. MENESES. **Epistemologias do sul** (pp. 31-83). São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SANTOS, M. O lugar e o cotidiano. In: B. d. SANTOS, & M. P. MENESES, **Epistemologias do sul** (pp. 584-602). São Paulo, SP: Cortez, 2010.

SAUER, Sergio. **Terra e modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro 1 ed. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e Agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília - UnB. Brasília-DF: 2009. 291 f.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, 1990, p. 5-22

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005. 2005p p. 15-31

THEODORO, Susi Huff; DUARTE, Laura Goulard; ROCHA, Eduardo Lyra. Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável. In: THEODORO, Susi Huff; DUARTE, Laura Goulard; VIANA, João Nildo (org.) **Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 20-35.

VANI, Iole Macedo; GONÇALVES, Terezinha (Org.) **Caderno de textos gênero e trabalho**. Salvador: REDOR, 2006, 209 p.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo de Desenvolvimento Rural, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A sociologia rural na América latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **REVISTA ALASRU NUEVA ÉPOCA**. Análise Latinoamericano del Médio Rural. n.5. América Latina: realinhamentos políticos e projetos em disputa. México: Studio Litográfico, Leandro Valle. Brasil, 2010.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2004.

_____. WANDERLEY, Maria Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, Caxambu, MG, 1996. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2012.

_____. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: M. d. WANDERLEY, **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade de terra, agricultura familiar e ruralidade** (pp. 137-153). Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, K. **O Trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192

ANEXO A – Área topografada do Assentamento Maceió

